

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE, CULTURA E
FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

CESAR AUGUSTO FRAGA DE SOUZA

TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO:
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA VILA “A” DE ITAIPU E SEUS ENTORNOS –
1970/2013

FOZ DO IGUAÇU – PR

2014

CESAR AUGUSTO FRAGA DE SOUZA

**TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO:
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA VILA “A” DE ITAIPU E SEUS ENTORNOS –
1970/2013**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Território, História e Memória.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos dos Santos

FOZ DO IGUAÇU

2014

CESAR AUGUSTO FRAGA DE SOUZA

**TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO:
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA VILA “A” DE ITAIPU E SEUS ENTORNOS – 1970/2013**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Dr. José Carlos dos Santos – orientador – UNIOESTE

Professor Dr. Samuel Klauck – UNIOESTE

Professora Dra. Claídes Rejane Schneider - UNIPAR

Foz do Iguaçu, 06 de março de 2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Campus de Foz do Iguaçu – Unioeste
Ficha catalográfica elaborada por Miriam Fenner R.Lucas – CRB-9/268

S729 Souza, Cesar Augusto Fraga de
Transformações no espaço urbano: histórias e memórias da Vila
“A” de Itaipu e seus entornos – 1970/2013 / Cesar Augusto Fraga
de Souza. – Foz do Iguaçu, 2014.
144 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos dos Santos.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste
Paraná.

1. Cidades e vilas – Foz do Iguaçu (PR) – História. 2. Paisagem
cultural. 3. Itaipu Binacional – Aspectos sociais. 4. Sociologia urbana.
I. Título.

CDU 911.375.64(816.2Foz do Iguaçu)
316.334.56

*À minha esposa Cristina, pela
compreensão de minhas ausências
para estudo e escrita do trabalho e
à nossa recém-nascida filha Júlia,
que nos trouxe muitas alegrias.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Carlos e Zélia, que sempre me apoiaram a estudar e crescer na vida, como professor e como ser humano, principalmente. Agradeço a toda paciência e dedicação enquanto pais.

Agradeço à minha esposa, Cristina, pelo suporte ao longo desses dois anos de curso, pois muitas foram noites e finais de semana dedicados ao estudo, e à nossa recém-nascida filha Júlia, que nos dá esperanças!

Agradeço ao meu irmão Márcio pela revisão ortográfica e textual do trabalho.

Agradeço à Unioeste e ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela oportunidade de pesquisar e me especializar ainda mais. Portanto, agradeço também aos professores Dr. José Carlos dos Santos, pela paciência e dedicação em sua orientação e Dr. Samuel Klauck, por suas primeiras orientações quando eu ainda pensava em como construir meu projeto de pesquisa, antes de entrar para o programa.

Agradeço às bibliotecas da UNIOESTE e à Biblioteca Pública Municipal, principalmente ao setor de Turismo, pelas importantes fontes disponíveis para a pesquisa e escrita do trabalho.

Agradeço aos colégios em que leciono: Colégio Estadual Tarquínio Santos e Colégio Caesp, pela possibilidade de me ausentar do trabalho para que pudesse realizar atividades relacionadas ao programa de mestrado.

E agradeço às pessoas que se dispuseram a conceder as entrevistas. Sem elas, não haveria memórias, e assim, não haveria pesquisa.

Liberdade significa responsabilidade. É por isso que muitos homens a temem.

Bernard Shaw

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações ocorridas na paisagem do espaço urbano de Foz do Iguaçu e, principalmente, na região das Vilas de Itaipu e seus entornos, com foco na Vila “A”, entre os anos de 1970 e 2013, e de que maneira as pessoas vivenciaram essas mudanças em suas memórias. Foram utilizados diferentes tipos de fontes para a elaboração da pesquisa, como a fotografia, a memória (História Oral) e documentos oficiais (Planos Diretores), além do debate com outros autores. A cidade, situada na Tríplice Fronteira de Brasil, Paraguai e Argentina, vivenciou um crescimento inimaginável para os moradores que nela viviam na transição dos anos 1960 para 1970. A partir de 1974, com o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, a cidade se tornaria uma terra de oportunidades para milhares de pessoas que, acreditando na possibilidade de conseguir emprego na Usina, mudaram-se para a cidade mesmo sem emprego fixo. Além disso, quarenta mil pessoas vieram para trabalhar em Itaipu, o que gerou a necessidade da empresa construir moradias para esses funcionários. Foram criadas três Vilas: “A”, “B” e “C”, cada qual destinada a uma categoria de funcionários. Com o passar dos anos, novos bairros surgiram nos entornos dessas Vilas, alterando a paisagem e as memórias da cidade. A Vila “A” e seu entorno foi o objetivo principal dessa dissertação.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem, memória, história local, Vilas de Itaipu, Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu, Vila “A”

ABSTRACT

This study aims to analyze the changes occurring in the urban landscape of Foz do Iguaçu, and especially in the region of Itaipu's village and their surroundings, focusing on Vila "A", between the years 1970 and 2013 , and the way people experienced these changes in their memoirs. The city, located in the Triple Frontier of Brazil, Paraguay and Argentina experienced an unimaginable growth for residents who lived there in the early 1970s. Since 1974, with the start of construction of the Itaipu Hydroelectric Power Plant, the city would become a land of opportunity for thousands of people who, believing in the possibility of getting a job in the power plant, came to the city even without steady employment. In addition, forty thousand people came to work at Itaipu, which led the company's need to build housing for these employees. Three kinds of areas were built: "A"," B" and "C", each one for a category of employees. Over the years, new neighborhoods have emerged in these areas, altering the landscape and the memoirs of the city.

KEY WORDS: landscape, memories, local history, Itaipu's Areas, Itaipu Hydroelectric Power Plant, Foz do Iguaçu.

LISTA DE FOTOGRAFIAS E MAPAS

Fotografia 1: Avenida Brasil, anos 1940. Foz do Iguaçu	25
Fotografia 2: Avenida Brasil, anos 1960/1970	34
Fotografia 3: vista aérea de parte do centro nos anos 1980	37
Fotografia 4: região do Boicy, anos 1980	38
Fotografia 5: centro de Foz do Iguaçu e parte do Boicy, 2012	39
Fotografia 6: Avenida Brasil, 2012	41
Fotografia 7: parte da Vila A, conhecida como “Xororó”, anos 1970.....	67
Fotografia 8: Avenida JK e parte da Vila A, conhecida como Xororó, anos 1970.....	69
Fotografia 9: Parte da Avenida JK e o Xororó. Fim dos anos 1970, início dos anos 1980.....	70
Fotografia 10: Parte da Vila “A”, saída Sul. Anos 1970.....	71
Fotografia 11: Vista aérea da Vila “A”, anos 1980.....	72
Fotografia 12: Vista aérea da Vila “A” e parte do entorno norte. Fim dos anos 1980, início dos anos 1990.....	74
Fotografia 13: Vila “A” e adjacências, 2012	75
Fotografia 14: Vista aérea da Vila “A”, Ponte de Amizade e o Jardim Jupira, anos 1970.....	79
Fotografia 15: Vista aérea da Vila “B”, anos 1970.....	87
Fotografia 16: Vista aérea de parte da Vila “B”, fim dos anos 1970, início dos anos 1980.....	88
Fotografia 17: vista aérea de parte da Vila “B”, parte da Vila “A” e parte da A.K.L.P., início dos anos 1980.....	89
Fotografia 18: Vista aérea da Vila “B” em primeiro plano; Vila “A” no alto, à direita e A.K.L.P. no alto, do centro para a esquerda. Anos 1990.....	90
Fotografia 19: Vista aérea da Vila “C”, anos 1970.....	92
Fotografia 20: Parte da Vila “C”, início dos anos 1980.....	93
Fotografia 21: Parte da Vila “A” e do Lancaster II, anos 1980/1990.....	111
Fotografia 22: Casa de madeira na Vila “A”, anos 1980.....	115
Fotografia 23: Antiga sede da pré-escola do Colégio Anglo Americano, anos 1970/1980....	118
Fotografia 24: Pracinha na Vila “A”, 2013.....	132

Mapa 1: Foz do Iguaçu atualmente: formação de áreas marginalizadas e com elevados índices de violência	27
Mapa 2: Planta da Vila “A”	65
Mapa 3: Vila Portes, Jardim Jupira e parte da Vila “A”	80
Mapa 4: Entorno norte da Vila “A”: A.K.L.P. e outros bairros.....	81
Mapa 5: Entorno leste da Vila “A”	83
Mapa 6: Planta da Vila “B”	86
Mapa 7: Planta da Vila “C”	91
Mapa 8: Entorno da Vila “C”	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Custo Médio do m ² em Cr\$ em 1977	36
Tabela 2: Número de alunos matriculados nos cursos de 1º grau	44
Tabela 3: Construção Civil na década de 1980	48
Tabela 4: Destino das Edificações na década de 1980 – em m ²	49
Tabela 5: Relação entre o número de unidades residenciais construídas e a metragem da área construída – cartas de habitação – 1980/90	50
Tabela 6: Loteamentos na década de 1980	52
Tabela 7: Saneamento Básico na década de 1980.....	54
Tabela 8: Percentual de moradias por condição de atendimento dos serviços essenciais na década de 1980.....	55
Tabela 9: Demonstrativo da evolução no setor da Construção Civil em Foz do Iguaçu na década de 1990.....	58
Tabela 10: Rede de água e esgoto na década de 1990.....	59
Tabela 11: Construções na década de 2000.....	59
Tabela 12: Rede de água e esgoto – indicador/ano – década de 2000.....	60
Tabela 13 :Faixa de renda familiar da população em idade ativa – por zona homogênea – 1991.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I.....	15
IMAGINARIOS DE FRONTEIRA: Multiculturalismo e memórias.....	15
1.1 A pequena cidade se transforma: crescimento e desordem	24
1.2 Mudanças e permanências	42
CAPÍTULO II	52
CRESCIMENTO, MARGINALIDADE E POBREZA	52
2.1 As Vilas de Itaipu	61
CAPÍTULO III	98
MEMÓRIA DAS VILAS DE ITAIPU: memórias do tempo presente	98
3.1 Segurança, ordem	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	141
Fontes	143
Entrevistas	144

INTRODUÇÃO

Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção.

(SANTOS, 1978 apud RIZZO, 1993)

As transformações no espaço urbano são sentidas de maneiras diferentes pelas pessoas. Conforme Milton Santos em epígrafe, uma paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Esta pesquisa pretende fazer uma leitura desta sobreposição de tempos rememorados por outras fontes, como a memória.

As fontes, os sujeitos e o seu tempo permitem perceber pontos de vista, suas objeções, elogios, críticas e lembranças das mudanças ocorridas ao longo dos anos. Assim como as memórias são diversas, as imagens também são, o que possibilita diversidades e pluralidades que servem de compreensão para estudar a história de uma região, como um país, uma cidade ou um bairro em um determinado momento.

As transformações ocorridas no espaço urbano de Foz do Iguaçu serão apontadas a partir de registro de memórias tanto orais como escritas, gravuras ou fotos, mais especificamente na região das Vilas de Itaipu e de seus entornos, principalmente às margens da Vila “A”, onde formou-se um conglomerado de bairros conhecido como A.K.L.P.. Essa formação foi possível graças a junção dos bairros Aporã, Jardim Karla, Jardim das Laranjeiras e Petrópolis, além de Lancaster, Jardim Santa Rosa e outros tantos que surgiram no local desde os anos 1970/1980.

As Vilas de Itaipu (“A”, “B” e “C”) foram bairros construídos para abrigar funcionários de Itaipu, tendo em vista que Foz do Iguaçu, nos anos 1970, não possuía infraestrutura necessária para atender aos trabalhadores que chegariam à cidade para a obra. Somente trabalhadores oficiais foram aproximadamente 40 mil, número que por si só significaria dobrar a população da então pequena cidade situada no oeste do Paraná, alterando para sempre a paisagem da cidade.

Estas fontes (memória e fotografia) são importantes em um local de Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) para abordar o multiculturalismo, que está na base de sua formação. Desde a tenra idade, a cidade de Foz do Iguaçu já contava com forte presença estrangeira, principalmente argentinos e paraguaios que transitavam para a extração da erva-mate e da madeira e para a prática do comércio.

O conceito de multiculturalismo está presente no imaginário de Foz do Iguaçu e da Tríplice Fronteira em razão da sua formação e de seu desenvolvimento ao longo dos séculos XIX e principalmente XX. Se no início falava-se em indígenas, paraguaios, argentinos e brasileiros, averigua-se hoje que existem dezenas de outras etnias, como árabes, libaneses, chineses, coreanos, além dos brasileiros que vieram para a região oriundos dos estados da federação.

É este mesmo multiculturalismo que desafia a pesquisar para além da disciplinaridade. A história como área de conhecimento não responde totalmente a perspectivas tão múltiplas. É necessário recorrer à Geografia, Economia, Sociologia e Antropologia para abordar tal especificidade. Pesquisas direcionadas à história da saúde, da imigração, da etnicidade e da história política, foram os temas que mais contribuíram para delimitar a compreensão paisagística deste cenário regional. A interdisciplinaridade é imprescindível no processo de pesquisa, embasamento teórico, análise das especificidades e contribuiu para a expansão do texto, para além de uma discussão histórica, mas para uma discussão multidisciplinar e multicultural. Segundo Pombo,

[...] interdisciplinaridade é um conceito que invocamos sempre que nos confrontamos com os limites do nosso território de conhecimento, sempre que topamos com uma nova disciplina cujo lugar não está ainda traçado no grande mapa dos saberes, sempre que nos defrontamos com um daqueles problemas imensos cujo princípio de solução sabemos exigir o concurso de múltiplas e diferentes perspectivas. (POMBO, 2008, p. 7)

Em função do nosso tema, acreditamos que a interdisciplinaridade contribuiu quando encontrarmos os limites de uma reflexão. Um possível domínio disciplinar pode significar a diminuição das possibilidades. De acordo com Boaventura de Sousa Santos,

Sendo um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que a quiserem transpor. É hoje reconhecido que a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado e isso acarreta efeitos negativos. (SANTOS, B.S., 1995, p. 46)

Portanto, segundo Santos, ao disciplinar um trabalho o cientista segrega, ou seja, deixa de compreender outras perspectivas que podem prejudicar sua pesquisa.

A micro-história, apontada pela escola italiana, será também uma recorrência importante para localizar os discursos dos muitos sujeitos por entre as ordens disciplinares maiores – macro-históricas – e as menores, relativas às estratégias individuais.

Com estes pressupostos, o texto segue assim distribuído em três capítulos:

No primeiro capítulo, “Uma história de Foz do Iguaçu”, escrevemos uma história da cidade, utilizando diversas fontes, tais como documentos oficiais, jornais, livros, dissertações, teses, imagens (fotografias) e a oralidade. Essas duas últimas fontes são fundamentais para nosso trabalho, tendo em vista a análise da passagem do tempo na cidade e na região das Vilas de Itaipu, além da memória de antigos moradores e de imigrantes, trabalhadores e principalmente ex-funcionários da Itaipu que permaneceram na cidade mesmo após o término da obra e início do seu funcionamento, nos anos 1980. A mudança da paisagem em Foz do Iguaçu é um dos principais objetivos desse trabalho. Nesse capítulo, a área central será analisada, deixando para o capítulo seguinte a paisagem das Vilas de Itaipu e seus entornos.

No segundo capítulo, “As muitas paisagens das Vilas de Itaipu” o foco é mais específico nas Vilas e seus entornos, analisando os planejamentos da Itaipu para seus três bairros destinados aos funcionários e da cidade para esses locais. Além disso, a análise de fotografias e imagens de satélite (via Google Maps) tornou possível analisar as mudanças na paisagem das Vilas de Itaipu e seus entornos, principalmente a Vila “A”. Nesse capítulo, em alguns momentos, serão utilizadas as memórias dos entrevistados.

No terceiro capítulo, “Histórias e Memórias das Vilas de Itaipu”, abordamos a história (ou parte dela) das Vilas de Itaipu e seus entornos através das memórias de antigos moradores das regiões, principalmente a região da Vila “A”. Foram feitas seis entrevistas, quatro com ex-funcionários de Itaipu, uma com uma então esposa de funcionário e uma com um ex-funcionário de Furnas, empresa que transmite a energia produzida pela Hidrelétrica. A partir da memória dessas personagens, uma parte, pelo menos, da história da cidade pode ser vista e vivida. Durante as entrevistas, foram mostradas dezenas de fotos antigas das Vilas de Itaipu, como forma de reavivar a memória, contribuindo para o desenvolvimento do trabalho.

Para as entrevistas, foram escolhidas pessoas que prosperaram economicamente em Foz do Iguaçu. Outros autores já versaram sobre desemprego, miséria e violência na cidade. Nós optamos por pessoas que moram no entorno da Vila “A” não por falta de opção, mas porque escolheram ali como moradia. O que pensam? Por que gostam da região? Por que querem permanecer em Foz, no entorno da Vila “A”, mesmo aposentados? Essas são algumas de nossas perguntas. As pessoas que concederam as entrevistas são próximas, principalmente sendo pais ou mães de amigos de infância do autor.

As motivações para esse trabalho fazem parte do meu imaginário, pois vim com minha família para Foz do Iguaçu em 1989 com apenas oito anos de idade, uma vez que meu pai recebeu proposta para trabalhar em Itaipu. Em 1993, minha família mudou-se para a Vila “A”, vivendo na mesma casa até 2007, quando meu pai aposentado junto à minha mãe e meu irmão voltaram para a terra natal. Fiquei morando na Vila “A”, mas em 2009, adquiri em conjunto com minha futura esposa um terreno no entorno do bairro, me mudando finalmente em 2013. Então, tendo essa experiência de vida, saindo da Vila “A” para seu entorno, me senti motivado a pesquisar com outros moradores, porque também fizeram isso.

Os objetivos são analisar as diferentes memórias, as diferentes visões que os indivíduos possuem do espaço urbano, as transformações que este espaço sofreu desde a década de 1970 até o presente, além da mudança da paisagem no entorno das Vilas de Itaipu, principalmente da Vila “A”, onde moram os entrevistados para esse trabalho.

Pesquisar sobre a construção de Itaipu Binacional e as consequências para Foz do Iguaçu não é inédito, outros autores versaram acerca do tema, como veremos do decorrer do trabalho, ao analisarmos as diferentes fontes. Apesar disso, cada pesquisador apresenta uma visão, tem uma determinada linha de pensamento em como fazer essa pesquisa. Nosso objetivo é buscar uma construção histórica a partir das experiências de vida daqueles que vieram para a cidade e aqui decidiram ficar, especificamente no entorno da Vila “A”. Abordar as Vilas “B” e “C” da mesma forma que a “A” foi trabalhada, demandaria mais tempo e espaço, o que não cabe em uma dissertação. Um projeto maior torna-se necessário.

O trabalho de Hahn (2006) aborda mais especificamente o espaço urbano dos loteamentos Belvedere I e II, que está situado entre a Vila “A” e a própria Itaipu Binacional, ao norte da A.K.L.P.. Segundo a autora, em sua pesquisa de campo incluindo entrevistas com antigos moradores,

[...] na época [construção de Itaipu] a situação era propícia para uma maior integração da cidade com a Itaipu. Que o espaço urbano apresentava e, apresenta ainda hoje, vazios que constituem em áreas de reservas para fins especulativos, onde, segundo o entendimento dos iguaçuenses entrevistados poderiam nas décadas de 70 e 80, ser aproveitados para a construção das residências dos funcionários de Itaipu. (HAHN, 2006, p. 62)

A questão da especulação imobiliária é inerente ao sistema capitalista, que visa o lucro. Os espaços vazios de Foz do Iguaçu e outras cidades vivenciam essa realidade até hoje.

Manarin pesquisou mais especificamente os trabalhadores (peões e barrageiros) e sua relação com Itaipu. As trajetórias de vinda e dificuldades posteriores também foram

abordadas em seu trabalho. Acerca do final da construção da barragem e da posterior demissão de milhares de funcionários, o autor demonstra que

Apesar do seu propósito em orientar os trabalhadores ao final das obras, muitos permaneceram e buscaram empregar-se em diferentes ramos de trabalho em Foz do Iguaçu. Outros, no entanto, conseguiram trabalhos em barragens menores, mudando-se da cidade, levando consigo suas famílias. Não obstante, as questões relativas à demissão ou à permanência desses trabalhadores na cidade de Foz do Iguaçu apresentam dificuldades de mapeamento e de definições pessimistas da condição de vida que passam a ter. [...] É interessante notar, segundo a avaliação que os trabalhadores fazem sobre o final da construção, no espaço dessa pesquisa não é um processo mecânico de demissão e desemprego. A busca de outro emprego ocorreu ainda durante os trabalhos da usina, a partir dos contatos constituídos durante a construção, mesmo que estivesse em outra cidade. (MANARIN, 2008, p. 110)

O autor demonstra que pessoas deixaram a cidade, enquanto outras permaneceram e de que maneira isso ocorreu, dificuldades, desafios. O recorte do nosso trabalho é justamente as que permaneceram, especificamente no entorno da Vila “A”, e de que maneira vivem hoje após tantos anos em Foz do Iguaçu.

Jesus, em sua dissertação, abordou a temática das moradias dos trabalhadores de Itaipu, abordando em especial a Vila “C”. O autor investigou

[...] o processo de constituição do bairro Vila C de Itaipu em Foz do Iguaçu, a partir da experiência vivida e narrada por moradores. Tomou-se como pressuposto principal a transformação da “Vila Operária”, montada provisoriamente para os operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu entre 1977 e 1978, em moradia dos trabalhadores quando estes adquiriram, definitivamente, a posse após o processo de privatização que o bairro atravessou a partir de 1991. (JESUS, 2009, p. 10)

Jesus utilizou-se também da memória dos moradores da Vila “C” em seu trabalho, demonstrando as dificuldades ocorridas ao longo dos anos. Ele também aborda o processo de venda das casas da “Vila Operária”.

Enfim, são diferentes visões, diferentes perspectivas acerca da pesquisa história. As transformações ocorridas no espaço urbano de Foz do Iguaçu foram vividas por milhares de pessoas, cada qual com sua experiência.

CAPÍTULO I

IMAGINÁRIOS DE FRONTEIRA: Multiculturalismo e memórias

A cidade de Foz do Iguaçu pode ser considerada como uma privilegiada culturalmente, pois situada em uma Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), recebe diariamente povos com diferentes culturas, ainda mais quando levamos em conta as possibilidades de turismo existentes na região, como as compras em Ciudad del Este (PY), as Cataratas do Iguaçu (BR e AR) e claro, a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional (BR e PY). Assim, temos um mosaico cultural com brasileiros, argentinos, paraguaios e outra infinidade de nacionalidades que residem e/ou visitam a fronteira.

A multiculturalidade da Tríplice Fronteira não é recente, pelo contrário, faz parte do imaginário local pensar o convívio das muitas culturas, como relata José Maria de Brito¹: “Por ocasião da descoberta da foz do Iguaçu [1889] o território já era habitado. Existiam no mesmo 324 almas, assim descritas: brasileiros, 9; franceses, 5; espanhóis, 2; argentinos, 95; paraguaios, 212; inglês, 1.” (Brito, 2005, p. 57) Os números não incluem os indígenas. Brito inclusive relata em seu livro que foi convidado a catequizar os “selvagens”. A quantidade de paraguaios e argentinos encontrados em território brasileiro, décadas após a Guerra do Paraguai, foi um dos fatores que incentivaram a fundação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu, no final da década de 1880, pois o Brasil precisava consolidar seu controle sobre o território, até porque havia um litígio com a Argentina pela posse de parte do atual Estado de Santa Catarina, próxima a fronteira com o Paraná. No início do século XX, a população chegaria a 2.000 habitantes, segundo a Prefeitura Municipal, “o vilarejo dispunha de uma hospedaria, quatro mercearias, um rústico quartel militar, mesa de rendas e estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e uma agricultura de subsistência.”²

Interessante observar que Brito afirma ter sido uma descoberta da foz do Iguaçu, sendo que o espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca teria sido o primeiro “homem branco” a encontrar as Cataratas do Iguaçu e a foz do mesmo rio no século XVI. Então, desde o fim da Monarquia e o início da República o governo tenta de alguma maneira ocupar a fronteira e evitar possíveis invasões vizinhas. O oeste do Paraná era um local praticamente desconhecido

¹ José Maria de Brito participou da “picada” em direção a Foz do Iguaçu, que em 1889 ainda não existia com esse nome, e segundo o próprio afirma em seu livro, resolveu “(...) assumir as responsabilidades da publicação dos referidos acontecimentos e assim ficar conhecido o fato histórico”. 2005, p. 23.

² Site da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Disponível em <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/984/1007/Historia-da-Cidade>>. Acesso em 14 de abril de 2013.

do imaginário nacional, como narraram em depoimentos militares da Coluna Paulista (futura Coluna Prestes³), que passaram pela região (percorreram 24 mil quilômetros pelo interior do país) na década de 1920:

[...] a situação de desnacionalização que constataram na região: a língua corrente era o guarani e o espanhol, o dinheiro era o peso argentino, a navegação do rio Paraná era controlada pela Argentina (não havia um só vapor brasileiro), a madeira e o mate eram predados pelos capitalistas argentinos. (WACHOWICZ apud LOPES, 2002, p. 92)

No oeste de Santa Catarina, a situação não era diferente, como mostra declaração do então governador do estado, Adolpho Konder, em visita no ano de 1929, em mensagem destinada à Assembleia Legislativa: “Por completamente abandonada, por inteiramente esquecida, essa zona pouco a pouco se ia desagregando da comunhão nacional, sem instrução, sem política, sem justiça...” (CORREA apud LOPES, 2002, p. 95). Interessante observar que Adolpho Konder era governador desde 1926, e apenas três anos depois de iniciado o mandato visitou o extremo oeste do estado, fato que nos leva a crer no descaso não apenas do governo federal, mas também do governo estadual. A Coluna Prestes também passou por ali, e narra-se que seus membros ficaram perplexos com o que encontraram. Segundo registros,

[...] os jovens militares foram surpreendidos por um quadro totalmente novo para eles: uma situação de fome e miséria das populações rurais, que para eles era desconhecida, de atraso cultural, de alheamento em relação ao Brasil urbano e ao resto do mundo. [...] os comandantes da Coluna ficaram perplexos e profundamente impressionados com a situação, de espantosa miséria com que depararam no interior do Brasil. (PRESTES apud LOPES, 2002, p. 91)

Alguns anos antes da passagem da Coluna Prestes, foi instalado o primeiro Distrito Sanitário na região, sediado em Foz do Iguaçu no ano de 1921. O Posto da cidade foi chefiado, em seus primeiros anos, pelo Dr. Julio de Castilho França. Em pesquisa realizada por Márcia Regina Ristow, a autora afirma que havia apenas 256 casas cadastradas, e segundo os arquivos escritos pelo Dr. Julio de Castilho, dentre elas

[...] “três tem água canalizada e apenas 90 estão providas de instalações sanitárias, quatro do tipo liquefactor”. [continua a autora] Registrou que “são accentuadamente notáveis as dificuldades, que se encontram no lugar para

³ Marcha liderada por Luiz Carlos Prestes que percorreu mais de 24 mil quilômetros pelo interior do Brasil entre 1924 e 1927.

dar andamento a esse serviço pelo custo elevado do material”. [continua a autora] Os materiais utilizados em construções vinham da Argentina através de transporte ferroviário, elevando os custos de construção das latrinas e fossas sépticas. Ainda, emenda ele, “[...] isso sucede, alias, com os gêneros de primeira necessidade e é justamente o que encarece de sobremaneira a vida em Foz do Iguassú”. (ARCHIVOS, 1922 apud RISTOW, 2011, p. 74-75)

Além da infraestrutura precária nas poucas casas cadastradas, a cidade necessitava do comércio internacional (Paraguai e Argentina) para diversos produtos, incluindo gêneros de primeira necessidade, como afirmou o Dr. Julio de Castilho. Otília Schimmelpfeng, filha do primeiro prefeito de Foz do Iguaçu, o coronel Jorge Schimmelpfeng, relatou a Wachowicz a situação de esquecimento da cidade em sua tenra idade, além de também retratar o comércio na fronteira:

[...] [do autor] a população “vivia insulada, confinada em Foz do Iguaçu (...), sem contato com o próprio Brasil”. [continua o autor] O comércio se dava todo com a Argentina. “Todo mundo, até as pessoas simples, iam para a borda dos vapores [argentinos] para comprar as coisas”. [continua o autor] Alimentos, vestuário, móveis de casa, bebidas etc. Tudo era adquirido “a borda dos navios. Então, era uma festa quando chegava um vapor (...). Era uma alegria!”. [continua o autor] As compras inclusive, eram feitas através do reembolso: “as pessoas escreviam e as casas [comerciais] mandavam tudo (...). Todo mundo mandava buscar as coisas de Buenos Aires (...). Tudo vinha da Argentina”. [continua o autor] Quanto à língua falada, Otília diz que “a gente conhecia as coisas só na palavra espanhola, que nem em português não sabia (...). Esquecia até do português de tanto que falava em castelhano. As pessoas que vinham de fora tinham que aprender o castelhano para poder se entender melhor”. [continua o autor] Ela diz que “assim era a vida. E essa era uma característica de Foz do Iguaçu: esse ambiente todo estrangeiro”. [continua o autor] Com referência à moeda circulante, acrescenta que “os pagamentos era feitos tudo no *peso*, que circulava como moeda corrente nossa. Quem tinha *mil-réis* guardava, porque não tinha valor nenhum, ninguém queria. Tudo era *peso*”. (WACHOWICZ apud LOPES, 2002, p. 89-90) (grifos do autor)

O fato de haver comércio entre cidades fronteiriças já nas décadas de 1930/1940 demonstra um potencial, uma possibilidade de transitar entre as fronteiras de acordo com as necessidades dos habitantes de ambas as partes, sem se importarem com a procedência. À época, como demonstrado por Otília, a necessidade maior vinha dos brasileiros, em função da distância em relação à capital e demais áreas importantes da região sul do Brasil. Lopes menciona que no ano de 1931, o jornalista Ciro Silva, da *Gazeta do Povo*, corrobora tanto a situação de esquecimento quanto de distanciamento de Foz do Iguaçu:

“A língua falada é o castelhano e a moeda corrente é o peso. O número de nacionais que habitam o Alto Paraná é insignificante, é irrisório. Apenas uns 500 num total de 10 mil.” Afirma que as dificuldades para ir a Foz do Iguaçu são imensas. “O candidato a essa jornada tem que escolher: ou ir por S. Paulo descendo o rio Paraná, de Porto Epitácio, ou trajetar pelo estrangeiro, subindo o rio Paraná pela embocadura do Prata”. Tal viagem pelo interior seria perigosa: “Temerário será [para] aquele que intentar a jornada pelo interior do Estado, por Guarapuava, seguindo o picadão (...)”. Dada tal situação, considera-se, segundo Silva, que “a região do Alto Paraná está completamente isolada do Brasil.” (SILVA apud LOPES, 2002, p. 96)

A situação de abandono, de acordo com o discurso da época, era tal que foi criada uma Comissão Federal, chefiada pelo Dr. Zeno Silva, com intuito de criar um relatório sobre a região. Para Zeno Silva, era necessário nacionalizar imediatamente o Alto Paraná, pois a excessiva presença estrangeira colocava em risco a soberania nacional. De acordo com o discurso de Silva,

[...] ao governo da União cumpre tomar a si a tarefa de nacionalizar o Alto Paraná. O que está em jogo não é um interesse regional, mas o interesse do Brasil, a unidade nacional, a segurança do nosso território. (...) Ninguém pode ignorar o perigo que oferece ao Brasil, aquela fronteira aberta, sem defesa, invadida por vanguardeiros de povos que não demonstram grandes simpatias por nós. E se o problema solicita urgente atenção a fim de que não se torne de difícil solução e se converta em grave caso de fronteira, é, de fato, necessária a intervenção do governo federal que dispõe de meios e elementos para isso. O que não se pode é o Brasil continuar a se expor à invasão estrangeira por uma larga de suas linhas internacionais, a espera de que se desperte o civismo paranaense, que dorme um sono letárgico de mais de meio século. (SILVA apud LOPES, 2002, p. 97)

Assim como a expedição de 1889, da qual participara José Maria de Brito, tinha como objeto a defesa da fronteira e conseqüentemente do território nacional, na visão de Zeno Silva seria imprescindível atuar nessa direção, mesmo com quarenta anos de atraso. Em pleno século XX, ainda havia dúvidas em relação às áreas fronteiriças, dada a intensa presença estrangeira em solo brasileiro. Essas dúvidas estavam ligadas, principalmente, às questões econômicas, pois devido à precariedade da infraestrutura no oeste paranaense, os brasileiros frequentemente compravam produtos do outro lado da fronteira. Nas palavras de Zeno Silva, o homem do Oeste paranaense precisa se inserir o mais rápido possível ao seu Estado, tanto em relação ao Paraná como também com o Estado-Nação, ou seja, o Brasil. O governo do

Paraná extinguiu a guarnição militar federal e a estadualizou. Portanto, seria necessária a presença do Estado enquanto provedor, como afirma Ristow:

A “índole” do caboclo, frequentemente caracterizada pelos péssimos hábitos de higiene e alimentação, carecia de recursos de desenvolvimento. Um deles era a necessidade da presença governamental, fosse pela forma de integração da economia – construindo estradas “carroçáveis” ou de ferro –, fosse facilitando a compra e venda da erva-mate ou da madeira, ou fosse criando a “assistência nos assentamentos de imigrantes” no território do Estado. (RISTOW, 2011, p. 36)

Como só havia uma “picada” de Guarapuava em direção à foz do Iguaçu, Brito já demonstrava a inexistência de estradas e, mais de quarenta anos depois, uma via decente para integração do estado do Paraná ainda não existia. O Brasil, na visão das autoridades, corria o risco de perder a soberania sobre o Oeste Paranaense. Como visto, pelo menos em Foz do Iguaçu, a presença estrangeira era maciça. Dialogando com Jacques Revel, José Carlos dos Santos demonstra a importância de reconhecer a autonomia de um território:

Revel considera, então, que “a França identifica-se aos nossos olhos, com um território: como um espaço delimitado por fronteiras de soberania, e também como uma extensão e uma forma que o mapa nos tornou familiar, ou melhor, veio pôr em evidência”. [continua Santos] Assim, torna-se indissociável a questão de uma técnica científica que produz um conhecimento sobre o espaço e a ordem política que inscreve a produção em um lugar que, ao meditar sobre a espacialidade, produz efeitos de governabilidade. “Alia-se”, desta forma, ciência e gestão do território, uma vez que o reconhecimento só se tornará evidente à proporção em que for tematizado, quando os pontos obscuros forem esclarecidos diante de uma comunidade que reconheça sua autonomia. (SANTOS, J.C., 2002, p. 16-17)

Seria importante, portanto, a soberania sobre o território. O relatório de Zeno Silva incentivou o governo a criar a ideia do Território Federal do Iguaçu, do qual a cidade de Foz do Iguaçu pertenceria (LOPES, 2002, p. 98). O intuito era povoar o Oeste do Paraná e de Santa Catarina, incentivando o desenvolvimento social e econômico, em uma localidade então esquecida do imaginário nacional. Entretanto, houve discussões áruas acerca do tema, pois os políticos paranaenses não desejavam perder a soberania de grande parte do estado, não apenas pela população que ali vivia, mas também pelo potencial econômico (LOPES, 2002, p. 98-104).

O imaginário da nacionalidade do Brasil foi um dos grandes investimentos do Estado Novo (1937-1945). Com a ideia de povoar o oeste paranaense Getúlio Vargas, durante o período, promoveu de fato a “Marcha para o Oeste”, como forma de consolidar a ocupação e

o desenvolvimento brasileiro na região. A concepção nacionalista estava presente no discurso varguista, tendo em mente o que representou essa fase ditatorial da Era Vargas. Em discurso, o então presidente, a 8 de agosto de 1940, em Goiânia, afirmou que

[...] se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob esse aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. (...) Desse modo, o programa “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras. (VARGAS apud LOPES, 2002, p. 42)

O discurso de Vargas insere-se na própria ideologia fascista pela qual o Estado Novo é conhecido, valorizando o nacionalismo e perseguindo aqueles contrários ao seu regime. As “ilhas” a que o então presidente se referia eram as cidades industrializadas ou pelo menos ricas, enquanto uma grande parte, para não dizer a maior parte do Brasil, carecia de desenvolvimento urgentemente. Historicamente, era um período delicado, pois parte do mundo encontrava-se em guerra, e esse clima estaria presente também aqui no Brasil. Segundo Santos,

Estas representações – solo, raça, nacionalidade – são extremamente visíveis nos anos 30 e 40, no Paraná. A peculiaridade tornou-se evidente à medida que o clima de guerra exige do Brasil e da América Latina como um todo, pensar a sua soberania. Não se tratava de uma ameaça de invasão direta, mas, de sentimentos que estavam sendo aflorados, enquanto serviam como argumentos, tanto para invasores quanto para invadidos. Esta invasão fazia retornar a temática da racialidade brasileira, tão cara aos intelectuais brasileiros e estrangeiros que escreveram sobre o Brasil desde os anos oitocentos. O sentimento nacional, o clima de guerra, era um tema que envolvia desde as conversas de botequins até os altos círculos da diplomacia. Tanto um lavrador quanto um soldado envolvia-se, de alguma forma, com ela. (SANTOS, 2002, p. 20)

Durante o Estado Novo, diversos órgãos foram criados através dos decretos-leis que tinham como intuito promover o desenvolvimento nacional: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) foram dois desses órgãos imbuídos de analisar e realizar algo concreto no contexto da “Marcha para o Oeste”. Havia o projeto de construção de uma estrada de ferro ligando Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, inclusive passando por Cascavel: a atual BR-277, à época, BR-35 (LOPES, 2002, p. 54-56). O governo também criou o projeto para formar professores com “ideologia nacional”, a fim de evitar regionalismos e conseqüentemente fragmentação da unidade territorial, criando a Comissão Nacional do Ensino Primário, através do Decreto nº 868 de 18 de novembro de 1938, que possuía como um dos objetivos nacionalizar o ensino nos núcleos estrangeiros (LOPES, 2002, p. 55). Com relação a atuação do IBGE no Paraná, um Boletim de seu órgão regional, o Departamento Estadual de Estatística do Paraná, afirmou em 1947:

[...] possibilitar informações seguras acerca da realidade nacional, orientando a administração pública; fornecendo sugestões às entidades competentes para o estabelecimento de providências para a comunidade, auxiliando nas políticas de saúde pública, na verificação de males para a aplicação terapêutica necessária. Todas estas atividades vinham ao encontro das necessidades da região. O Extremo Oeste paranaense precisava ser conhecido para ser povoado. Esta era a contribuição ideal. (BOLETIM DO INSTITUTO GEOGRÁFICO apud RISTOW, 2011, p. 42)

Importante também ressaltar que já em 1930, no início do Governo Provisório de Vargas, ocorreu a encampação da então Companhia São Paulo - Rio Grande, responsável pela construção de parte da estrada de ferro ligando os estados de SP e RS e que havia recebido como pagamento a concessão de 8 km em cada margem da rodovia, além de um outro decreto-lei, em novembro do mesmo ano, anulando a concessão de terras à *Brasil Railway Company*, responsável por parte da obra, e que também possuía direito de exploração sobre parte das margens. Em dezembro, o governo criou a “lei dos dois terços”, obrigando as empresas a empregar, no mínimo, dois terços de brasileiros (LOPES, 2002, p. 49-51).

Como pudemos brevemente observar⁴, os anos 1930-40, principalmente após o Estado Novo, ficaram marcados por discursos e decretos-leis de cunho nacionalista, na tentativa de afastar os estrangeiros residentes no oeste do Paraná (aliás, não apenas nessa região, mas também no oeste catarinense e outras áreas fronteiriças, tendo em vista o intuito de criar territórios federais em outras partes do Brasil).

⁴ Para aprofundamento no tema nacionalismo e “Marcha para o Oeste”, ver LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

Também nos anos 1940, seria a vez do Paraná agir na ocupação do território oeste. Em 1947,

[...] o então governador Moisés Lupion, considerando a necessidade de ser intensificada a colonização, com a existência de migrantes e o interesse no povoamento intensivo, racional e prático, criou a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, para promover o aproveitamento das “riquezas naturais e a expansão econômica do estado por meio da colonização de suas terras devolutas ou não, em áreas a serem, oportunamente, situadas e demarcadas” (SPERANÇA, 1992, p. 128). A colonização prevista deveria ser baseada na pequena propriedade e ter um sentido agroindustrial. Assim, ela se adequaria aos objetivos desenvolvimentistas estabelecidos a nível estadual e a nível federal. (GREGORY, 2002, p. 91)

Segundo Gregory, aquela seria a conjuntura propícia para a ocupação e desenvolvimento, principalmente da agricultura, no oeste do Paraná por possíveis colonos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, pois havia excedentes populacionais que possibilitariam tal empreendimento. Incentivados pelo espírito nacionalista da “Marcha para o Oeste” e facilidades econômicas, surgem as companhias colonizadoras, trazendo milhares de pessoas entre as décadas de 1940 e 1970.

Estas empresas foram criadas para se dedicarem à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria. Seguindo experiências do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, pessoas físicas capitalizadas das antigas regiões coloniais tornaram-se subscritores dos capitais que formavam as empresas. No que tange à venda de terras, optaram pela colonização na base da pequena propriedade familiar, priorizando os colonos descendentes de europeus imigrantes do século XIX do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Para a consecução dos planos de colonização, os trabalhadores remanescentes da região se constituíram em empecilho, pois os eurobrasileiros⁵ tinham restrições em participar das colonização de áreas onde havia a presença de pessoas “sem origem”. Dessa forma, a questão étnica se confundia com interesses econômicos das empresas madeireiras e colonizadoras. (GREGORY, 2002, p. 93)

De fato as colonizadoras trouxeram para o oeste do Paraná centenas e até mesmo milhares de famílias, constituindo um importante momento para o desenvolvimento da região. Na Tríplice Fronteira, a miscigenação tenderia a ser maior por diversos fatores: a própria fronteira geográfica formaria casais de nacionalidades distintas, além do crescimento de Foz do Iguaçu a partir dos anos 1970 com o início da construção da Itaipu Binacional. Interessante

⁵ Termo que Gregory utiliza em sua tese para se referir aos descendentes de europeus que migraram para o oeste do Paraná.

observar que a imigração de estrangeiros era tida como importante forma de ocupar o território, algo que Gregory mostrou ter ocorrido com o Oeste Paranaense a partir das colonizadoras, desde as décadas iniciais do século XX. Segundo Santos,

Neste momento, segunda década do século XX, a imigração é alardeada como uma solução da territorialidade do Brasil. Veiga Cabral, ao lembrar o solo ainda a cultivar afirma que “alguma coisa já se tem conseguido com o crescimento da entrada de imigrantes, facto que deixa assim patente a confiança que lhes inspira o Brasil, graças às acertadas medidas tomadas pelo nosso governo, dando-lhes collocação e tratando-os de maneira que não sintam nostalgia da pátria”. Aqui já há uma visibilidade temporal em relação à narrativa de Capistrano, por exemplo, quando alerta ao perigo da sertanidade na mesopotâmia paranaense. Não que o problema já tenha sido resolvido. O Oeste do Paraná ainda é representado graficamente como sertão desconhecido. Já existe, contudo, uma solução demográfica em forma de projeto político, cuja aparência é mostrada por Veiga Cabral. (SANTOS, 2002, p. 56)

Apesar do trecho de Veiga Cabral afirmar que o imigrante não deveria sentir nostalgia de sua pátria-mãe, Gregory afirmou que nos anos 1940, quando os eurobrasileiros começaram a colonizar o Oeste Paranaense, a tendência é que não houvesse mistura étnica nas novas relações sociais desenvolvidas ali. De certa maneira haveria uma nostalgia, pelo menos nas questões tidas como raciais. Natural ou descendente, o importante é que fosse europeu, em que pese a presença de asiáticos, como afirma Ristow:

No oeste do Estado, alemães, russos, poloneses, holandeses somaram-se a italianos, árabes e judeus. Estes últimos (árabes e judeus) se fixaram mais na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, na cidade de Foz do Iguaçu. Acredita-se, pela força discursiva, que a região exigia a necessidade de um colono especial, que não dependesse do trabalho escravo e que cultivasse a terra. A expressão máxima dessa necessidade estava sendo buscada no imigrante europeu. (RISTOW, 2011, p. 48)

A *necessidade* de um *imigrante europeu* pautou a ideologia que incentivava um tipo de imigração rumo ao Oeste do Paraná, pelo menos naquele momento. Essa imigração deveria ter como um dos objetivos embranquecer a população do estado, incluindo o sertão, como era chamado o interior. Diversos autores da época, como afirma Ristow, versavam nesse sentido:

Um dos grandes defensores do branqueamento da população nessas décadas foi o engenheiro e militar Davi Antonio da Silva Carneiro (1944). Propôs a existência de uma “amalgama definida pelo tempo” como forma de solução dos problemas étnicos no Paraná. Afirmou, no seu texto *Vaticínio Sociológico*, que, no Paraná, somente uma mão firme e ideais fortes, com

planejamento para ocupação do *hinterland* com homens selecionados, seria capaz de pôr a cabo a investida da ocupação dos sertões do Estado. (RISTOW, 2011, p. 48-49) (grifos no original)

Lima Figueiredo também defendia a imigração europeia no Paraná:

[...] os sertões e desertos [do Estado do Paraná] só podem, só devem ser povoados – e o hão de ser – por imigração européia, que mui espontaneamente e por si caminhe da periferia para o centro, reflua do litoral e suas imediações para a zona do interior, promovendo uma amalgamia da raça. (FIGUEIREDO, 1945 apud RISTOW, 2011, p. 50)

Quando Vargas utilizou em seu discurso, citado anteriormente, o *saneamento* como um dos propósitos do governo, ele se referia não apenas às questões ligadas à saúde, mas também a uma eugenia, ou seja, o embranquecimento da nação. Assim, natural que autores do período dissertassem acerca do assunto, e conseqüentemente houvesse uma política de Estado nessa direção. Como analisado por Ristow, propunham que, com tempo e planejamento, essa política se tornaria possível (RISTOW, 2011, p. 50). A autora completa:

A etnia e a dispersão geográfica eram os desafios daqueles anos no Paraná. Essas, com certeza, são questões temáticas para um país e um Estado que estava buscando elementos étnicos para a definição de um ideal de população, diante das políticas que eram implementadas para promover a interiorização a população, bem como definir seu perfil étnico. Era a higiene dos sertões e o discurso sobre sua capacidade de a higiene sanear o Brasil. É uma investida que demarca a institucionalização do ensino superior do Paraná, de modo especial o Curso de Medicina. Havia a necessidade da busca, para esse discurso, de um biotipo ideal. (RISTOW, 2011, p. 63)

Como visto, o biotipo ideal seria o homem branco europeu colonizando o Paraná, incluindo, portanto, o Oeste. Enfim, há neste cenário que o imaginário local em Foz do Iguaçu se desenvolveu: um processo de embranquecimento, nacionalismo e ao mesmo tempo a convivência com o outro na Tríplice Fronteira.

1.1 A pequena cidade se transforma: crescimento e desordem

O que falar então de Foz do Iguaçu, cidade fundada como Colônia Militar em 1889?



Foto 1: Avenida Brasil, esquina da rua Jorge Sanways, anos 1940. Disponível em <<http://www.borkenhagen.net/eventos/batalhao80.html>> Acesso em março de 2013

A imagem acima retrata a pequena Foz do Iguaçu, com aproximadamente trinta e poucos anos de idade nos anos 1940. A Avenida Brasil (antiga Avenida Botafogo), hoje com vigoroso comércio, nem asfalto possuía (se é que o asfalto de fato significa progresso)! O único veículo que aparece na fotografia é militar. Levando-se em conta o fato de Foz do Iguaçu ter surgido como uma Colônia Militar ainda no século XIX, não é de se estranhar o jipe pertencente ao exército. Porém, o jipe não aparece à toa na imagem: uma parada militar acontecia. Além de comemorações como o Sete de Setembro ou a Proclamação da República, a parada também representava a força do exército brasileiro em tempos de guerra (não podemos esquecer que os anos 1940 ficaram marcados pela Segunda Guerra Mundial).

Segundo Agnese Betio Giovenardi, que chegou à cidade com a família em 1949 (mesma década da Foto 1), residindo em Foz por quase vinte anos,

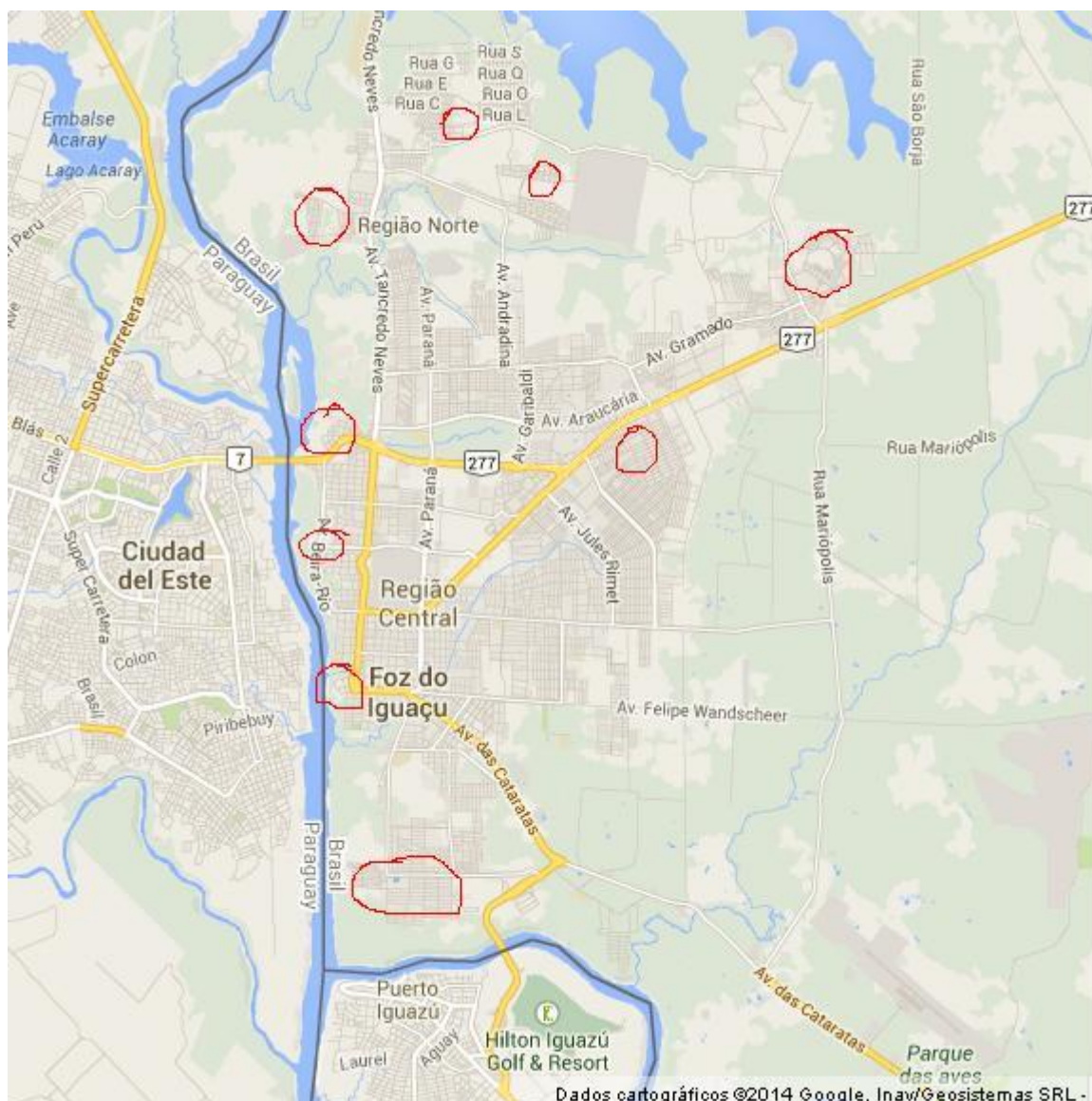
[...] Nesta rua (Marechal Deodoro) e na Santos Dumont havia só algumas casinhas. O centro da cidade era uma buraqueira e mato por toda parte. Eram poucas as casas boas na cidade. A maioria era simples, simples, quase todas de madeira. Era difícil encontrar em Foz casa com forro. (CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 39)

A mesma impressão de cidade pequena, com “quase nada”, teve Argemiro “Marujo” dos Santos, que chegou a Foz do Iguaçu coincidentemente em 1949, mesmo ano em que Agnese Governadi chegara com a família. Segundo “Marujo”,

Chegamos ao Porto Iguaçu e o capitão Mendes disse “é aqui Foz do Iguaçu”. E eu: “Mas como? Não estou vendo nada!” Na barranca do rio Paraná estavam o batalhão do Exército e a Marinha numa velha casinha de madeira. Na Marinha éramos eu, o comandante Pimentel, o capitão Mendes e um artilheiro. No dia seguinte, o comandante me mandou buscar leite a cavalo na propriedade de um tal de Samek. Então vi o que era Foz do Iguaçu: uma casinha aqui, outra ali, mato por todo lado. A vida foi indo, eu fui ficando, casei, tive três filhos que criei na base do feijão com arroz. (CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 40)

Como visto anteriormente, a segurança da fronteira era imprescindível, principalmente desde o plano de Vargas em ocupar o oeste paranaense, mas também todas as áreas fronteiriças. Tal qual a fotografia 1 retratou a presença do exército em desfile na Avenida Brasil, o “Marujo” vislumbrou esses soldados e marinheiros, justamente na barranca do rio, ou seja, local por onde brasileiros e paraguaios poderiam ir e vir, de maneira legal ou ilegal. Provavelmente essa velha casinha de madeira em que se encontravam o Exército e a Marinha não existe mais, mas centenas de pessoas vivem hoje próximos à barranca, tanto em Foz do Iguaçu quanto em Ciudad Del Este, em condições precárias. Marginalizados e excluídos das duas sociedades. Inclusive existe, hoje, uma área próxima ao centro da cidade chamada “favela da Marinha”, que formou-se ao longo dos anos 1970 e 1980. A paisagem que o “Marujo” encontrou naquela época se assemelha a outras relatadas no mesmo período, de acordo com fotografias e o discurso de então.

O mapa a seguir mostra quais foram as regiões da cidade onde surgiram áreas marginalizadas em função do rápido crescimento da cidade, que convivem atualmente com elevados índices de violência. A “favela da Marinha” surgiu próxima a área central, onde aparece no mapa “Foz do Iguaçu”. Com o passar dos anos, surgem outras próximas à barranca do Rio Paraná, como na região do Porto Meira, do Jardim América e do Jardim Jupira, principalmente em função da ligação com o Paraguai e o comércio ilegal.



Mapa 1: Áreas circuladas representam regiões marginalizadas e com elevados índices de violência
 Fonte: Google Maps, acesso em janeiro de 2014.

Outra antiga moradora de Foz do Iguaçu, inclusive natural da Terra das Cataratas, Conceição Ferreira Araújo, conta que

[na década de 1940] [...] não havia na cidade uma casa com um banheiro dentro. Só se conhecia a latrina no fundo do quintal. Meu marido [Augusto Araújo, que comandou a empresa Dolabela, responsável por obras como o antigo aeroporto – hoje Clube Gresfi –, o Hotel das Cataratas, a Usina São João dentro do Parque Nacional do Iguaçu, entre outras] construiu nossa casa atrás de onde hoje está o Fórum e instalou o primeiro banheiro interno de Foz do Iguaçu, com sistema de vaso sanitário e descarga. Era uma curiosidade que atraía gente para ver como era, como funcionava a grande novidade. (CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 74)

A década de 1940 em Foz do Iguaçu ficou marcada pela economia da madeira, assim como em décadas anteriores. O comércio era demasiado pequeno, obrigando os moradores da cidade a comprar na Argentina, como já visto em depoimento de Otilia Schimmelpfeng e também como afirma Januário Machado Portinho, residente em Foz desde 1949:

Nessa época tudo dependia da madeira. É porque você vê, eu cheguei aqui em 1949, nós tínhamos o Batalhão, que já estava aqui, tinha madeireiras, e diversas exportadoras de madeira. O forte mesmo era o pinho. Tinha algumas que exportavam em toras, canelas, mangaratuva, todas essas madeiras de lei que existiam na região e que hoje não tem. Peroba, essa madeira era exportadas em toras. Chamadas madeiras de lei. [...]

Em 1949 o comércio era muito pequeno em Foz do Iguaçu. Um exemplo é que o material todo nosso trazíamos de Curitiba, a gasolina que nós usávamos para nosso consumo, nossos caminhões, era tudo transportado em tambores. Nós tínhamos quatro caminhões permanentemente viajando daqui para Curitiba buscando gasolina e material. Para você ter uma ideia, o comércio era pequenino, então você chegava sábado e ia fazer teu rancho na Argentina, porque aqui não tinha. (CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 130-131)

A primeira metade do século XX vislumbrou uma Foz do Iguaçu pacata, sem asfalto ou pontes que ligassem a cidade aos países vizinhos, como existe hoje. Era formada por pessoas que chegavam de diferentes partes do Brasil e até mesmo do mundo, tendo em vista a imigração europeia em direção ao Brasil tanto no final do século XIX como no período entreguerras do século seguinte. O mato tomava conta da cidade, possivelmente com onças rondando áreas centrais, algo que hoje tornou-se inimaginável. As construções eram em sua maioria de madeira. Apenas algumas eram de material como afirma Osvaldo Pilatti, que chegou a Foz em 1939:

Tinha quatro prédios de material. Tinha do Acácio Pedroso, onde era o correio, a igreja em construção, a casa dos padres, a prefeitura já estava pronta. O Hotel Casino Iguaçu, que estava em construção foi inaugurado em [19]41, tinha o Ritz aqui em baixo, ele era comerciante, a casinha era de madeira. Era uma rua. Tinha um na Schimmelpfeng em cima e o Botafogo, que hoje é a av. Brasil. O resto era só picada. (CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 162)

O restante da cidade era composto por “picadas”, aberturas. Como já dito, o asfalto ainda não existia, restando aos transeuntes caminhar pelo barro e aos motoristas torcer para não atolar em plena subida!

A fotografia 1 também retrata uma Foz do Iguaçu “baixinha”, sem a presença de edifícios na área central. Podemos observar, por exemplo, árvores e telhados em ruas paralelas e perpendiculares, relativamente distantes do ponto de origem da imagem. Como veremos em imagem adiante, isso praticamente não é mais possível, principalmente em função do crescimento vertical da cidade.

O uso da imagem está fortemente presente nesse trabalho, contribuindo para a (re)construção da memória em Foz do Iguaçu (senão em toda cidade, pelo menos em parte dela). Segundo Tedesco,

A imagem é discurso, é poética, é ilustração, é vestígio, narrativa, representação e lembrança; pode colocar em xeque o conteúdo do discurso histórico, mas pode, também, condicionar a opinião pública, servir de base ou de ponto de partida para pesquisas (Canabarro, 2005). É alimentada e produzida, em geral, pelo caráter subjetivo de quem a viabiliza, a publiciza e a intencionaliza; por isso, permite olhares, intenções e interpretações múltiplas. [...] a fotografia pode se constituir como fonte discursiva, como fragmento da história e código de leitura; revela tempos contínuos e descontínuos, expressões que vão além de descrições e que podem evidenciar vividos de tempos diversos (Canabarro, 2005). (TEDESCO, 2011, p. 145-146)

A presença da fotografia e da memória contribuem para uma história do presente, pois são fontes que se complementam. A memória desde a antiguidade tem sua importância, principalmente nas sociedades com direito consuetudinário e que não possuíam formas de escrita. O primeiro livro escrito pelo grego Heródoto de Halicarnasso, “*Histórias*”, utilizou-se dessa metodologia, entrevistando pessoas e utilizando de suas memórias para a escrita da história. Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, as potencialidades da história oral são inúmeras, dentre as quais destacam-se:

- revelar novos campos e temas para pesquisa;
- apresentar novas hipóteses e versões sobre processos já analisados e conhecidos;
- recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, nacionais, entre outras, sob diferentes óticas e versões;
- possibilitar a construção de evidências via entrecruzamento de depoimentos;
- recuperar informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documento, ou mesmo que, estando registrados, não estão disponíveis para a comunidade de pesquisadores por diferentes razões;

- possibilitar a redefinição de cronologias históricas através de depoimentos que revelam novas óticas e diferentes interpretações em relação às predominantes sobre determinado assunto ou tema;
- contemplar o registro de visões de personagens ou testemunhas da história, nem sempre considerados pela denominada história oficial. Isto é, recolher depoimentos anônimos, vencidos, membros de movimentos étnicos, integrantes de comunidades alternativas, entre outros;
- possibilitar o registro de versões alternativas às da história predominante, por meio de entrevistas com membros da própria elite e com pessoas vinculadas às instituições de poder;
- possibilitar a associação entre acontecimentos da vida pública e da vida privada, por meio das narrativas individuais;
- apresentar-se como alternativa ao caráter estático do documento escrito, que permanece o mesmo através do tempo. (DELGADO, 2010)

A fotografia é mais recente, do século XIX, se popularizando no século XX. Entretanto, pinturas já poderiam ser utilizadas por aqueles que, de alguma maneira, gostariam de visualizar o passado. Segundo Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad,

A imagem fotográfica compreendida como documento revela aspectos da vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Neste sentido, a imagem fotográfica seria tomada como índice de uma época, revelando, com riqueza de detalhes, aspectos da arquitetura, indumentária, formas de trabalho, locais de produção, elementos da infra-estrutura urbana, tais como tipo de iluminação, fornecimento de água, obras públicas, redes viárias etc.; ou ainda, se a imagem for rural, tipo de mão-de-obra, meios de produção, instalações diversas... [...](CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 406)

Então, ao utilizar a história oral com a fotografia, a paisagem, temos uma importante mescla de abordagens, possibilitando ampliar nossos horizontes enquanto historiadores, construtores ou re-construtores de uma história. Ainda de acordo com Cardoso e Mauad,

Assim, o tamanho e os formatos determinados, o enquadramento certo e a nitidez exata compõem um texto imagético para cada tema e lugar. Em tais imagens podem estar partes de uma história, noções de bem-vestir, aspectos do desenvolvimento urbano (ou rural), flagrantes da “vida real”, memórias de guerra etc.: um conjunto de programações sociais de comportamento relativas a uma determinada ideologia. (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 411)

Partes de uma história estão presentes no objeto em estudo, afinal, as Vilas de Itaipu fazem parte da nova paisagem de Foz do Iguaçu a partir da década de 1970, com consequências positivas e negativas desde então. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva,

Para o historiador, é fundamental perceber, para além da visão funcionalista do progresso, as contradições e os efeitos aleatórios de alterações técnicas no processo de trabalho e seus reflexos, desejados ou não, sobre a paisagem. (SILVA, 1997, p. 214)

O documento escrito não é a única fonte de construção de verdades, mas um meio, assim como outros, para a construção de uma história. Portanto, a fotografia, retratando as mudanças na paisagem, torna-se tão importante para o historiador quanto uma pintura ou escultura, como afirma Marc Bloch:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes dos testemunhos muito diversos em sua natureza. Que historiador das religiões se contentaria em compilar tratados de teologias ou coletâneas de hinos? Ele sabe muito bem que as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário dos túmulos têm tanto a lhe dizer sobre as crenças e as sensibilidades mortas quanto muitos escritos. (BLOCH, 2001, p. 80)

Em diversos locais o historiador pode recorrer aos escritos antigos, pinturas ou esculturas, porém, no oeste do Paraná, no período histórico retratado, a memória e o imaginário local é tão ou mais importante do que um documento registrado em cartório, uma certidão ou tratado entre países. As personagens, pessoas reais, podem falar da economia no passado tanto quanto um jornal e seus dados referenciais. A convivência na fronteira, por exemplo, fora muito bem exemplificada pelos relatos de antigos moradores de Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu era uma cidade rural com cultura agrícola e de extração durante seus primeiros cinquenta ou sessenta anos. A erva-mate e a madeira estiveram presentes na economia local, que a partir da década de 1970 entraria em uma nova fase graças principalmente a construção da Usina de Itaipu, além da construção da Ponte da Amizade, da BR-277 e do Aeroporto internacional. O imaginário local, como o do ex-prefeito Perci Lima, que governou a cidade nos anos 1980, quando Foz do Iguaçu ainda tinha o chefe do Executivo nomeado pelo governo militar, tem essa percepção. Há registros que:

De 1965 em diante Foz do Iguaçu viveu um período próspero com o declínio das madeiras, mas entramos no SÉTIMO CICLO econômico da cidade com o crescimento do turismo de massa, pois com a inauguração da BR-277 em 1969 interligando Foz aos grandes centros do Brasil, como Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e etc, trazendo turistas de todo o Brasil. Nessa década também foi inaugurado o Aeroporto Internacional, situado na Rodovia das Cataratas, inaugurando a era de vôos dos grandes aviões. (LIMA, 2001, p. 90)

Perci Lima em parte representa um tipo de memória, a oficial da cidade, assim como mantém um discurso nacionalista, como feito nos anos 1930/1940, ao abordar a questão da ligação da cidade de Foz do Iguaçu aos grandes centros, pois era tido como um lugar distante. Mas de fato o aeroporto representou uma outra oportunidade de chegar a Foz do Iguaçu, levando-se em conta que na década de 1980 o movimento de passageiros ultrapassou a marca de quinhentos mil pessoas (1986). Além disso, no ano anterior, o movimento da rodoviária ultrapassou a marca de um milhão de passageiros⁶, número bastante significativo, colocando a cidade como segundo destino turístico do país. A década de 1980 foi também o período de expansão do comércio em Ciudad del Este (na época Puerto Stroessner), o que contribuiu para o grande número de visitantes na Tríplice Fronteira, graças ao comércio de sacoleiros⁷. Nos anos 1980, praticamente tudo cresceu na região.

Perci Lima comentou acerca do “Sétimo Ciclo Econômico” de Foz do Iguaçu. Para ele, os anteriores são:

PRIMEIRO CICLO: período compreendido entre os anos de 1881 a 1930, fase da exploração da erva-mate e corte predatório da madeira, que eram produtos exportados para a Argentina.

SEGUNDO CICLO: iniciou-se mais ou menos por volta de 1914 e também se encerra em 1930, com o assentamento dos colonos alemães, polacos, eslavos e italianos, que iniciaram um processo rudimentar de agricultura de subsistência, mas que foi o início de uma agricultura moderna, forte e pujante.

TERCEIRO CICLO: a partir de 1924, com a vinda dos revolucionários da Coluna Prestes que trouxe novos usos e costumes a população. Este ciclo é curto, termina com a retirada dos revoltosos da cidade e da região.

QUARTO CICLO: a partir de 1930, com a criação da 1ª Cia. Independente de Fronteira, da Delegacia da Capitania dos Portos do Rio Paraná, injetando uma boa parcela de meio circulante com o pagamento dos militares além da inclusão do turismo em nossa economia, com a criação do Parque Nacional do Iguaçu.

QUINTO CICLO: Queda na economia pela criação do Território Federal do Iguaçu, com a instalação da capital na cidade de Laranjeiras do Sul em

⁶ Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, s/d, p. 45-46.

⁷ Brasileiros de outras partes do país que vem ao Paraguai comprar para então revender no Brasil, geralmente sem o pagamento dos devidos impostos alfandegários para tornar os produtos mais baratos ainda.

detrimento de Foz do Iguaçu, o que levou os empreendedores da época ao desalento, e o início da Segunda Guerra Mundial, que afetaria a economia do mundo todo. Este período compreende os anos de 1935 a 1950.

[...]

Ainda no ano de 1956 foram iniciadas as obras da Ponte Internacional da Amizade, ligando o Brasil ao Paraguai. Esta ponte possui uma extensão de 554 metros e é de importância vital para Foz do Iguaçu, porque, além de ligar os dois países, desenvolveu as relações comerciais do Brasil com o Paraguai e proporcionando uma saída para o mar para o desenvolvimento da exportação dos produtos paraguaios. Com a vinda da Soteste, empresa que construiu a ponte, nossa cidade entra no SEXTO CICLO econômico, com a injeção de mais dinheiro na economia local através do pagamento do salário dos operários que construíram a ponte e com o estabelecimento do comércio fronteiriço entre as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Franco e, posteriormente, Puerto Stroessner, hoje Ciudad Del Este. Seu término deu-se em 1965, quando foi inaugurada com a presença dos presidentes Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, do Brasil, e General Alfredo Stroessner, do Paraguai. (LIMA, 2010)

A história urbana de Foz do Iguaçu, no entanto, sofrerá um grande impacto não devido aos ciclos, mas as intervenções político-econômicas, como por exemplo, a criação do Território do Iguaçu, que transferiu temporariamente as atenções regionais para Laranjeiras do Sul, ou a criação da Itaipu Binacional, obra de grande porte que promoveu a vinda de um contingente considerável de pessoas.

No início dos anos 1970 a população de Foz do Iguaçu era de aproximadamente 34 mil habitantes, segundo o IBGE. Os habitantes viviam basicamente do meio rural, quando foram surpreendidos pelo grande crescimento ocorrido nos anos seguintes, mudando a feição da cidade para sempre. A decisão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional na cidade contribuiu para que a população crescesse de maneira desordenada, tendo em vista a inexistência de infraestrutura adequada àquela época. Quer dizer, foram criadas instalações para parte dos novos moradores, enquanto outra grande parte ficou sem instalações adequadas.



Foto 2: Avenida Brasil, década de 1960/1970.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal. Acesso em abril/2013.

A imagem da foto 2 retrata uma Foz do Iguaçu interiorana, semelhante a outras tantas que existiam no Brasil de outrora: ruas largas com pouco movimento, carros típicos dos anos 1960 e 1970, quando o Volkswagen Fusca dominava o mercado automobilístico nacional. Mesmo na principal via da cidade, a Avenida Brasil, observa-se construções baixas, no máximo de dois pisos. E logo atrás das construções, muito verde, o que denota baixa densidade populacional.

O asfalto chegou à Avenida Brasil nos anos 1960, durante o governo de Ozires Santos. Segundo o próprio,

Eu tinha um programa que girava em torno do turismo e da eletrificação da cidade, que não tinha luz. Quando assumi a Prefeitura estávamos no escuro. Incentivamos o surgimento da hotelaria, convidando investidores. Busquei recursos para começar o asfaltamento da cidade. Não havia um metro de calçamento, e eu consegui asfaltar a Avenida Brasil e várias ruas do centro da cidade. Para a geração de energia elétrica consegui um motor termoelétrico. Depois ainda durante o meu governo, foi concluída a Usina de Ocoí [Ocoí ou Ocoy é o nome do rio no qual ela foi instalada] e a cidade passou a se abastecer dessa energia. (CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 171)

Em que pese o risco de um discurso oficial e populista, de fato o asfalto foi realizado durante o governo de Ozires Santos, como afirma Júlio Bruczenitski:

A energia era produzida pelas usinas São João e Ocói e por motores movidos a óleo diesel. O chefe do Departamento [de Água, Esgoto e Energia Elétrica, órgão do governo do Estado] aqui era Armindo Mate. Depois eu também fui chefe. No início da década de [19]60, quando o prefeito era Ozires Santos, o Departamento de Água, Esgoto e Energia Elétrica ficou encarregado de asfaltar a Avenida Brasil. Eu trabalhei nessa obra também. Foi a primeira vez na vida que vi asfalto. Foi uma grande novidade para Foz do Iguaçu, inaugurada com grande festa. Era uma avenida de duas pistas, de duas mãos com canteiro central. (CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 139)

Como veremos mais adiante, a Avenida Brasil, principal via da cidade, não possui mais mão dupla muito menos um canteiro central, transformando-se em via de mão única no sentido norte-sul. A modernidade parece ser implementada em forma de luz. A integração local com a do resto do Brasil começa a ser invertida: como o interior pode seguir a metrópole. O desenvolvimento que era ouvido pelo rádio ou visto nas grandes cidades finalmente desembarcava na fronteira.

A criação da Usina de Itaipu foi idealizada pelos presidentes Emílio Garrastazu Médici, do lado brasileiro e Alfredo Stroessner, do lado paraguaio. Pelo tratado assinado em 1973, os países se comprometeriam a contratar funcionários para a construção, além de arcar com o restante dos custos. A maior parte foi paga pelo governo brasileiro, em uma época que o governo militar estava empenhado em obras faraônicas, como a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, por exemplo. Assim, a ideia de construir a maior hidrelétrica do mundo no oeste do Paraná repercutiu em diversas regiões do Brasil, atraindo milhares de pessoas em busca do novo *Eldorado*⁸, da riqueza que poderia ser proporcionada. Impressionante notar que, menos de dez anos depois, a população da cidade ultrapassou a marca de 136 mil habitantes, segundo dados do IBGE. Ou seja, do início da obra, em 1974, ao início dos anos 1980, pouco mais de cem mil pessoas novas passaram a residir na cidade. Como “apenas” 40 mil pessoas eram trabalhadores oficiais contratados por Itaipu, o restante⁹ teve que contar com a boa vontade do poder público em construir uma infraestrutura mínima. Para os trabalhadores de Itaipu foram construídos três bairros novos: Vilas “A”, “B” e “C”. A Vila “A” era destinada aos trabalhadores de nível médio técnico, a Vila “B” para os engenheiros e ocupantes de cargos de chefia, enquanto a Vila “C” era

⁸ Expressão utilizada por Catta, para designar a busca pela riqueza em Foz do Iguaçu a partir de Itaipu. CATTÁ, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

⁹ A questão do contingente populacional ter sido muito grande, ou seja, as mais de cem mil pessoas no total que vieram para Foz do Iguaçu nos anos 1970 pode estar relacionada às esposas e filhos de funcionários que vieram trabalhar na construção da Usina. É um tema controverso.

destinada aos “barrageiros”, trabalhadores braçais que fizeram a parte mais pesada da construção. Nas Vilas de Itaipu, havia toda infraestrutura necessária, incluindo clubes, escolas e hospital para atender aos funcionários, afinal, deveria haver benefícios para que alguém se descolasse de sua origem até o oeste do Paraná, lugar até então desconhecido do imaginário nacional, exceto pelas Cataratas do Iguaçu.

Em meados da década de 1980, a população da cidade ultrapassou os 183 mil habitantes (mesmo tendo perdido aproximadamente 16 mil habitantes com a emancipação de Santa Terezinha de Itaipu), e segundo estimativas da Prefeitura/IBGE, poderia chegar aos 350 mil habitantes ao final do milênio¹⁰, números que não se concretizaram. Esses números podem não ter se concretizado em função do fim da obra, pois sem essa perspectiva de trabalho, pessoas de outras partes do país podem ter perdido o interesse em residir na cidade. A projeção foi realizada levando-se em consideração a taxa de crescimento de Foz do Iguaçu até então.

A crescente população iguaçuense, em função tanto dos funcionários de Itaipu quanto daqueles que buscavam novas perspectivas, fez com que a procura por moradias disparasse o preço dos imóveis. Segundo levantamento do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) em 1977, o preço do aluguel em Foz do Iguaçu era superior não apenas a Curitiba, mas também a São Paulo, o que mostra o quão precária era a infraestrutura da cidade, não suportando tanta gente.

Tabela 1: Custo Médio do m² em Cr\$ em 1977.

Local	Aluguel	Venda
Foz do Iguaçu	45,00	3.600,00
Curitiba	22,50	3.200,00
São Paulo	27,50	3.750,00

Fonte: IPARDES apud CATTA, 2009, p. 265.

O antigo morador da cidade, Estanislau Zambrzycki, em entrevista ao jornal *Nosso Tempo*, em 1981, afirmou que viveu do comércio até 1967. “Depois passei a me dedicar ao ramo de aluguel, e permaneço até hoje. (...) Até a construção dos conjuntos de Itaipu havia muita exploração. Qualquer casinha custava uma nota”. (NOSSO TEMPO apud CATTA, 2009)

¹⁰ Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, s/d, p. 5-6.



Foto 3: Vista aérea de parte da área central de Foz do Iguaçu, 1980 (CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 147)

A foto 3 retrata uma Foz do Iguaçu em crescimento, no ano de 1980. Um grande edifício se destaca no alto da Avenida Juscelino Kubistchek: o Banestado. Próximo a ele, o Hotel Salvatti, um dos mais luxuosos (senão o mais) de sua época. Inclusive havia um cinema no hotel que existiu até o início do século XXI.

A imagem revela uma Foz do Iguaçu ainda “baixinha”, mas com grandes possibilidades, tendo em vista o “boom” populacional vivenciado no período. Podemos observar que ruas próximas ao centro ainda eram de terra batida, mas sendo possível vislumbrar um planejamento, com ruas e avenidas paralelas e perpendiculares, dentro do possível. O edifício do Banestado, além do alto da Avenida JK, também tem um lado na Avenida Jorge Schimmelpfeng, uma das mais importantes vias do centro. Vemos também que

a área central está próxima ao Rio Paraná, já que o próprio prédio do Batalhão Militar fora construído nessa região.



Foto 4: o bairro do Boicy, 1982 (CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 127)

O bairro do Boicy é um dos mais antigos da cidade, colado ao centro. A via de mão dupla que aparece na borda inferior/direita da imagem é a Avenida das Cataratas, que quando chega ao final, no meio da foto, encontra com a Avenida Paraná pela direita e a Avenida Jorge Schimmelpfeng pela esquerda. Apesar da imagem com pouca nitidez, é possível observarmos muitas árvores e construções baixas.



Foto 5: centro de Foz do Iguaçu e parte do Boicy, 2012. Fonte: Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1466090&page=4>>. Acesso em 13 abr. 2013

Analisando a imagem 5, mais recente da região central de Foz do Iguaçu, observamos o quanto ela cresceu em 40 anos: dezenas de prédios compõem a fotografia ao lado de casas e sobrados. A Avenida Brasil, “perdida” em meio ao desenvolvimento, já não aparece em destaque, até pelo ângulo da imagem. O verde das árvores ainda faz parte da paisagem, mas não a domina como até a década de 1970. A mata ao fundo/direita da imagem pertence ao 34º Batalhão de Infantaria Motorizado. Mesmo em uma área bastante valorizada, entre o centro da cidade e a Vila “A”, a mata ainda resiste como pertencente ao exército. E esse mesmo exército, responsável pela origem da cidade de Foz, também permanece vivo no imaginário urbano do cidadão iguaçuense.

O ângulo dessa imagem de 2012 contribuiu para compararmos a área central e do Boicy com as fotografias anteriores. Os galpões e o sobrado permanecem no mesmo local, e no final da Avenida Paraná com a Avenida Jorge Schimmelpfeng há um grande supermercado. A Avenida General Meira, que termina na Avenida das Cataratas, também é muito importante para a cidade, pois liga o Centro ao Porto Meira, um dos bairros mais populosos de Foz do Iguaçu.

Segundo o Censo, em 1991, 190 mil pessoas viviam em Foz, enquanto que no ano 2000 o número de residentes chegou a 258.543. Interessante observar que o IBGE registrou

311 mil habitantes em 2007¹¹, mas no Censo de 2010 o número de residentes caiu para 256.088. Esta ligação do Boicy com o Centro não ocorreu gratuitamente, mas foi uma espécie de “pressão” do próprio crescimento que sobrepôs o planejamento urbano inicial dos anos 1990. Os números mostram que a cidade vivenciou um crescimento entre os anos 1970/2000, e como o Boicy é próximo à área central, natural que se tornasse importante.

A Avenida Brasil do século XXI, na foto 6, a seguir, apresenta resquícios de décadas passadas escondidos em meio às construções erguidas principalmente nos anos 1980. Lojas de porte nacional, como Riachuelo e Pernambucanas se instalaram na cidade, além de um projeto que estreitou a avenida, antes via de mão dupla. Na primeira década do novo milênio, ela passou por uma grande reforma, alterando calçadas e os estacionamentos ao longo da via. Novas árvores foram plantadas e algumas poucas já existentes continuam por ali. A quantidade de carros também impressiona, além da diversidade de modelos, ante o domínio do “carro do povo” nas décadas de 1960 e 1970. Prédios com mais de 4 ou 5 andares também fazem parte da paisagem.

O passado e o presente ali convivem, na forma de antigas famílias que ainda possuem comércio ensinando as novas gerações seu ofício. Da comida típica do nordeste brasileiro à culinária árabe, do churrasco gaúcho ao mate e o tererê, muitas são as memórias que construíram a cidade. Uma família (Maran), por exemplo, expõem em seu restaurante fotos antigas, que retratam uma Foz do Iguaçu centenária que os acolheu décadas atrás. O tempo não é linear, o passado não fica para trás, podendo conviver com o presente.

¹¹ Dado por estimativa.



Foto 6: Avenida Brasil, 2012.

Além da presença de brasileiros em busca do *Eldorado*, a cidade recebeu milhares de imigrantes estrangeiros, principalmente do extremo oriente (Coreia e China) e do Oriente Médio, atraídos também pela área de livre comércio em Puerto Stroessner. A presença árabe, representada principalmente por libaneses, mas também contando com sírios, palestinos e iraquianos, é bastante expressiva. Segundo dados da comunidade libanesa, desde o início da imigração nos anos 1950 até 2008, eram 12 mil pessoas. (KLAUCK, 2010, p. 123, nota de rodapé)

A comunidade árabe presente em Foz construiu escolas, mesquitas e diversos empreendimentos comerciais. E segundo os próprios descendentes de imigrantes, muitos vieram para ficar, como afirma Abdul Said Rahal:

Como vamos voltar para o Líbano se nossos filhos são brasileiros? Em geral, os árabes têm suas famílias constituídas aqui, têm seu patrimônio aqui, a maioria se nacionalizou e todos estão integrados, acostumados com o Brasil e os brasileiros. O Brasil é o melhor país do mundo para viver. (CAMPANA; ALENCAR, p. 35)

Apesar de Rahal afirmar que os árabes estão adaptados e integrados à cultura brasileira e que constituíram famílias aqui, a origem das esposas deve preferencialmente ser semelhante à sua cultura, como observou Klauck em pesquisa realizada com libaneses, entre eles, Mayssa Ibrahim:

É preferível. A família gosta. E eu também gosto, porque eu acho que valores, para religião, nossa religião, minha religião ela tem valores muito fortes. Vamos supor que eu case com uma pessoa que não tenha os mesmos valores que os meus, então vai acabar em choque. Então é preferível que você case com uma pessoa da mesma cultura, da mesma religião, tem os mesmos costumes, faça ramadã, entendeu, até para não, depois quando tiver filhos, para cada um saber o que vai seguir, não ficar perdidos: “não sei quem está certo, minha mãe, meu pai”. Pode acontecer de eu casar com uma pessoa de outra religião, brasileiro, por exemplo. Mas eu prefiro que seja com um muçulmano. E meus pais também preferem (IBRAHIM apud KLAUCK, 2010, p. 132).

Sem adentrar em questões ligadas à identidade, interessante observar que, apesar do multiculturalismo da própria Tríplice Fronteira, para os árabes, seja preferível casar com uma pessoa com as mesmas tradições religiosas, mesma etnia, tal qual os eurobrasileiros apontados por Gregory, por exemplo.

1. 2 Mudanças e permanências

O crescimento desordenado, principalmente devido aos trabalhadores informais que vieram para Foz do Iguaçu tentar a sorte, contribuiu para um processo de favelização da cidade. Além disso, os barrageiros dispensados de Itaipu muitas vezes permaneciam na cidade ao invés de buscar outras oportunidades em lugares diferentes. Assim, sem emprego formal, muitos aderiram à informalidade acabaram mudando-se das Vilas para outros bairros da cidade. O pesquisador Luís Eduardo Catta observou que

As principais consequências dessas transformações foram: uma massa heterogênea vinda de todas as partes do Brasil e dos países vizinhos que

passou a sobreviver, quando não absorvida pela economia local, de trabalhos informais ou de sub-empregos, sem a perspectiva de ver concretizado o sonho de enriquecimento ou independência financeira que os levou para aquelas paragens; a criminalização da atuação desse segmento da população pelas elites, com anuência do Poder Público e com o devido controle e repressão pelas polícias que ali atuavam; um favelamento acelerado nas áreas periféricas da cidade e um vertiginoso aumento da especulação imobiliária; desorganização das áreas centrais com um trânsito caótico e acidentes constantes; formação de comércio paralelo de produtos diversificados nas principais ruas da cidade; alto índice de criminalidade (assaltos, arrombamentos, homicídios, furto de automóveis que eram levados para desmanche ou comercialização no Paraguai) e narcotráfico. (2002, p. 37-38)

Os números não são animadores também porque a maior parte da população no início dos anos 1980 possuía baixa escolaridade. Dados de 1980 revelam que dos 136 mil habitantes à época, 69% dos habitantes acima de 10 anos (que equivalia a 83.789) possuía apenas o Elementar completo, o equivalente ao atual 5º ano do Ensino Fundamental I. Desse total de quase 84 mil pessoas, apenas 50.851 eram alfabetizadas e 1.344 possuíam Ensino Superior completo (2,64%)¹². Os analfabetos e aqueles que sabiam escrever apenas o próprio nome representavam 63%, o que para o desenvolvimento socioeconômico de uma cidade e até mesmo de um país é extremamente negativo, gerando baixo desenvolvimento técnico científico. Esses números contribuem com a ideia de favelização da cidade observada por Catta e também pelo ex-prefeito Perci Lima:

A miséria, pelos muitos desempregados que circulam pela periferia de nossa cidade, com a criação de bairros desestruturados socialmente, mal que perdura até os dias de hoje. Esses bairros foram criados porque iniciaram-se as demissões graduais nas obras da usina a medida que ela ia sendo concluída. Os peões que por aqui já viviam há mais de dez anos, perdiam o vínculo com seus locais de origem e por aqui ficavam na esperança de continuar a manter o padrão de vida adquirido enquanto eram empregados da Itaipu. A realidade foi outra. Até a vinda da Itaipu Binacional, a cidade não conhecia favela a não ser pelas telas de cinema e da televisão. (2001, p. 104)

As demissões graduais colocadas por Perci Lima contribuíram também para que os ex-funcionários de Itaipu passassem a residir não apenas nas áreas periféricas, mas também ao redor das Vilas de Itaipu, como que se não quisessem manter distância com o recente passado.

Um dado relevante sobre a educação em Foz nos anos 1980, e ligado a questão da Itaipu Binacional, foi o fato de muitos filhos de funcionários terem deixado de estudar no

¹² Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, 1990. p. 29.

Colégio Anglo Americano entre 1982 e 1983. O número de alunos caiu praticamente pela metade, e segundo a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, isso se deveu ao fato de uma parte significativa da obra ter finalizado e, com isso, os filhos dos funcionários perderam o direito de estudar lá. Observe o quadro:

Tabela 2: NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE 1º GRAU

ANO	MUNIC.	ESTAD.	PARTIC.	ADEFI	TOTAL
1980	7.529	8.244	12.879	---	28.646
1981	4.134	10.013	14.546	5.366	34.059
1982	4.798	11.633	16.613	6.082	39.126
1983	4.072	10.767	8.452	5.995	29.286
1984	4.109	11.649	7.228	5.559	28.545
1985	4.791	12.727	10.366	5.719	33.603
1986	6.179	13.823	11.378	6.089	37.409
1987	13.128	15.010	13.517	---	41.655
1988	12.295	14.348	13.256	---	39.899
1989	12.568	14.997	12.845	---	40.410

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, 1990, p. 30.

Os números revelam um dado interessante: apesar da queda de alunos matriculados em escolas particulares na virada de 1982 para 1983, não há um crescimento expressivo das matrículas em escolas públicas, sejam municipais ou estaduais. Uma das possibilidades é que os desempregados de Itaipu decidiram não tentar a sorte em Foz do Iguaçu, mas buscar trabalho em outras cidades e estados. Difícil mensurar quantos desses ex-funcionários permaneceram na cidade, e conseqüentemente seus filhos também. Isto posto em função da ligação existente em muitos casos da baixa escolaridade/informalidade/ilegalidade/violência. Essa relação muitas vezes acontece, o que nos leva a crer que o abandono da escola tenha contribuído para que, de certa maneira, a violência aumentasse em Foz (levando, claro, outros possíveis fatores em consideração).

Não é intenção desse trabalho esmiuçar a questão da educação em Foz do Iguaçu, mas, brevemente, tentar mostrar algumas mazelas existentes na cidade, trazidas, pelos críticos, pela Itaipu Binacional e sua herança de demitidos, como afirma Catta: “Aqueles que foram demitidos, vieram a ‘engrossar’ o contingente de pessoas na cidade que tiveram de viver com a herança de Itaipu” (CATTA, 2002, p. 119). O pesquisador continua:

[...] constatamos que a implantação do projeto Itaipu, se por um lado foi o maior responsável pela organização da infra-estrutura básica da cidade, o foi também pelas enormes distorções ao nível da concentração de rendas e da pauperização contínua de amplos segmentos da sociedade, que foram atraídos por ela, e se viram excluídos das atividades formais de trabalho. Também incrementou e agudizou sensivelmente outros aspectos, mencionados anteriormente, que no quadro geral do cotidiano da cidade se apresentavam praticamente inexistente até a instalação do projeto: o setor informal da economia (contrabando, jogos, ambulantes, vendedores de lixo reciclável, etc.) e o número de pedintes e meninos-de-rua; a insegurança, a criminalidade e a violência; o problema da favelização e de áreas de moradia popular sem a mínima infraestrutura, que abrigavam aquele enorme contingente de excluídos ou “desclassificados” da sociedade. (CATTA, 2002, p. 123)

Muitos desses excluídos ou “desclassificados” eram aqueles que buscavam um *Eldorado* com a instalação de Itaipu, mas tiveram que abandonar essa ideia e viver da economia informal, grande fonte de renda em Foz do Iguaçu até hoje. A economia da cidade depende, e muito, do fato dela ser uma Tríplice Fronteira e as consequências que isso traz. Como afirma Catta em outro trabalho,

Para os moradores da fronteira, incluindo os órgãos policiais, a dinâmica do contrabando é bastante conhecida. Todos sabem quais os produtos mais comercializados, os preços a serem pagos, as rotas seguidas pelos contrabandistas, as estratégias utilizadas para burlar a fiscalização, e até mesmo quem eram os advogados “porta de cadeia” que podiam ser acionados para libertar os que fossem surpreendidos pelos órgãos de repressão. E não eram apenas produtos de consumo diário, ou eletroeletrônicos que seguiam aquelas rotas. Automóveis, tratores, e produtos agrícolas eram levados do Brasil para o Paraguai, principalmente, e muitas vezes revendidos aqui no país, em operações que não eram coibidas pelas autoridades dos dois países. (CATTA, 2009, p. 400)

A fronteira em que Foz do Iguaçu se insere contribuiu para que esse tipo de episódio se tornasse corriqueiro, fazendo parte do dia a dia de milhares de personagens espalhadas por todos os bairros, que buscam estratégias de sobrevivência (nas palavras de Catta, 2009) em uma cidade que mudou totalmente desde o início das obras de construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Para Ribeiro,

[...] o Paraná, naquele período [anos 1970-1980], apresentava o maior fluxo imigratório do país em face da usina de Itaipu, o que agravou as tensões urbanas, com a demissão dos funcionários “barrageiros”, abandonados à

própria sorte no término da obra, quando, na cidade de Foz do Iguaçu, proliferaram favelas. Itaipu pode ser considerada como um símbolo de um desenvolvimento “às avessas” (diferentemente do discurso oficial), um monumento da técnica e da competência empresarial, testemunho da visão dos estadistas que governaram o país, quando, em nome do progresso e do desenvolvimento, populações foram esquecidas. (RIBEIRO, 2002, p. 106)

As críticas à Itaipu se fazem pelas situações geradas após o fim das obras, como as demissões ao longo dos anos 1980. Basta lembrar que, no auge, quase quarenta mil pessoas trabalharam na construção da hidrelétrica, contingente bastante significativo, principalmente se as autoridades pensassem “no que fazer com tantos desempregados?”. A resposta veio quase que naturalmente, em um processo de informalidade crescente do trabalho na fronteira, gerando pobreza e miséria em muitos sentidos. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, em seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 1992, a Itaipu contratou, até 1978, 31.318 funcionários, sendo que 6.701 foram demitidos até 1980 e outros 18.728 seriam demitidos entre 1981 e 1985, além de outros 7.000 que seriam dispensados após o fim das obras (PDDI, 1992, v. I, p. 15). Todos esses números gerariam mudanças na cidade, assim como marginalização e favelização, como afirmam os críticos.

O fato de muitos trabalhadores possuírem baixa escolaridade contribuiu, porém, com a informalidade. Ainda hoje os índices de educação não são animadores. Segundo dados do Censo de 2010, das pessoas responsáveis pelo domicílio (73.260, sendo maiores de 25 anos), 34.327 não possuíam Ensino Fundamental completo, ou seja, mais de 40% da população economicamente ativa de Foz do Iguaçu possui o Ensino Fundamental incompleto. Sem dúvida a cidade tem aí um grande problema ligado ao trabalho, tendo em vista a baixa escolaridade da população. A desqualificação da mão de obra contribui para que a renda formal não seja elevada. Dos 79.161 domicílios em 2010, 7.586 recebiam até 1 salário mínimo por mês; 15.759 recebiam de 1 a 2; 29.914 recebiam de 2 a 5 salários e 3.257 domicílios não possuíam renda. O valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes na cidade era de R\$ 948.15. O que pode contribuir para o crescimento da renda é a ilegalidade/informalidade do comércio na fronteira, com contrabando e tráfico. Em documento publicado pela Prefeitura Municipal, disponível no site oficial, os dados socioeconômicos de 2011 revelam que 44,88% das famílias tem renda de até 2 salários mínimos, contra os 33,61% publicados pelo IBGE. Enfim, podemos observar que a relação baixa escolaridade/baixa renda está presente em Foz do Iguaçu com números elevados.

A ilegalidade/informalidade do comércio fronteiriço, além de problemas sociais ligados à questão da educação (ou a falta de educação formal para grande parcela da população) contribuiu para que a cidade desenvolvesse altíssimos índices de criminalidade, o que de certa maneira vai de encontro aos discursos de favelização. O Mapa da Violência revelou dados extremamente negativos no período compreendido entre 1994 e 2004:

A cidade de Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná, se destacou negativamente na pesquisa Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. (...) A pesquisa é um diagnóstico referente a cada um dos 5.560 municípios brasileiros (...). Os resultados do estudo, obtidos com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, conclui que 10% dos municípios brasileiros concentram 71,8% dos homicídios, e que, desde 1999, a violência vem crescendo no interior dos estados e estagnando nas regiões metropolitanas (...). Prova disso é a posição incômoda da cidade de Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná, que ocupa a 11.^a colocação, dos 556 municípios brasileiros com maiores taxas médias de homicídios (em 100 mil habitantes) na população total. Foz, segundo o estudo, apresenta taxa média de 94,3 - é a cidade do Paraná com maior índice. (...) Foz do Iguaçu volta a se destacar, negativamente, na pesquisa. A cidade do Oeste paranaense encabeça a lista dos 10% dos municípios brasileiros com maiores taxas médias de homicídio (em 100 mil habitantes) na população jovem. (...) Foz é o 5.^o em óbitos por armas de fogo. Mais uma vez Foz do Iguaçu aparece de forma negativa na pesquisa quando são analisados os municípios, com maiores taxas médias de óbitos por armas de fogo (em 100 mil habitantes) na população total. A cidade paranaense é o quinto município de todo o Brasil com a maior taxa - 84,8. (FERNANDES, 2008, p. 51)

Os dados revelam estreita relação com os discursos apresentados por Lima e Catta, quando afirmaram acerca de um crescimento desordenado e da favelização da cidade após a instalação da Hidrelétrica de Itaipu. Segundo Catta,

Sendo a violência sentida em toda sua extensão, mas de difícil mensuração, procuramos, então, como retrato de um cotidiano forjado pela presença de Itaipu em Foz do Iguaçu, fazer emergir os elementos constitutivo da desestruturação operada em seu cotidiano e que vinculavam-se, ou eram um espelho daquela violência: a precária qualidade de vida daquelas camadas populares que levavam a improvisações pela sobrevivência, e dentre as quais destacamos o alto índice de crianças espalhadas pelas ruas como trabalhadores informais ou mendigando, e a criminalidade. (CATTA, 2002, p. 143)

Milhares de pessoas permaneceriam em Foz do Iguaçu mesmo após as demissões graduais ao longo dos anos 1980. Muitas criaram raízes e, ao contrário do que fizeram outrora, partindo de represa em represa, permaneceram na cidade que escolheram para viver e provavelmente criar os filhos. Muitos desses filhos podem ter permanecidos em Foz do

Iguaçu, enquanto outros possivelmente buscaram outras cidades, e quem sabe países, para viver.

Através de imagens, vimos como Foz do Iguaçu cresceu ao longo das décadas, pronta para completar o centenário em 2014, pois em 1914 a Colônia Militar foi alçada à condição de Vila. Analisaremos dados com relação à construção civil entre 1980 e 2010:

Tabela 3: Construção Civil na década de 1980

Ano	Unidades construídas por exercício	Média de m ² por unidade	Construção de m ²
1980	446	413,74	184.531,48
1981	448	317,71	142.336,20
1982	378	359,04	135.720,36
1983	217	305,92	66.346,49
1984	345	368,06	127.350,08
1985	425	251,61	106.932,97
1986	671	262,40	176.073,37
1987	641	636,78	408.932,97
1988	750	490,18	367.636,73
1989	849	508,65	431.842,90

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, 1990, p. 112.

Nos dois primeiros anos da década de 1980, as unidades construídas mantiveram-se praticamente estáveis. Porém, nos três anos seguintes, há um declínio no número de construções, sendo que em 1983 a área construída fora pouco mais de um terço em relação ao início da década. Difícil explicar porque isso ocorreu, talvez houvesse menos recursos circulando no comércio, ou até mesmo em função da macroeconomia, ou seja, do país atravessar um período complicado do governo de João B. Figueiredo. O ano de 1989 marcou, para Foz do Iguaçu, o ápice da construção civil, pelo menos naquela década e em números absolutos, pois a média das construções foi maior em 1987. Com relação ao destino das construções, observe o quadro a seguir:

Tabela 4: Destino das Edificações na década de 1980 – em m²

Ano	Residencial	Comercial	Resid/Coml.	Outros
1985	43.603,00	46.287,00	4.295,00	12.748,00
1986	144.539,00	85.579,00	69.276,00	33.307,00
1987	201.006,00	162.507,00	27.572,00	17.096,00
1988	140.381,00	137.302,00	18.422,00	71.531,00
1989	268.611,00	117.932,00	-	45.359,00

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, 1990, p. 113.

Com exceção ao ano de 1985, a área construída destinada as residências sempre fora superior, de acordo com os dados da Prefeitura, que não possui (pelo menos nessa fonte pesquisada) os dados referentes aos anos de 1980 a 1984. Uma explicação plausível para que houvesse um grande número de construções residenciais foi o fato de que muitos ex-funcionários de Itaipu, ao serem demitidos ou pedirem demissão, eram obrigados a deixar as Vilas, o que as obrigava a buscar novas residências. Essa explicação procede, ao menos, para esse grupo específico. As edificações para o comércio cresceram significativamente, o que significa que o crescimento da cidade gerou crescimento das atividades econômicas locais. Além disso, é possível que alguns desses estabelecimentos comerciais tenham pertencido a ex-funcionários buscando alternativas de sobrevivência, como por exemplo em construções com dupla função: comércio na frente/embaixo e residência nos fundos/em cima.

A tabela 5 (na próxima página), retirada do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Foz do Iguaçu, do ano de 1992, detalha as habitações residenciais e suas áreas construídas.

O quadro retrata períodos distintos dentro da década de 1980, tendo como auge os anos de 1986 e 1987, possivelmente em função da necessidade de realocar o grande contingente de trabalhadores, ou melhor, ex-trabalhadores de Itaipu que, não pertencendo mais a empresa, deveriam deixar as casas das Vilas de Itaipu por ela cedidas.

A partir da tabela, nota-se também que o tamanho médio das construções aumentou ao longo da década, o que pode ter significado um desejo de permanência em um local que anteriormente serviria apenas para buscar a sobrevivência, e quem sabe enriquecer, mas que com o passar dos anos, gerou um processo de enraizamento de milhares de pessoas, buscando alternativas para continuar morando na cidade.

Os dados podem também significar outras variantes, como migrações internas, contratação regional de trabalhadores no setor hoteleiro e do turismo, o contingente populacional que se vincula ao comércio com Ciudad del Este e a imigração árabe.

Tabela 5: Relação entre o número de unidades residenciais construídas e a metragem da área construída – cartas de habitação – 1980/90

Ano	Unidades construídas	Área construída	m ² por unidade
1980	186	26.911,30	144,68
1981	243	35.529,95	146,21
1982	128	37.263,86	291,12
1983	136	18.263,86	136,83
1984	215	52.105,82	242,35
1985	279	43.603,24	156,28
1986	455	163.037,80	358,32
1987	502	211.818,90	421,95
1988	218	89.842,95	411,99
1989	139	82.462,29	593,25
1990	190	90.183,82	474,65
1991	121	197.531,24	1.632,49

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, 1992, 3v., v. II, p. 88.

Foz do Iguaçu apareceu nos discursos oficiais em diferentes momentos da história brasileira, como na “Marcha para o Oeste” da ditadura Vargas ou na ideia de integração nacional da Ditadura Militar, que promoveu a construção de rodovias, pontes e hidrelétricas. O cunho nacionalista sempre fora valorizado nesses discursos, na tentativa de impedir que a presença estrangeira corrompesse a nação.

Em Foz do Iguaçu não havia como não permitir esta presença estrangeira, pois a própria localização geográfica incentiva as trocas culturais, não apenas com paraguaios e argentinos, mas também com árabes, chineses, coreanos, enfim, dezenas de etnias que se concentrariam na região nas últimas décadas do século XX. Como relatou Brito em suas memórias da “picada” no século XIX, das mais de trezenas almas, havia seis nacionalidades, fora os indígenas.

A busca pela sorte grande (o *Eldorado*) a partir da construção de Itaipu, criou expectativas, alegrias, decepções, memórias. O imaginário daqueles que vieram misturou-se

àqueles que, vivendo na cidade, foram de alguma forma prejudicados, seja pelo aumento da violência, seja pela obrigatoriedade em deixar suas terras, expulsas em prol do objetivo nacional: fornecer energia para o país.

A Hidrelétrica de Itaipu transformaria para sempre a cidade de Foz do Iguaçu, mudaria seu destino de um ponto isolado no oeste paranaense, onde havia umas quedas d'água razoavelmente visitadas, a maior produtora de energia do mundo. Insuflando a todos com seus discursos, a Itaipu mudou a fisionomia da cidade, criando um novo mapa, novos bairros, áreas nobres mas, acima de tudo, áreas marginalizadas. O contingente empobrecido após o fim das obras deixaria marcas que permanecem até hoje, um legado que muitos antigos moradores não desejariam. A modernidade deixa marcas profundas, como já ocorrera anteriormente em cidades que passaram por um grande crescimento. A luz gerada a óleo seria então gerada pelo rio represado.

CAPÍTULO II

CRESCIMENTO, MARGINALIDADE E POBREZA

A criação de Itaipu Binacional virá de encontro ao imaginário da integração e desenvolvimento regional. Como destacou-se anteriormente, a era das obras grandiosas traria de volta o sentimento de integração, coesão e defesa nacional. No nível local, no entanto, além destes discursos, outros se faziam em um nível menos integralista. Famílias, indivíduos solteiros (as) de vários níveis econômicos e de formação envolveram-se com este projeto. A paisagem da cidade fará o registro deste impacto de muitas formas: saneamento, moradias, exploração imobiliária, escolaridade, empregos, pobreza, abandono. Os impactos criariam ações diferenciadas destes diferentes atores.

Na década de 1980, os três primeiros anos foram recordistas na criação de loteamentos, ou pelo menos em números absolutos de lotes, o que refletia o crescimento que a cidade vivenciava. Como já mostrado, Foz do Iguaçu possuía meros trinta mil habitantes em 1974, enquanto que em 1980, esse número subiria para mais de 136 mil! Portanto, era necessário encontrar formas de alocar ou realocar um grande contingente populacional. No PDDI-FOZ de 1992, não havia dados referentes aos anos de 1986 e 1989. Não se sabe se faltam dados ou se não houve loteamentos aprovados. Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Foz do Iguaçu de 1992, “90,53% dos prédios urbanos de uso residencial são unidades isoladas, com até dois pavimentos”. (PDDI, 1992, v.III, p. 88)

Tabela 6: Loteamentos na década de 1980.

Ano	Número de loteamentos aprovados	Número de lotes
1981	02	1.385
1982	12	2.353
1983	07	3.693
1984	02	131
1985	03	557
1986	-	-
1987	01	148
1988	02	447
1989	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, 1990, p. 114.

Segundo o discurso oficial da Prefeitura Municipal, seria necessário a participação da coletividade na formatação do PDDI-FOZ de 1992, que se daria:

Na formulação das propostas, onde se promoveram amplos debates em seminários e encontros com as comunidades de bairro. Tanto seminários quanto os encontros foram antecedidos por reuniões setoriais e preparativas onde se formularam as grandes propostas.

Os encontros foram promovidos nos próprios bairros e na presença das lideranças políticas locais, onde se apresentou diagnóstico geral da cidade, de forma a situar o contexto e o diagnóstico do bairro, quando então se estimulavam os debates para indicação das propostas a nível local. (PDDI, 1992, v. I, p. 9)

Difícil mensurar, hoje, até que ponto esse projeto constituiu-se em torno da coletividade. O fato é que seria um avanço frente ao histórico de Foz do Iguaçu estar subordinada ao poder federal (em alguns aspectos) em razão da sua localização geográfica.

Em seu PDDI de 1992, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu “culpa” também a Itaipu Binacional por problemas existentes na cidade, assim como outros fatores:

Porém, o movimento migratório e o êxodo no campo não explicam o fenômeno em si [dos problemas da cidade]. Uma causa despontou esse processo: a construção da Hidrelétrica de Itaipu, com a implantação do canteiro de obras próximo à cidade que, pela magnitude da obra, movimentou um contingente muito grande de trabalhadores barrageiros. A cidade “viu-se na contingência de ampliar a sua oferta de equipamentos sociais e infra-estrutura básica diante da expectativa de crescimento demográfico que se vislumbrava”. Com esse inchamento outros fatores atuaram, como a localização estratégica da cidade, o fator “centro turístico de nível nacional” e, finalmente, a crise econômica do país. (PDDI, 1992, v. I, p. 9)

O discurso oficial parece querer compreender o fenômeno e colocá-lo em uma racionalidade explicativa. Não deixa, no entanto, de reclamar politicamente do fato impactante como se estivesse a afirmar no contraponto: quem arcará com os impactos sociais negativos do crescimento?

O PDDI-FOZ de 1992 foi aprovado durante o governo do prefeito Álvaro Apolloni Neumann, entretanto, discussões ocorreram desde o final dos anos 1980, com intuito de mapear a infraestrutura da cidade, para, no futuro, realizar ações de desenvolvimento.

O Plano Diretor é composto de um conjunto de medidas preconizadas para sanear os problemas apresentados em seu diagnóstico, compreendendo ações

na base físico-territorial do município e perímetro urbano. O resultado se dá, principalmente, na melhoria da qualidade de vida da população e numa melhor distribuição dos serviços urbanos. (PDDI, 1992, v. I, p. 1)

Como visto no capítulo anterior, Foz do Iguaçu possuía diversos problemas de infraestrutura, principalmente em função do rápido e desordenado crescimento da cidade. Portanto, segundo o Poder Público Municipal, seriam necessárias medidas para “sanear os problemas”, resolvê-los, para que a população usufruísse de uma cidade que atendesse bem a todos.

Segundo o PDDI-FOZ, a infraestrutura era precária, com “escolas superlotadas e infraestrutura sanitária deficiente e restrita a 40% da população” (PDDI, 1992, v. I, p. 10). Com relação à educação nos anos 1980, já discutimos no capítulo anterior. Vamos observar e analisar o quadro referente às ligações de água e esgoto em Foz do Iguaçu, durante o mesmo período:

Tabela 7: Saneamento Básico na década de 1980.

Ano	Ligações (água)	Economia Atendida	Ligações (esgoto)
1980	8.655	16.919	4.966
1981	10.598	13.011	5.028
1982	14.001	16.808	5.088
1983	14.348	17.606	5.075
1984	14.705	18.321	5.068
1985	16.520	20.901	5.351
1986	17.776	23.827	5.462
1987	19.635	26.686	5.668
1988	21.793	28.299	6.174
1989	22.896	29.667	6.631
1990	24.199	31.333	4.186

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, 1990, p. 107.

Com grande defasagem no saneamento básico, as populações marginalizadas sofreriam, pois como o Centro era uma área antiga, já possuía certa infraestrutura. As Vilas de Itaipu também foram construídas sobre redes de água e esgoto. Portanto, as áreas periféricas seriam as que mais sofreriam com a precariedade da cidade. No gráfico, percebe-se a diferença entre os índices de ligações de água e de esgoto. Este último, imprescindível para a

manutenção da saúde, não acompanhou o primeiro. O percentual de ligações de esgoto é nitidamente inferior às ligações de água, o que denota desdém com a população dos novos loteamentos, a maioria em áreas periféricas.

Tabela 8: Percentual de moradias por condição de atendimento dos serviços essenciais na década de 1980.

Padrão do serviço	Água potável(*)	Esgoto sanitário(**)	Uso do banheiro	Energia elétrica	Coleta de lixo
Bom	81,54	21,54	87,37	74,40	87,69
Aceitável	18,16	73,71	8,56	20,84	2,97
Não tem	-	4,78	4,07	4,76	9,34

Fonte: PDDI-FOZ, 1992, 3v., v. II. p. 94.

(*) [do próprio PDDI] Água potável, por ser uma necessidade vital, considerou-se que todos têm esse serviço. Porém, não é possível determinar se a qualidade é aceitável, isto é, especificamente, se a água obtida de fontes, poços ou outras formas está dentro dos padrões de saúde exigidos.

(**) [do próprio PDDI] O uso de fossas sépticas foi constatado majoritariamente fora dos padrões recomendáveis pela saúde pública. Por isso, e por simplificação, foram consideradas todas as fossas sépticas como padrão aceitável de serviço.

Na discussão apontada pelo PDDI-FOZ há uma descrição caótica da vida dos moradores nessas condições, de acordo com o documento:

As moradias existentes sem as condições mínimas de higiene e salubridade representam cerca de 11% do total de imóveis urbanos, sendo que cerca de 80% situam-se em favelas, nos fundos de vale e nas margens do Rio Paraná, dentro da faixa de proteção. No total, são 5.162 domicílios, particulares e cedidos, sem condições condignas, dos quais 2.784 estão em favelas. Destas habitações, 37,8% não possuem banheiros, a sua maioria não é servida por rede de água canalizada e tratada ou proveniente de fonte ou poço aprovados pelos órgãos de saúde, 44,2% não possuem sistema de coleta de água servida ou fecais, e 2.743 são construídos com material inadequado. (PDDI, 1992, v. II, p. 94)

Assim, o discurso oficial é de que seria necessário a criação de um Plano Diretor que pudesse nortear o desenvolvimento de Foz do Iguaçu. Houve modificações ao longo do tempo. Esses dados reforçam as narrativas políticas de que medidas deveriam ser tomadas para evitar o estado de abandono em que se encontrava grande parte da população iguaçuense. Segundo o discurso oficial da Prefeitura, o PDDI-FOZ de 1992 foi o primeiro a contar com a participação democrática em seu desenvolvimento:

Até a data de realização do PDDI-FOZ, não havia participação da comunidade no planejamento municipal e urbano em Foz do Iguaçu. De um modo geral, a prática do planejamento como exercício de racionalidade técnica vinha encontrando enorme resistência para se firmar como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico. Os obstáculos à sua afirmação estavam localizados tanto na condição da cidade de fronteira que justificavam, até recentemente, a manutenção de uma administração militar, quanto ao caráter do brasileiro emergente do regime militar do pós [19]64. (PDDI, 1992, v. I, p. 48)

Afirmar que havia pouca participação da população anteriormente, ou nenhuma, faz sentido se considerarmos que o país vivenciou por mais de duas décadas uma ditadura militar. E Foz do Iguaçu, por ser uma cidade de fronteira, merecia cuidados especiais, em função de questões ligadas à segurança nacional e, a partir dos anos 1970, de Itaipu. Portanto, o discurso democrático da prefeitura estava de acordo com o momento histórico do país: a volta da democracia com a Constituição de 1988. A racionalidade do planejamento¹³, portanto, deveria servir em benefício à população, segundo o discurso oficial.

Ao analisarmos o PDDI-FOZ de 1992, observamos uma meta, no mínimo, curiosa: a Prefeitura Municipal afirma que, entre seus objetivos para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu na década de 1990, está, a *médio* prazo, atender “40% da população com rede de esgoto” (PDDI, 1992, v. III, p. 66). Essa meta é curiosa pois, no mesmo documento, como já visto anteriormente, na página 10 do volume I, a Prefeitura afirmava que a cidade já possuía estrutura sanitária para 40% da população. Pode-se entender que a prefeitura desejava dobrar o atendimento. Por estrutura sanitária, nós entendemos rede de esgoto e água potável.

Com relação à habitação, problema grave em Foz do Iguaçu naquele momento, as metas eram:

Atender prioritariamente a população residente em áreas públicas invadidas em que comprovem a necessidade de moradias.

Induzir a ocupação, por loteamentos populares, nas áreas vocacionadas como residenciais.

Promover a reintegração das reservas técnicas ocupadas por favelas e que foram necessárias para a edificação de equipamentos urbanos.

Promover a recuperação dos fundos dos vales que são invadidos e degradados comprometendo assim a qualidade do meio ambiente e favorecendo a disseminação de epidemias.

Promover a urbanização, garantir a posse e posteriormente o domínio da terra, nas ocupações já consolidadas e que apresentem organização comunitária, nos locais com adequabilidade permitida ou tolerada para construção de moradia.

¹³ O tema da racionalidade no planejamento será discutido mais adiante, com as Vilas de Itaipu a partir do teórico Michel Foucault.

Atender com a produção de 500 unidades habitacionais por ano, prioritariamente à população de baixa renda, isto é, aquela que com renda familiar de até cinco salários mínimos.

Induzir o crescimento e consolidação para as áreas já vocacionadas como residenciais. (PDDI, 1992, v. III, p. 40)

O PDDI-FOZ não fala especificamente quais seriam todas essas áreas, apenas fala sobre as “tendências”, como já visto anteriormente. Como as Vilas “A” e “B” eram de Itaipu e não havia previsão de venda das casas, a Prefeitura não se pronunciou. Com relação a Vila “C”, apenas afirmou que a área seria incorporada ao perímetro urbano. Em relação ao entorno da Vila “A”, também nada específico. No entanto, o texto do documento promove o registro dos problemas sociais no entorno da moradia e saneamento no crescimento de Foz do Iguaçu: população residente em áreas públicas invadidas; a existência de áreas vocacionadas para residência; reservas técnicas ocupadas por favelas; fundo de vales invadidos; invasões organizadas comunitariamente. O Poder Público Municipal sabe do crescimento desordenado, da marginalização de parte da sociedade, sendo assim, a partir do diagnóstico, pretende resolver problemas ligados ao caos em diversos setores e reorganizar a sociedade, disciplinando a cidade, ou seja, criando áreas com tendências positivas ou negativas. É possível que as áreas de tendência positiva estivessem ligadas a grupos econômicos que possuíam propriedades, desejando promover especulação imobiliária. Áreas periféricas crescem à medida que o município pouco intervém ou se silencia propositalmente.

No ano 2000, novos dados fizeram um balanço da década de 1990, aquela que deveria ter sofrido mudanças importantes, principalmente em função do PDDI-FOZ de 1992. Infelizmente os dados da Prefeitura encontrados são menos detalhistas do que as fontes utilizadas para analisar os anos 1980. Os anos 1990 foram totalmente distintos em relação às décadas anteriores, marcadas pela Ditadura Militar e sua política de integração nacional a partir de obras faraônicas. O governo democrático do início dos anos 1990 também sofreria com a hiperinflação, danosa para a economia nacional. Os governos democráticos também não teriam a mesma força propulsora, midiática até, do que os governos militares na construção de obras públicas, ao contrário, houve um processo de privatização de estatais, principalmente a partir de Fernando Henrique Cardoso.

Embora com este contexto, a movimentação da paisagem no município pode ser perceptível pelos dados da construção civil:

Tabela 9: Demonstrativo da evolução no setor da Construção Civil em Foz do Iguaçu na década de 1990.

Ano	Alvará	Área construída (em mil m ²)	Média de área construída X alvará (em mil m ²)
1991	716	561,80	784,63
1992	651	440,70	676,95
1993	743	317,50	427,32
1994	970	425,20	438,35
1995	1.060	373,38	352,24
1996	1.770	351,99	198,86
1997	1.679	234,54	139,69
1998	1.328	199,34	150,10
1999	939	173,12	184,36
Total	9.856	3.077,57	312,25

Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – Departamento de Informações Institucionais, 2000, p. 24.

O grande número de alvarás de construção a partir de 1994, acima de qualquer ano da década de 1980, pode estar ligado ao sucesso econômico do Plano Real. Apesar do documento original afirmar na 4ª coluna que a média de área construída *versus* o número de alvarás esteja em “mil m²”, isso não nos parece correto porque deveria ser apenas “m²”. Percebe-se também uma desaceleração no número de alvarás expedidos a partir de 1997.

Os dados referentes à coleta de esgoto na década de 1990 chocam-se com os dados analisados sobre os anos 1980, pois no segundo, afirmou-se que 40% das casas eram atendidas com a rede, enquanto que em 1996, apenas 21,95. Uma possibilidade foi o surgimento de novos loteamentos sem a existência da coleta de esgoto. Porém, o documento do Poder Público Municipal não especifica se houve e/ou quais foram esses loteamentos surgidos no período. A criação de seis novas estações de esgoto, por outro lado, contribuiu para que a maior parte fosse tratado.

Com relação à infraestrutura, o documento também é pobre em informações:

Tabela 10: Rede de água e esgoto na década de 1990.

Indicador/ano	1996	2000
População atendida com água em %	98,05	99,07
População atendida com esgoto coletado em %	21,95	30,04
Esgoto tratado em %	2,00	92,88
Estações de tratamento de esgoto	01	07
Capacidade total das estações de tratamento de esgoto	220m ³ /dia	58.524m ³ /dia
Reservatórios de água	13	14
Capacidade total dos reservatórios de água	14.655 m ³	24.815 m ³

Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – Departamento de Informações Institucionais, 2000, p. 39.

A década de 2000 ficaria marcada por uma ampliação maior da rede de esgoto, como veremos adiante. Antes dados referentes à construção civil:

Tabela 11: Construções na década de 2000.

Ano	Alvarás	Área construída em m ²	Média de área construída X alvarás em m ²
2000	891	165.080	185,2
2001	811	175.073	215,8
2002	809	140.317	173,4
2003	565	118.030	208,9
2004	602	184.036	305,7
2005	574	177.127	308,6
2006	958	256.379	267,6
2007	942	301.950	320,5
2008	1.025	345.910	337,4
2009	1.121	384.827	343,28
2010	1.803	458.029	254,04

Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – Secretaria Municipal da Administração / Departamento de Informações Institucionais, 2011, p. 33.

Apenas entre 2008 e 2010 o número de alvarás ultrapassou a marca de mil, e isso em um período macroeconômico complicadíssimo, em função da crise norte americana de 2008. O ano de 2010, inclusive, marcaria o recorde entre os trinta anos analisados nesse trabalho, enquanto que em 2003, primeiro ano do governo Lula, marcaria o pior índice da década para a cidade, em relação à construção civil.

A infraestrutura da cidade possui dados de 2011 que não se encontram com os do ano 2000, pelo menos em relação ao número de estações de tratamento de esgoto. Fora isso, os dados surpreendem, pois a cidade de Foz do Iguaçu possui 100% de esgoto tratado, apesar da rede não atender toda a população. Observe a tabela:

Tabela 12: Rede de água e esgoto – indicador/ano – década de 2000.

Rede de água e esgoto – indicador/ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Capacidade dos reservatórios de água	25.600	25.600	25.600	25.600	25.600	25.600
Esgoto tratado em %	97,91	100	100	100	100	100
Estação de tratamento de água	02	02	02	02	02	02
Estação de tratamento de esgoto	04	05	05	05	05	05
Índice de atendimento com rede de água	100	100	100	100	100	100
Índice de atendimento com rede coletora de esgoto	45,54	52,67	60,46	69,42	71,54	71,52
Reservatórios de água	14	14	14	14	14	14

Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – Secretaria Municipal da Administração / Departamento de Informações Institucionais, 2011, p. 29.

Segundo a Prefeitura, quase 75% da população de Foz do Iguaçu é atendida pela rede de esgoto. Porém, isso significa que mais de sessenta mil pessoas ainda não possuem infraestrutura adequada em suas residências, o que significa um grande percentual de exclusão social. Nos dados da Prefeitura do ano 2000, afirma-se que existem sete estações de tratamento de água, ante duas de água e cinco de esgoto no ano 2011. Provavelmente os dados do ano 2000 referem-se ao tratamento de água e esgoto. Não há dados nesses documentos entre os anos de 2001 a 2004.

Apesar de não ser o objetivo principal do presente trabalho detalhar a infraestrutura da cidade, ela tem sua importância, assim como as tabelas referentes às construções ao longo dos

últimos trinta anos, pois a pesquisa trata da mudança da paisagem, e para que ela mude, da forma que mudou, tornou-se necessário acompanhar, brevemente, essa evolução das obras. A mudança da paisagem está diretamente relacionada à memória dos envolvidos nesta trama cultural. E observar a cidade “por cima”, através das imagens, pode trazer uma falta de realidade, pois o saneamento básico não pode ser visto de cima, portanto, foi importante trazer e analisar os dados referentes à evolução sanitária em Foz do Iguaçu. Como visto, a cidade ainda possui um déficit, mais de sessenta mil pessoas não possuem rede de esgoto, gerando uma exclusão social para aqueles que também pagam seus impostos, direta ou indiretamente.

No PDDI-FOZ de 1992, a Prefeitura imaginava um crescimento em direção às áreas periféricas, não acreditando na região da Vila “A”, que hoje possui mais de trinta mil habitantes, como veremos no capítulo seguinte. As áreas periféricas continuaram a crescer, assim como a violência e a exclusão, em uma cidade que mudou consideravelmente sua paisagem desde a chegada de Itaipu.

2.1 As Vilas de Itaipu

As Vilas de Itaipu foram um marco na história da cidade, afinal de contas, foram construídas mais de 9 mil residências no Brasil e no Paraguai para abrigar os funcionários, além dos dormitórios construídos dentro da Usina, que serviram de moradia para os 40 mil funcionários que trabalharam no pico da obra. As Vilas foram construídas em plena Ditadura Militar, assim, podemos analisar o projeto urbanístico e comparar a um quartel, por exemplo.

As ruas e avenidas não receberam nomes, mas números, incluindo os quarteirões (chamados de quadras). Segundo Renato Muchiuti Aranha, em 1992 os números foram abolidos em prol da nomenclatura, e as quadras foram “extintas”, tendo números em sequência, sem repetição:

É importante ressaltar também que do momento em que a Lei municipal nº 1.697 de 21 de setembro de 1992 foi sancionada alterando o nome das vias, passaram-se quatro anos até a efetiva utilização desta nova nomenclatura por parte dos moradores e para a alteração das placas do bairro. (ARANHA, 2011, p. 486)

Os números eram impessoais e impossibilitavam traços de individualidade. Um número não define uma pessoa. O número racionaliza e disciplina o indivíduo. Porém, para os antigos moradores do bairro, a localização das casas era mais fácil, pois bastava seguir os números de avenidas e quadras para encontrar o local desejado. Como veremos em

depoimentos no capítulo seguinte, o modelo numérico ainda está presente no imaginário da população ali residente.

As regiões onde as Vilas foram construídas eram áreas rurais, e muitas famílias foram praticamente obrigadas a vender suas terras para que Itaipu pudesse construir casas para seus funcionários. Ocorreram conflitos pela região, segundo relatos de pessoas que viviam onde as Vilas se instalaram, como afirmou a Sra. Adaltina, em 1997, à Maria de Fátima Ribeiro:

Mixaria eles deram na nossa casa, com tudo, pra se mudar com as crianças, com o marido doente, se mandar dali. Todo mundo se mandou, só ficou na vila A, só o povo da Itaipu. As casas foram devastadas. Foram levantadas casas e mais casas, como esta ali, coisa linda, e o povo dali foi recuando, se retirando, que nem uma guerra. (ADALTINA apud RIBEIRO, 2002, p. 88)

De fato o Poder Público promoveu uma série de compras de terrenos, não apenas na cidade de Foz do Iguaçu para a construção das Vilas, como também nas cidades que precisariam ceder terreno para construção do Lago de Itaipu. A primeira expropriação foi em Sede Alvorada do Iguaçu, e além das áreas rurais inundadas, desapareceram submersas pelas águas do lago artificial as Sete Quedas, em Guaíra. Segundo informação oficial no *site* da Usina de Itaipu, 8.519 propriedades urbanas e rurais foram alagadas. Ainda, para piorar a situação do morador local, o procedimento era ainda duvidoso, uma vez que a desapropriação não tinha ainda lei federal que a albergasse. Esse fato foi relatado pela pesquisadora Maria de Fátima Ribeiro:

Em primeiro lugar desapropriaram, na sede do distrito, as casas comerciais, os postos de combustíveis, as farmácias e, uma vez desapropriada com toda infra-estrutura, os agricultores, que permaneceram, tinham que percorrer mais de 70 quilômetros para comprar combustíveis e outros produtos que precisassem. Com isso, suas propriedades desvalorizaram. Todas as terras foram indenizadas por meio de contrato de compra e venda, pois ainda não havia sido promulgado o decreto de desapropriação por parte do Governo Federal. (RIBEIRO, 2002, p. 23)

Outro agravante foram os valores pagos nas desapropriações, fato que aumentou o nível e o índice de empobrecimento da população ribeirinha. Segundo o deputado Gernote Kirinus, que na época das expropriações era presidente da Comissão de Terras, Colonização e Imigração, denunciou a Itaipu devido aos critérios adotados por ela em relação

aos pagamentos e contratos de compra e venda, após estudos que apontaram litígios em relação a terra no Estado do Paraná:

São, além de injustos, irrealistas, e o que é mais grave, às vezes até alterando a própria realidade jurídica, ao invés de propor indenização, propunha simplesmente um contrato de compra e venda, que vinha causando problemas gravíssimos, sendo que o sistema impedia o agricultor de amanhã ou depois questionar um valor mais adequado. (KIRINUS apud RIBEIRO, 2002, p. 30)

Fruto de reclames da política local, como citado pelo texto do PDDI do município, não havia infraestrutura que suportasse o movimento populacional provocado pela construção de Itaipu. Dessa forma, eis o principal argumento para a construção das Vilas.

A necessidade da construção das Vilas se dava, portanto, pela falta de infraestrutura da cidade, que não comportaria a vinda de milhares de pessoas ao mesmo tempo, como ocorreu nos anos 1970/1980. Segundo Catta, citando o Plano de Desenvolvimento Urbano de 1974,

“[...] o sistema de abastecimento de água possuía apenas 1.234 ligações, beneficiando em torno de 11 mil moradores; existiam apenas 485 habitações ligadas à rede coletora de esgotos, a rede telefônica tinha “uma capacidade de 600 terminais, todos em operação”, [continua o autor] cuja situação “é de insuficiência, muito grande por sinal”. (CATTÁ, 2002, p. 39)

Enquanto empregadora, portanto, a Itaipu precisava construir moradias adequadas aos seus futuros funcionários, até como um incentivo a vir para um lugar tão distante, como era Foz do Iguaçu nos anos 1970, que mesmo possuindo aeroporto, estava distante do imaginário nacional. A responsabilidade deveria partir da empresa, e não do município onde a Usina Hidrelétrica seria construída.

Outro ponto importante a ressaltar sobre a região onde as Vilas de Itaipu foram construídas, principalmente a Vila “A”, é que o local abrigava a zona de meretrício da cidade, como atesta Ribeiro:

Durante o governo dos militares, as denominadas “zonas” deveriam estar localizadas em bairros separados dos residenciais, não sendo permitido o exercício da prostituição na cidade, nos bares, nos bailes, pois deveriam funcionar apenas nas casas ou boates apropriadas. Foi no governo do coronel Vianna que a zona de meretrício foi transferida para Três Lagoas. Antes de ir para lá, a zona do meretrício de Foz do Iguaçu esteve em dois lugares: inicialmente ela funcionava na saída de Foz do Iguaçu para Cascavel; depois, foi transferida para o local onde hoje está o Conjunto Habitacional

“A” de Itaipu. Numa terceira transferência, devido aos processos de desapropriação por parte da Itaipu, a zona foi removida para Três Lagoas. (RIBEIRO, 2002, p. 87-88)

As “casas de meretrício” já estavam localizadas distante dos bairros residenciais naquele período da história, anos 1970. Basta lembrarmos o quanto a Vila “A”, àquela época ainda área rural, era afastada do centro. Porém, com a necessidade da construção dos bairros para os funcionários de Itaipu, a “zona” deveria mudar-se novamente para um lugar distante. Em entrevista a Ribeiro, uma parteira e costureira das mulheres da “zona” de Três Lagoas, chamada Marlene Augusta de Oliveira, conta que

Aonde era a Vila “A” da Itaipu e uma parte do Jardim Petrópolis, era aqueles terrenos ali eram dos outros, aí foi desapropriados, que o local onde as mulheres estavam não dava para continuar porque era no centro da cidade. Aí transferiram as boates para aquele local, e ali elas ficaram durante... acho que dois anos. Aí entrou a Itaipu, começaram a tirar as mulheres daquele local. (OLIVEIRA apud RIBEIRO, 2002, p. 90)

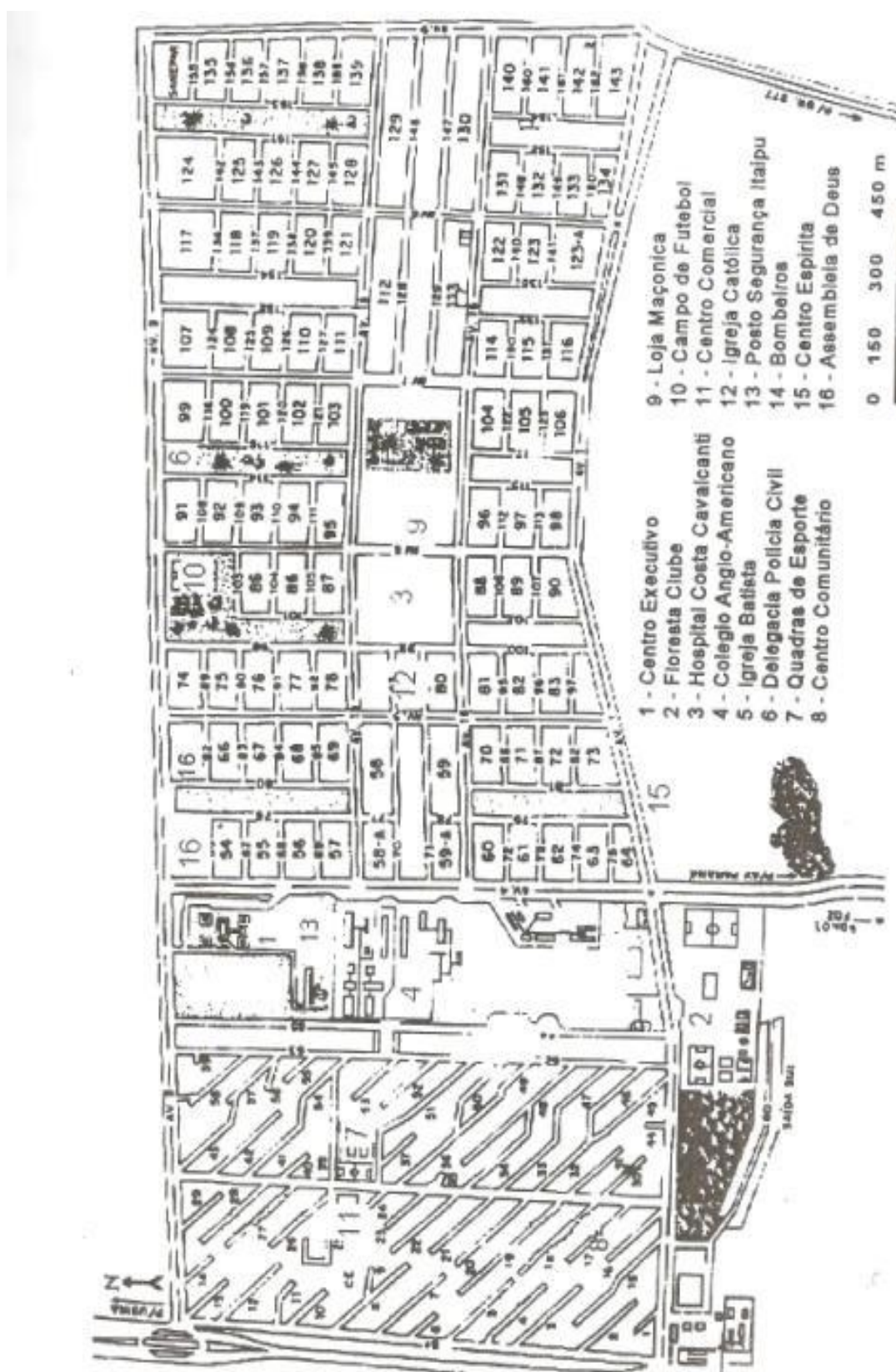
Além das expropriações ocorridas com pequenos agricultores, a “zona” também sofreria com a mudança para “o mais distante possível”. Apesar da mudança para Três Lagoas, as casas de meretrício continuariam sendo frequentadas por toda a elite iguaçuense e também funcionários de Itaipu, incluindo os peões, como afirma Ribeiro em sua pesquisa.¹⁴

As Vilas de Itaipu foram construídas de acordo com a função/escolaridade dos funcionários da Usina: a Vila “A” era destinada aos funcionários de nível médio técnico, a Vila “B” aos engenheiros e cargos de chefia e a Vila “C” foi destinada aos barrageiros, sendo essa última construída próxima ao canteiro de obras, até para facilitar o transporte e controle dos funcionários.

As casas pertenciam a Itaipu, mas mesmo assim muitos funcionários realizavam melhorias, à medida que a família crescia, mesmo sabendo que se fossem mandados embora, perderiam o investimento feito. Apenas há alguns anos, por volta de 2004-2005 a Itaipu vendeu parte das residências aos seus funcionários. No total, havia 2105 residências na Vila A, que poderiam variar de 70m² a 161m², incluindo 618 casas de madeira, uma exclusividade dessa vila. Até 1998, havia mais de 850 casas cedidas a entidades ou empresas (SOTUYO, 1998, p. 83), como ao Colégio Anglo Americano, Polícia Civil, Militar, Federal, Receita Federal, Hospital Ministro Costa Cavalcanti, entre outras. À essa época, o entorno da Vila

¹⁴ Para aprofundamento do tema “zonas do meretrício em Três Lagoas”, ver RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel, Edunioeste: 2002.

“A” já apresentava formação de uma forte área comercial, segundo Sotuyo, como será analisado posteriormente. Observe a planta da Vila “A” a seguir:



A partir da planta da Vila “A”, conclui-se que havia muita rigidez da construção, um planejamento que sugeriria uma normatização dos indivíduos, como analisado brevemente por Michel Foucault:

Esses “observatórios” têm um modelo quase ideal: o acampamento militar. É a cidade apressada e artificial, que se constrói e remodela quase à vontade; é o ápice de um poder que deve ter ainda mais intensidade, mas também mais discricção, por se exercer sobre homens de armas. No acampamento perfeito, todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder. O velho e tradicional plano quadrado foi consideravelmente afinado de acordo com inúmeros esquemas. Define-se exatamente a geometria das aléias, o número e a distribuição das tendas, a orientação de suas entradas, a disposição das filas e das colunas; desenha-se a rede dos olhares que se controlam uns aos outros. (FOUCAULT, 1997, p. 144)

Essa rigidez seria encontrada apenas nas Vilas “A” e “C”, àquelas destinadas aos funcionários que não possuíam Ensino Superior completo. A Vila “B”, como veremos, possui um formato diferenciado. O planejamento tem como um dos objetivos controlar o trabalhador, com intuito de torná-lo mais eficiente e evitar a fadiga.

Há ainda outro aspecto perceptível a partir de Foucault:

O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Durante muito tempo encontraremos no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação, esse modelo do acampamento ou pelo menos o princípio que o sustenta: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas. Princípio do “encastramento”. O acampamento foi para a ciência pouco confessável das vigilâncias o que a câmara escura foi para a grande ciência da ótica.

Toda problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. (FOUCAULT, 1997, p. 144)

As normas de controle e vigilância dos acampamentos militares passariam a fazer parte das novas e velhas cidades que mudariam em função da Revolução Industrial e chegaria a Foz do Iguaçu graças à necessidade de construção de um local de vivência dos trabalhadores de Itaipu, que ao mesmo tempo deveriam permanecer sob rígido controle.

Como podemos observar pela imagem a seguir, as Vilas foram construídas longe do centro, em áreas ainda rurais. Como uma clareira em meio à selva, bairros foram erguidos. Durante a obra, as ruas ainda eram de terra, e não apenas no entorno, mas também dentro da Vila. Essa parte da Vila “A” que aparece é a mais antiga, também conhecida como “Xororó”. Ela possui ruas estreitas e muitas delas não possuem saída para automóveis, podendo ser cruzadas apenas a pé, de bicicleta ou com uma moto (não que fosse/seja permitido pilotar na calçada). As casas eram praticamente do mesmo tamanho (aproximadamente 70m²), e terreno idem, exceto as casas à esquerda da imagem a seguir, que possuem terrenos maiores, com até 450m², construções maiores e até mesmo garagem coberta. As casas do Xororó, em geral, possuíam 2 quartos e apenas um banheiro. Não havia garagem coberta. Os muros frontais baixos, menos de um metro de altura. Originalmente, as casas do Xororó nem muro possuíam, mas eles foram erguidos, gerando terrenos irregulares, no sentido geométrico.



Foto 7: Imagem de parte da Vila A, conhecida como “Xororó”, anos 1970.
Fonte: Acerto Itaipu Binacional

Somente com grande esforço conseguiríamos enxergar a região central, no alto da imagem 7. À direita conseguimos ver a Ponte da Amizade, construída entre o Brasil e o

Paraguai na década de 1960. Na parte de baixo da foto, que seria o norte geográfico, nada, pelo menos no sentido urbano da palavra. Apenas plantações que não existem mais. Um breve adendo: nessa parte específica do entorno, na dimensão de um quarteirão, construções não poderiam ser erguidas por conta de torres de alta tensão colocadas nessa área. Porém, quando analisarmos outras fotografias, veremos que ao continuar pela Vila “A”, à esquerda, residências e comércio puderam se instalar de frente para a rua. Sinal claro de que a vigilância transbordou, ou seja, passado o período de maior rigidez, o espaço foi tomando outros contornos que não aqueles da rigidez das pranchetas militares.

Antes da construção das Vilas, não havia nem mesmo asfalto em direção a Usina de Itaipu (como dito no primeiro capítulo, apenas a Avenida Brasil era asfaltada na virada dos anos 1960 para 1970). Assim, durante a urbanização dessa parte da cidade, vemos o que seria a futura Avenida Tancredo Neves (que recebeu esse nome após seu falecimento) ainda de terra batida, como veremos na imagem a seguir.



Foto 8: Avenida JK e parte da Vila A, conhecida como Xororó, anos 1970.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

À esquerda da fotografia 8 vemos a futura avenida, com as casas ainda sendo construídas, as ruas sendo formadas para que aos poucos o Xororó tivesse a feição de bairro. No alto da imagem, o verde da área rural domina o entorno de um bairro ainda em construção.

Na imagem a seguir, tirada poucos anos depois da mesma região, podemos observar que existem algumas residências fora da Vila “A”, mas as ruas ainda não são asfaltadas, o que pode nos levar a pensar em desdém do Poder Público e da Itaipu com o entorno do bairro. Além de não possuírem pavimentação, “nascem” de maneira desordenada, ou seja, não acompanhando a linha reta da antiga Avenida 2. A construção grande na parte de baixo da imagem é o antigo Cobal, supermercado desativado há anos, que serviu de principal ponto de compras durante muitos anos para os residentes da Vila “A”, principalmente os que moravam

próximos. A avenida que corta o Xororó é a antiga Avenida 2, que possuía (e ainda possui) um comércio.



Foto 9: Parte da Avenida JK e o Xororó. Fins dos anos 1970, início dos anos 1980.
Fonte: Acerto Itaipu Binacional

O bairro construído pela Itaipu possuía asfalto, assim como a via de acesso até a Usina, mas os entornos não. Ao lado do antigo Cobal, há uma rua que passa “embaixo” do matagal: é a “Saída Sul”, casas que também pertenciam a Vila “A”. É uma rua sem saída, e ao término dela temos os fundos do antigo Floresta Clube, criado para entreter os moradores das Vilas, principalmente a “A” e a “C”, pois a Vila “B” possui um clube próprio, o Ipê Clube (o Floresta Clube já não existe mais). Interessante observar a preocupação da Itaipu com a urbanização do bairro, com a grama verde e bem aparada, as ruas eram cuidadas por ela, pelo fato dos moradores não pagarem IPTU, o que contribuiu, de certa maneira, para que o Poder Público Municipal não se preocupasse com as Vilas em si.

As casas semelhantes contribuem para um senso de igualdade entre os trabalhadores, porém, havia um tipo de apadrinhamento na hora da distribuição delas. Apenas após as

vendas das residências por parte da Itaipu é que os particulares fizeram modificações mais complexas, inclusive derrubando e construindo uma nova sobre o antigo terreno.

A fotografia a seguir (10) pertence à “Saída Sul”. No final dos anos 1970, as casas já eram habitadas, porém a rua continuava sem asfalto, mesmo pertencendo a Vila “A”. As formas semelhantes das residências denotam senso de igualdade, diferenciando apenas os modelos de automóveis nas garagens. Nessa parte da Vila, as casas possuíam garagem coberta, diferentemente de outras dentro do próprio bairro. Inicialmente não havia muros nem calçadas, que seriam construídas mais tarde, assim como os muros nas residências. Outro aspecto que influenciou a construção de muros era a falta de privacidade que os moradores enfrentavam.



Foto 10: Vila “A”, saída Sul. Anos 1970.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional

Na fotografia a seguir (11), observamos o restante da Vila “A”. No alto da imagem, ao fundo, o Xororó. Na parte de baixo, que seria o leste geográfico, notamos uma grande diferença na concepção do bairro, com ruas e avenidas bem cortadas, formando constantemente ângulos de 90°, mostrando a artificialidade do planejamento, lembrando parte do centro atual da cidade de Foz do Iguaçu.

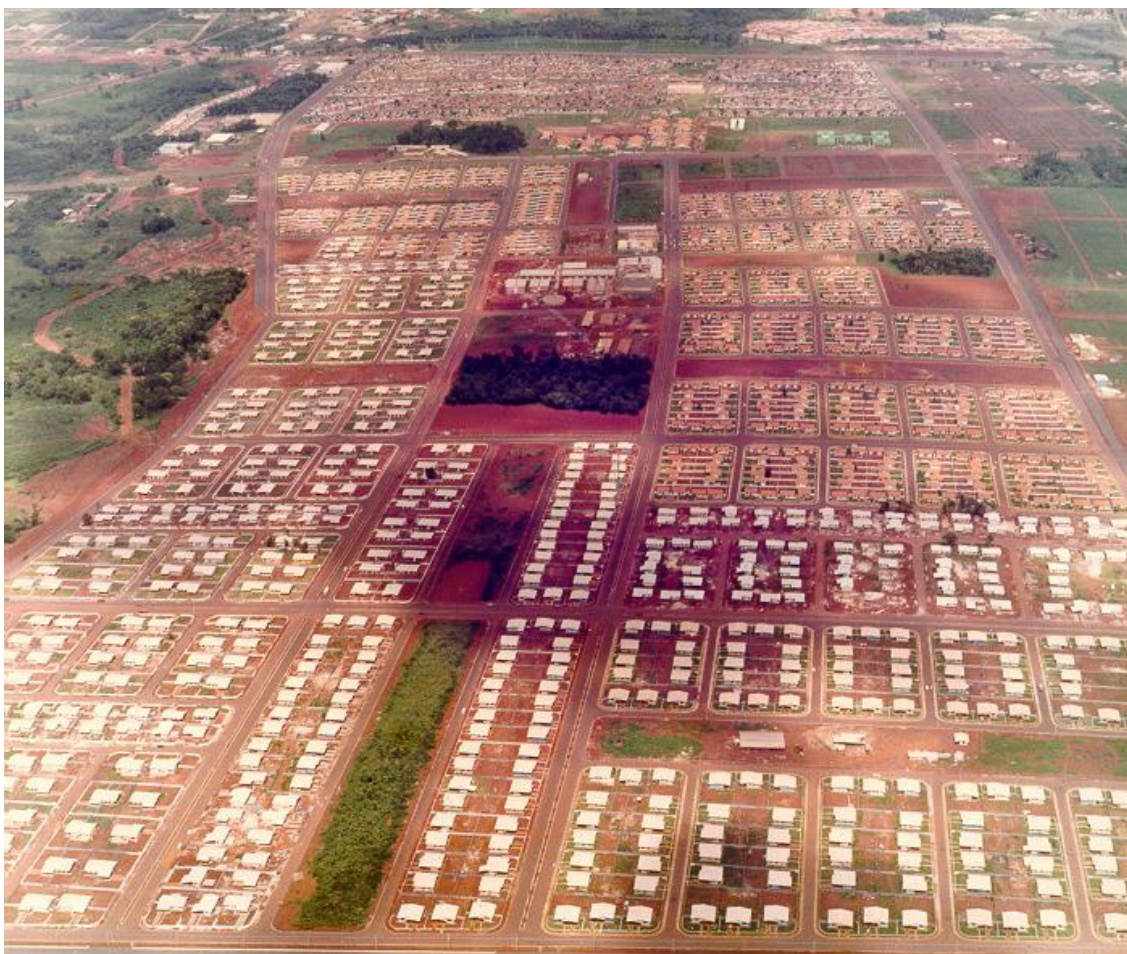


Foto 11: Vista aérea da Vila “A”, anos 1980.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

A parte leste da Vila “A”, a partir do Colégio Anglo Americano, possui casas e terrenos distintos: casas de alvenaria com três dormitórios e garagem, ou com dois dormitórios e sem garagem, para funcionários menos especializados. Havia também casas de madeira, com dois ou três dormitórios e garagem coberta, em terrenos que poderiam chegar a 900m². Observando essa imagem, podemos distinguir as residências de alvenaria com as de madeira de acordo com o telhado: as telhas de barro representam as primeiras, enquanto as claras, de amianto, representam as segundas. Diversas pracinhas foram construídas para entretenimento das famílias. Também é possível distinguir os tamanhos dos terrenos a partir da imagem: enquanto cabem oito casas de madeira em um quarteirão, cabem dezesseis das pequenas casas de alvenaria, de dois quartos.

Na imagem, do início da década de 1980, elas ainda não estavam totalmente prontas. As avenidas que cortam a Vila “A” no sentido norte/sul eram numeradas da seguinte maneira: 2 (Xororó), 4 (continuação da Avenida Paraná), 5, 6, 7, 8 e 9, sendo essa a última do lado leste. As avenidas 1 e 3 cortam a Vila “A” no sentido leste/oeste, sendo a Avenida 1 aquela

que está ao sul geográfico do bairro e a Avenida 3 a que está no norte. Também havia as avenidas 15 e 16, que seguem o mesmo sentido das avenidas 1 e 3. Uma diferença, porém, é que ao invés de cortar toda a Vila “A” de leste a oeste e vice-versa, as avenidas 15 e 16 iniciavam a partir da Avenida 4, ou seja, a partir da frente do Colégio Anglo Americano.

Nos anos 1990, os números foram abandonados em razão da utilização de nomes próprios, para maior integração com a cidade (ARANHA, 2011, p. 483): a Avenida 1 tornou-se Avenida Araucária; a Avenida 2 tornou-se Avenida Clóvis Roberto Fontoura; a Avenida 3 tornou-se Avenida Silvio Américo Sasdelli; a Avenida 4 tornou-se Avenida Paraná; a Avenida 5 tornou-se Avenida Anhembí; a Avenida 6 tornou-se Avenida Brodoski; a Avenida 7 tornou-se Avenida Uberaba (porém, as placas que existem nela hoje a chamam de Engenheiro Hildemar França); a Avenida 8 tornou-se Avenida Andradina; a Avenida 9 tornou-se Avenida Garibaldi; a Avenida 15 tornou-se Avenida Gramado e a Avenida 16 tornou-se Avenida Parati. Para aqueles que viveram durante muitos anos na Vila “A” ou em seu entorno, como esse pesquisador (que viveu por duas décadas), a utilização dos nomes próprios é muitas vezes confusa. A antiga moradora da Vila “A” e atualmente residente no entorno, no Jardim Lancaster, Líbia Maria¹⁵, tem a mesma percepção. Durante a entrevista, falando sobre a Vila “A” e suas casas: “[...] A Avenida Silvio Américo Sasdelli e a Avenida 9, que eu não me lembro o atual nome dela [...] também, 30 anos morando na Vila e falando de números... [...]”. São as vivências, as memórias diversas das personagens presentes na história que possuem certa dificuldade em mudar. Além dos nomes próprios utilizados nas avenidas, nomes de animais também foram utilizados para designar ruas, dividindo a Vila “A” em aves, mamíferos e peixes (ARANHA, 2011, p. 487).

À direita, no norte geográfico e, portanto, fora da Vila, algumas residências aparecem, mas o verde domina. As ruas ainda são de terra e aparentemente quarteirões começam a se formar naturalmente, razoavelmente retangulares. Mas como veremos em imagens posteriormente, algumas saídas da Vila “A” não seguem o mesmo tipo, uma larga avenida, mas estreitas ruas, mesmo na sequência das avenidas. Outras, porém, como a Avenida Paraná e a Avenida Andradina, tornaram-se largas vias no entorno.

Na fotografia seguinte, praticamente do mesmo ângulo, observaremos uma Vila “A” verde, com as árvores plantadas, quando da criação e urbanização do bairro, crescidas. Suas copas dominariam cada vez mais as imagens aéreas. Em alguns casos, quase não é mais possível distinguir os quarteirões.

¹⁵ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2013.



Foto 12: Vista aérea da Vila “A” e parte do entorno norte. Fim dos anos 1980, início dos anos 1990.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990 já podemos ver um crescimento maior do entorno da Vila “A”, pelo menos ao norte geográfico. Diversas construções já podem ser visualizadas na região que ficaria conhecida como A.K.L.P.: junção dos bairros Aporã, Jardim Karla, Jardim das Laranjeiras e Jardim Petrópolis. Ao redor da A.K.L.P., outros bairros também surgiriam e cresceriam nos anos seguintes, como Jardim Santa Rosa, Belvedere, Jardim Lancaster¹⁶, entre outros.

No alto da imagem, construções aparecem fora do bairro apenas a partir do segundo quarteirão. Como já dito anteriormente, isso acontece devido a torres de alta tensão que existem ali, impedindo edificações. Já na parte leste, não houve esse impedimento, portanto, residências e comércio poderiam ser erguidos no primeiro quarteirão. Notamos também que as ruas e avenidas no entorno da Vila “A” não possuíam ainda sequer calçamento simples, como paralelepípedo. Atualmente, muitas ruas ainda não são asfaltadas. A própria continuação da Avenida Andradina, importante rota em direção ao Jardim Universitário (onde se localiza o *campus* da Unioeste) e a subestação de Furnas, recebeu asfalto apenas nos anos 2000.

¹⁶ Existem cinco bairros com o nome de Jardim Lancaster, numerados do I ao V.

Agora veremos uma imagem recente da Vila “A” e seu entorno, com destaque para o norte geográfico. O ângulo dessa fotografia é semelhante ao retratado na fotografia 9, neste mesmo capítulo, com o Xororó em primeiro plano.



Foto 13: Vila “A” e adjacências, 2012. Fonte:
Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1466090&page=6>>
Acesso em 13 de abr. de 2013

No entorno, as construções são incontáveis! É verdade que ainda há uma grande área verde e rural (principalmente próximos às avenidas Silvio Américo Sasdelli e Garibaldi), entretanto, o crescimento da região é inegável. Como já mostrado anteriormente, a população chega a 30 mil habitantes. Do alto da imagem, não é mais possível distinguir as vias com ou sem asfalto, mas caminhando pelos bairros que compõem a A.K.L.P. vemos ruas com asfalto e outras com paralelepípedo. A própria Avenida Paraná, uma das mais importantes da cidade, ainda possui uma parte sem asfalto fora da Vila “A”.

No PDDI-FOZ de 1992, a Prefeitura utilizou o conceito de “zonas homogêneas” para se referir aos bairros:

O recurso usado para a definição de “unidades relativamente uniformes”, dentro de determinados parâmetros e em suas principais características,

chamou-se de **zonas homogêneas**. Essas unidades correspondem, na maioria dos casos, ao conceito de bairro. Porém, mais uma vez, devido as características próprias de Foz do Iguaçu, o conceito de **bairro** recebeu uma conotação distorcida, pois assim era denominado cada loteamento que surgia, independente do seu tamanho ou da sua inserção dentro de regiões historicamente consolidadas, ganhando autonomia, ou melhor dizendo, já nascendo desintegrado e apartado do seu entorno. Inclusive aos olhos da administração municipal que, até a gestão passada, os encarava como tal, propiciando que a nível das organizações comunitárias, estas estivessem a representatividade de **associações de bairros**. (PDDI, 1992, v. II, p. 55.) (grifos no original)

De acordo com a Prefeitura, eram 16 as zonas homogêneas, sendo o Centro a ZH 1, A.K.L.P. a ZH 12, junto ao Jardim Paraná e ao Jardim Duarte, e as Vilas “A”, “B” e “C” como as ZH 14, 15 e 16, respectivamente. Essas áreas, Vila “A” e entorno (principalmente) e Vilas “B” e “C”, não eram tidas como “promissoras” segundo o PDDI-FOZ de 1992, pelo menos é o que ele afirma em suas “Tendências”:

Em resumo, a distribuição espacial da população seguirá a tendência de concentração nas zonas homogêneas 4 [entorno ao Centro, Maracanã, Festugato, Vila Matilde, L. Guarapuava, M’Boicy] e 6 [Campos do Iguaçu, Jardim Tarobá, Libras, São Paulo, Jardim Alice] para a classe média, enquanto que os empreendimentos mais caros atrairão as classes mais ricas para as proximidades da Av. Paraná. A população de menor poder aquisitivo deverá se acomodar, de forma menos concentrada, nas regiões periféricas, nas zonas homogêneas 9 [Rincão São Francisco, Jardim Copacabana], 10 [Portal da Foz, Parque Residencial Três Bandeiras] e 11 [Três Lagoas, Santa Rita].

Os conceitos de homogêneo e heterogêneo referem-se às semelhanças e diferenças, respectivamente. No caso, o conceito de “zona homogênea” refere-se a um grupo social semelhante em termos de renda (principalmente) e infraestrutura. Neste tipo de conceito há também uma segregação social, pois os sujeitos são separados em função do seu pertencimento a uma classe social. Os marginalizados economicamente também são marginalizados geograficamente, ao pertencerem a uma “zona homogênea” de baixa renda, por exemplo. As áreas periféricas, ao mesmo tempo, pertencem a outra paisagem ou compõem outra.

A própria Prefeitura já criava uma forma de segregação, ao criar a expectativa de crescimento de bairros de pessoas com menor poder aquisitivo em áreas periféricas. E por suas expectativas, o Poder Público Municipal não esperava que o entorno da Vila “A” se tornasse uma área tão promissora, como se tornou.

No PDDI-FOZ de 1992, a Prefeitura dividiu a população em idade ativa (PIA) e economicamente ativa (PEA):

Da população total do Município, 70% estão em idade ativa (PIA) mas apenas 38% são efetivamente empregados¹⁷. A População Economicamente Ativa (PEA) é constituída com cerca de 68% de homens, uma mão-de-obra jovem com idade compreendida predominantemente entre 20 e 30 anos. A sua maioria é migrante, ex-barrageiros e trabalhadores do campo – uma mão-de-obra mal qualificada para a oferta de empregos na cidade, quase sempre semi-analfabeta. (PDDI, 1992, v. II, p. 65.)

Essa explicação foi importante pois, segundo esses dados, na ZH 12, 5.566 pessoas estavam entre a população em idade ativa, enquanto que a Vila “A”, da ZH 14, possuía 4.895 pessoas em idade ativa. Ou seja, a população da região da A.K.L.P. era relativamente grande, o que não aparentava pelas imagens. Provavelmente essa população estava mais distante da Vila “A”. Quando o assunto era renda familiar, a ZH 12 se mostrava bastante diferente da ZH 14:

Tabela 13: Faixa de renda familiar da população em idade ativa – por zona homogênea –

1991							
Zonas homogêneas	Sem rendimento	Até 1 S.M.	1 a 3 S.M.	3 a 5 S.M.	5 a 10 S.M.	Acima de 10 S.M.	Não declarado
ZH 12	5.59	10.78	35.98	14.96	12.39	4.93	15.37
ZH 14	4.57	-	2.22	13.08	38.41	21.91	19.81
ZH 15	-	1.32	3.95	1.97	0.66	84.86	7.24
ZH 16	15.68	1.14	33.52	23.95	20.96	1.80	2.95

Fonte: PDDI-FOZ, 1992. 3v., v. II, p. 70, simplificado para o objeto de estudo.

A diferença entre a Vila “A” e seu entorno é clara, assim como também é possível crer que funcionários da Itaipu tenham se mudado para as adjacências do bairro, em função de grupos com salário acima de cinco mínimos. O PDDI-FOZ, nessa época, já destacava a

¹⁷ A própria Prefeitura coloca uma nota de rodapé aqui: “É difícil aplicar, nesse caso, o conceito de população economicamente ativa porque a realidade esconde uma cifra muito maior de pessoal subempregado ou que presta serviços eventuais e mantém seus próprios negócios. Porém, observações efetuadas empiricamente indicam uma correlação forte entre a renda familiar e o número de indivíduos não participantes dos setores econômicos, ou desempregados (observando que geralmente o tipo de emprego ofertado exclui uma grande porcentagem da mão de obra feminina e da mão-de-obra não especializada”. PDDI-FOZ, 1992, 3v., v. II, p. 65.

diferença entre as Vilas de Itaipu (principalmente “A” e “B”) com o restante da cidade, assim como os problemas já enfrentados pelos moradores da Vila “C”:

Nota-se que as vilas de Itaipu representam uma clara diferenciação em relação ao município e entre elas há uma nítida hierarquização: na Vila “A” – ZH 14 (ocupada por técnicos de nível médio) a faixa salarial predominante situa-se entre 5 e 10 salários mínimos (38,41%), na Vila “B” (para engenheiros, chefes de setor, divisões e departamentos e diretores) a ocorrência predominante é a de mais de 10 salários mínimos, em 84,86% - valores que em absoluto contrastam com o restante do Município, podendo-se efetivamente caracterizar estas duas Vilas como ilhas de prosperidade. Entretanto, tal fato não ocorre com a Vila “C”, pelo contrário, com o término da construção da Hidrelétrica há uma boa parcela de famílias que se apresentam sem rendimentos (15,68% - o maior índice em todo o Município) e faixa salarial predominante situa-se entre 1 a 3 salários mínimos em 33,52%. (PDDI, 1992, v. II, p. 71.)

Mais uma vez a Itaipu é tida como responsável pelo empobrecimento de parcela da população, segundo dados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Enquanto isso, as Vilas “A” e “B” eram ilhas de prosperidade. Interessante que, mesmo assim, como visto, a área da Vila “A” e seu entorno não eram tidas como prósperas, segundo as “tendências” apresentadas pelo PDDI-FOZ de 1992.

A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu mudou seu sistema e chamou a região da A.K.L.P. de R8, em sua divisão socioeconômica da cidade referente ao ano 2000. Ela abrange duas vilas de Itaipu: a Vila “A” e a Vila “B”. Apesar dela ser mais ampla do que nosso foco de estudo, pois abrange também o Pólo Centro e redondezas, onde se localiza o Colégio Estadual Barão do Rio Branco, podemos analisar algumas informações sobre ela a partir de dados oficiais. Eram 30 mil habitantes no ano 2000 e 9.684 edificações (incluindo residenciais e comerciais). Dez escolas entre estaduais, municipais e particulares (incluindo o colégio citado e o Anglo Americano), além de três creches. É classificada pela prefeitura como dotada de toda infraestrutura comercial, e que predominam as classes sociais A, B e C¹⁸.

Ao comparar a população da R8 com a de Foz do Iguaçu do início de 1970, notamos que elas se equivalem. Portanto, essa parte da cidade tornou-se importante economicamente falando, pois corresponde a mais de 10% dos habitantes, possuindo empreendimentos de grande porte, além de escolas particulares.

A imagem a seguir, dos anos 1970, foi tirada a partir do lado paraguaio, mostrando a Ponte da Amizade e o início da construção da Vila “A”. Como dito anteriormente, o local

¹⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, Secretaria de Governo – Departamento de Informações Institucionais, 2000, p. 61-62.

onde o bairro fora construído era formado por áreas verdes e agrícolas. O bairro Jupira, localizado atualmente próximo à Ponte e ao bairro conhecido como Vila Portes, ainda não existia, assim como o segundo citado.



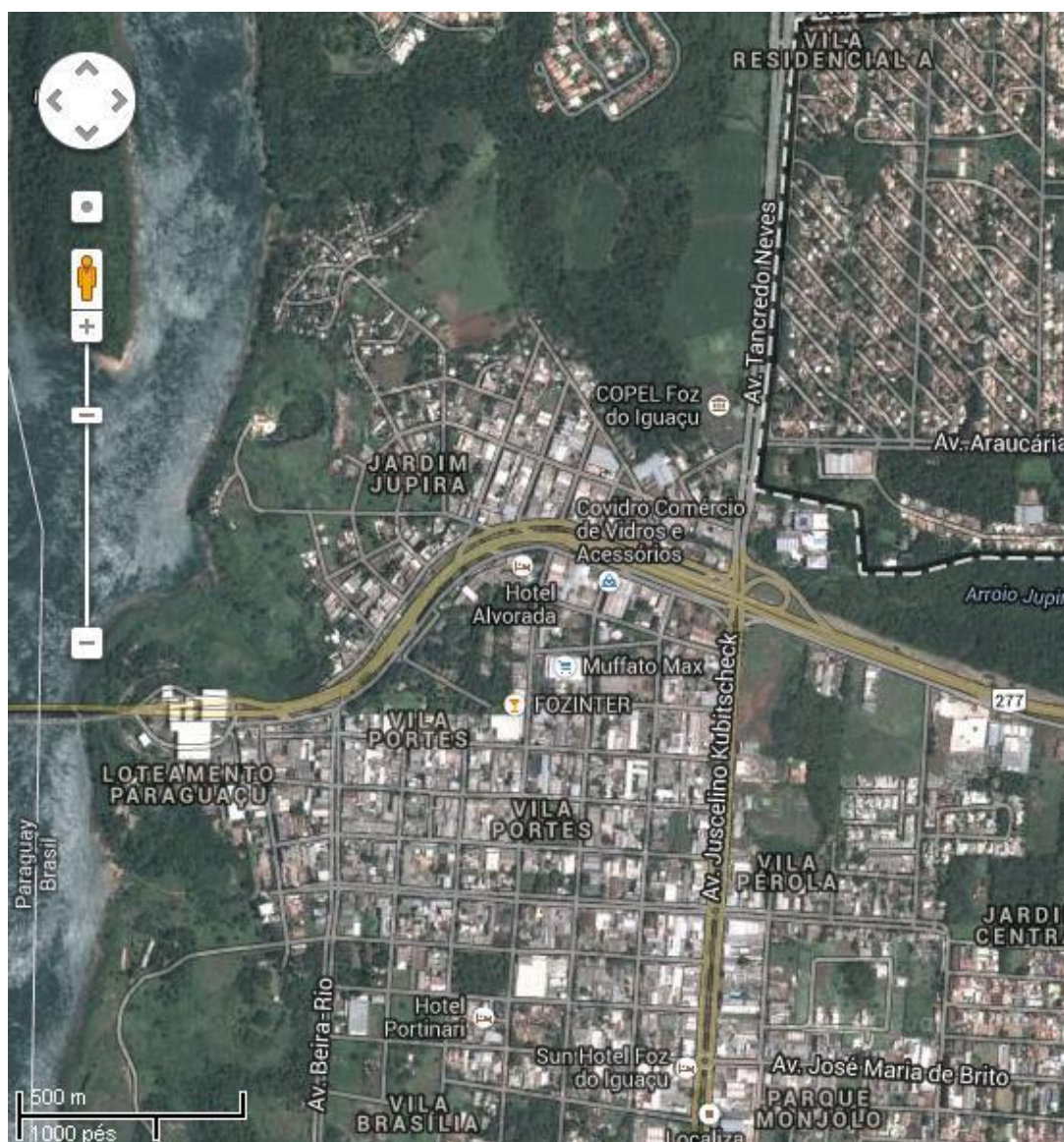
Foto 14: Vista aérea da Vila “A”, Ponte de Amizade e o Jardim Jupira, anos 1970.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

Utilizando a imagem de satélite, a partir do Google Mapas, é possível vislumbrar o quanto da região do Jardim Jupira e da Vila Portes cresceram na paisagem de Foz do Iguaçu. A BR-277 divide os dois bairros que estão próximos às Vilas “A” e “B”, o que, nos documentos oficiais e nas memórias registradas, esse fato é gerador de insegurança para os moradores desses bairros, em razão da proximidade da fronteira com o Paraguai e as consequências a partir disso, como a possibilidade de tráfico e violência.

Por outro lado, esta formação paisagística dinamizou a interculturalidade local, pois comerciantes de diferentes etnias vivem ou possuem negócios nos bairros, principalmente

libaneses e asiáticos (extremo oriente). A cada esquina, ouve-se um idioma diferente, uma intensa multiculturalidade proporcionada pela posição geográfica favorável de Foz do Iguaçu.

A Vila Portes possui uma grande rede de hotéis e lojas, que vendem produtos populares, desde roupas a artigos de festa. Os hotéis desse bairro são destinados principalmente aos “compristas ou muambeiros”, brasileiros que vem a Foz do Iguaçu com intuito único de fazer compras no Paraguai, em Ciudad Del Este, para retornar as suas origens revendendo os produtos e obtendo lucro. Também existem muitas lojas de materiais de construção e acabamentos em geral, mercados que vendem produtos industrializados principalmente para os paraguaios, assim como muitos estacionamentos para os turistas que desejam deixar seus automóveis no lado brasileiro e atravessar a Ponte da Amizade a pé, de ônibus, táxi ou moto-táxi.



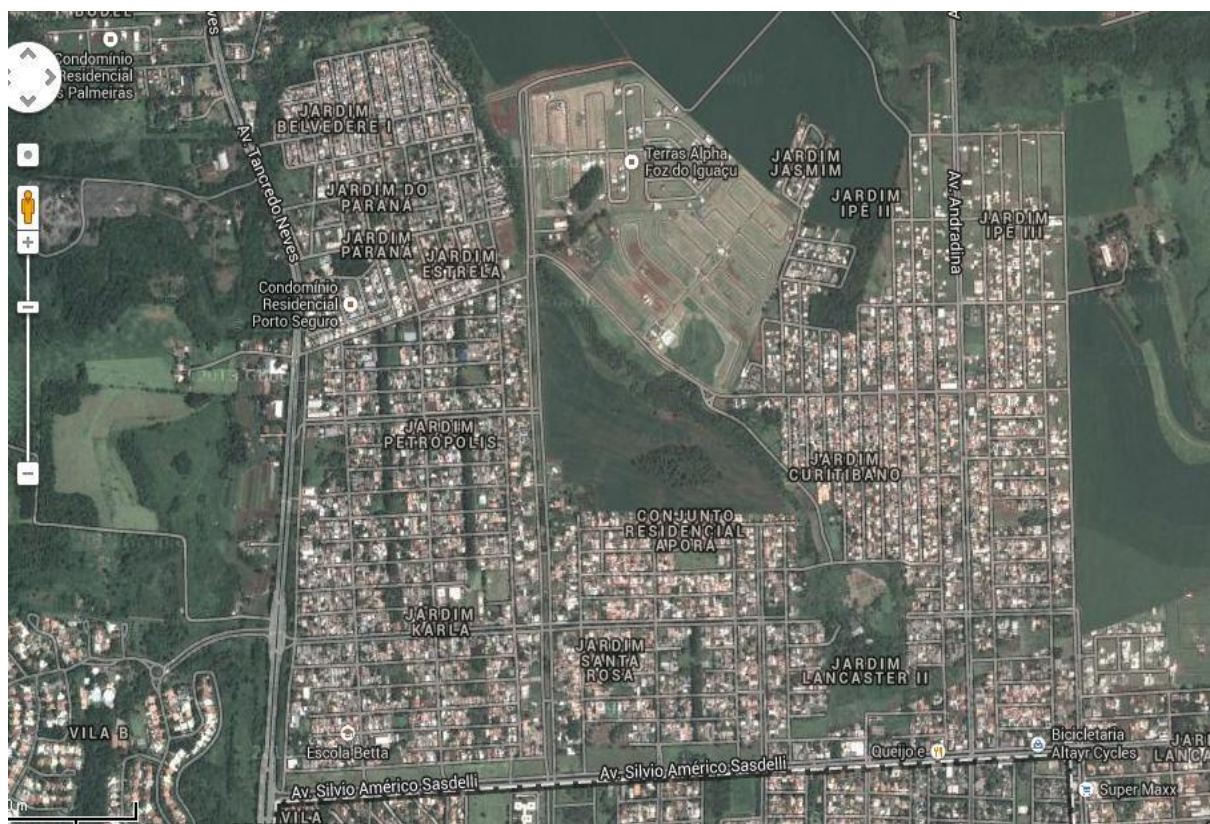
Mapa 3: Vila Portes, Jardim Jupira e parte da Vila “A”.

Fonte: Google Maps. Acesso em dezembro de 2013.

A imagem a seguir, também de satélite retirada do Google Mapas, mostra com uma abertura maior, diversos bairros surgidos no entorno da Vila “A” em direção ao norte da cidade, ou seja, novamente a A.K.L.P., além de outros tantos que surgiriam ao longo dos anos. É possível visualizar a “fronteira” com a Vila “A” pois na parte de baixo da imagem podemos ver a Avenida Silvio Américo Sasdelli, antiga Avenida 3.

Na Avenida Tancredo Neves, via que liga o Centro (após ligar-se a Avenida JK) à Itaipu Binacional, surgiu um condomínio de alto padrão chamado “Porto Seguro”, no qual reside a classe média/alta e alta da cidade, incluindo funcionários e aposentados da Hidrelétrica. Esse foi o segundo condomínio de alto padrão próximo a Vila “A”, já que anteriormente, na direção leste a partir do bairro de Itaipu, existe o “Lago dos Cisnes”, próximo a Avenida Garibaldi, antiga Avenida 9.

No imaginário nacional, “Porto Seguro” refere-se ao local no qual Pedro Álvares Cabral desembarcou pela primeira vez no Brasil, em 1500, pois encontrou ali local propício para tal. Em Foz do Iguaçu, “Porto Seguro” pode ter se referido a um local de segurança em meio às áreas marginalizadas que surgiriam próximas ao condomínio.



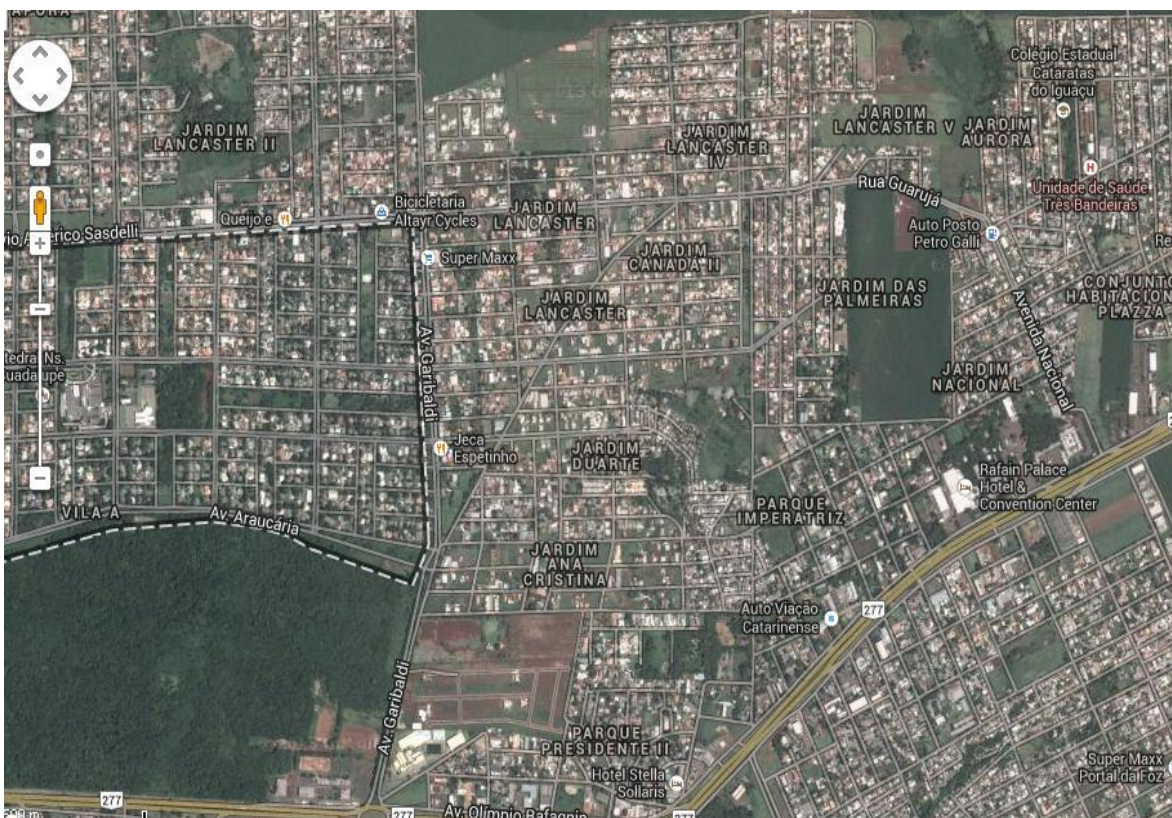
Mapa 4: Entorno norte da Vila “A”: A.K.L.P. e outros bairros.
Fonte: Google Mapas. Acesso em dezembro de 2013.

Próximo ao Condomínio Porto Seguro, existem bairros de renda mais baixa, como Jardim Belvedere I e II, Jardim Paraná e Jardim Estrela. Áreas menos favorecidas que possivelmente foram formadas por antigos moradores das Vilas “A” e “C”, assim como outras pessoas que podem ter vindo a Foz do Iguaçu tentar a “sorte grande”, e que hoje vivem de serviços braçais ou dependem da Ponte da Amizade e do comércio com o Paraguai. Naquela mesma direção norte, no alto da imagem à esquerda, é possível visualizar outro condomínio fechado: o Residencial Palmeiras. Segundo Hahn, em 2005 a média salarial no Jardim Belvedere I e II era de R\$927,00 (HAHN, 2006, p. 130)

Uma rua que se destaca na A.K.L.P. em direção ao norte da cidade é a Rua Belo Horizonte: com intenso comércio, possui linha de ônibus, o 2º Conselho Tutelar, faz esquina com um Posto de Saúde, enfim, possui quase que vida própria para os moradores dos bairros. As ruas dessas áreas, comparadas a Vila “A”, têm um aspecto mais interiorano, mais simples. Talvez não seja apenas pelo menor poder aquisitivo, mas talvez por quem são os moradores.

O que também se destaca na imagem são os condomínios residenciais Terras Alpha I e II, criados pela empresa Alphaville, que constrói esses tipos de empreendimentos em todo o Brasil desde os anos 1970. Lançado em 2009, atualmente alterou seu nome fantasia para Terras Alphaville I e II. Ambos foram construídos nas terras que pertenciam ao falecido Sr. Pedro Lakus, cuja família possui diversos terrenos neles. Juntos, possuem mais de 800 lotes, onde moram muitos funcionários jovens de Itaipu, em função da proximidade com a empresa e também pelo fato de que hoje a Hidrelétrica não custeia mais as residências para seus funcionários novos. A própria empresa Alphaville, em acordo com a Prefeitura Municipal, expandiu e asfaltou parte da Avenida Paraná naquela região. A área verde na imagem reflete a ainda existente zona agrícola. Passado e presente, antigo e moderno convivendo em meio aos diferentes problemas.

O mapa a seguir retrata a expansão do entorno da Vila “A” em direção ao leste:



Mapa 5: Entorno leste da Vila “A”.

Fonte: Google Maps. Acesso em dezembro de 2013.

Na área apresentada em destaque, surgiram bairros que abrigam diversas classes sociais, até mesmo em função de condomínios residenciais fechados surgidos na região, como o pioneiro “Lago dos Cisnes”, próximo ao local onde aparece o “Jardim Ana Cristina” na imagem. Outros condomínios que se encontram nessa imagem são: Arco de Roma, Arco de Paris, Residencial Florença e o Vila “A” Park, que tem sua entrada na Avenida Garibaldi, entre a Vila “A” e a BR-277, quase em frente ao CTG Charrua. Os nomes dos condomínios são significativos, pois remetem a paisagens agradáveis ou épicas, além de cidades históricas. Possivelmente, pode significar renegar ou esquecer uma memória negativa em relação a cidade de Foz do Iguaçu.

Esse último condomínio citado, o Vila “A” Park, possui um nome bastante significativo, pois quando surgiu, a Vila “A” carregava uma conotação um tanto pejorativa, se comparada a Vila “B”, afinal, na “B”, eram os engenheiros, ou seja, funcionários da Itaipu com nível superior, enquanto que a “A” abrigava funcionários de nível médio técnico. Porém, com o passar dos anos, a Vila “A” passou a ser uma área valorizada da cidade, para não dizer nobre, em função de sua organização, grandes terrenos e altos salários comparados ao restante de Foz, que chegou o momento dela receber o status de condomínio fechado. Interessante observar que, em pesquisa realizada por Sotuyo, 70% dos moradores entrevistados por ela

eram favoráveis a formação de um condomínio fechado na própria Vila “A”, enquanto que 31% dos moradores do Centro concordariam com isso (SOTUYO, 1998, p. 116-117). Se a Vila “B” tornou-se um condomínio fechado, o mesmo não ocorreu com a Vila “A”. Porém, no imaginário e nos negócios, esse fato finalmente se concretizou, ao menos pela iniciativa privada, com suas “ilhas de paz” em meio à diversidade da cidade. Para Sotuyo, “Os condomínios fechados são a maneira mais moderna de grupos sociais se excluírem, se segregarem e de serem segregados da sociedade que os rodeia” (SOTUYO, 1998, p. 116). Em sua pesquisa, Sotuyo aferiu que 54% dos moradores da Vila “A” se sentiam afastados do Centro, enquanto esse percentual sobe para 95% na Vila “C”, porém, cai para 26% na Vila “B” (SOTUYO, 1998, p. 106). Os dados são importantes pois, alguns anos antes, na mesma década, no PDDI-FOZ de 1992, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu já afirmava um distanciamento entre os moradores das Vilas e o Centro da cidade:

Durante a construção de Itaipu, e mesmo atualmente, percebe-se um distanciamento dos trabalhadores de Itaipu com relação à cidade de Foz do Iguaçu e aos seus habitantes. Estes trabalhadores interagem muito pouco com a cidade não se reconhecendo como parte integrante daquela comunidade, e vice-versa. Os habitantes da cidade também não reconhecem as vilas de Itaipu como parte da cidade. Um dos fatores que levou à esta situação é o isolamento espacial decorrente da construção das Vilas A, B e C afastadas do quadro urbano então existente, e da reunião dos equipamentos de lazer, alimentação, educação, saúde, etc., de forma a suprir quase todas estas necessidades dos moradores dessas vilas, fazendo com que estes permanecessem a maior parte de seu tempo nas próprias vilas. Além disto, existia a diferença social, os salários pagos por Itaipu eram superiores à média, e a qualidade de habitação oferecida, que também era superior a encontrada no quadro urbano. Esta separação reflete-se de forma desfavorável em Foz do Iguaçu. (PDDI, 1992, v. II, p. 121)

A afirmação da Prefeitura de que os habitantes da cidade (como se o Centro fosse outra cidade) não reconhecem as Vilas como parte delas reflete-se, em parte, na pesquisa de Sotuyo, que averiguou que apenas 12% dos entrevistados do Centro desejavam mudar-se para as Vilas de Itaipu. O que se viu nas décadas de 1990 e 2000 foi um grande crescimento do entorno da Vila “A”, porém, muitos desses moradores eram ex-funcionários de Itaipu, e não necessariamente pessoas do Centro que mudaram-se para lá. Mas claro que houve casos assim. Enfim, toda essa discussão deu-se em função da notoriedade que a Vila “A” passou a ostentar na cidade, tornando-se uma área valorizada, dando nome, como visto, a um condomínio fechado.

A região que cresceu ao leste da Vila “A” possui praticamente uma vida própria hoje, já que a Avenida Silvio Américo Sasdelli, que continua naquela região, vislumbra um intenso comércio, além de um colégio estadual, o Ayrton Senna. Mas o crescimento não foi totalmente ordenado, pelo contrário. Aos poucos o Poder Público tenta adequar-se. Ainda existem dezenas de ruas sem asfalto na área, apenas com o paralelepípedo.

A Vila “B” foi construída próxima a Vila “A”, como observaremos em imagem na sequência, mas as diferenças eram grandes, a começar pelas casas e terrenos. Além disso, a Vila “B” possui um clube próprio, o Ipê Clube, no qual funcionários das outras vilas até poderiam frequentar, mas não era usual. Foram erguidas 221 residências, cujo tamanho variava entre 150m² e 300m², em terrenos que poderiam ultrapassar mil metros quadrados (poucos, é verdade. Mas eram maiores do que na maior parte das casas da Vila A, geralmente ultrapassando 500m²). Todas as casas eram de alvenaria, e havia 17 modelos diferentes, de 3 ou 4 quartos. Era destinada aos engenheiros, diretores e gerentes, e não havia circulação de ônibus público, apenas os que transportavam os funcionários para Itaipu (apesar de muitos desses funcionários possuírem carros cedidos pela Usina, com combustível pago por ela inclusive). Observe a planta e, na sequência, uma imagem da Vila “B”:



Mapa 6: Planta da Vila "B".

Fonte: Google Maps. Acesso em dezembro de 2013.



Foto 15: Vista aérea da Vila “B”, anos 1970.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

Na imagem acima, ao fundo, à direita, enxergamos parte da Vila “A” (o Xororó), separada pela Avenida Tancredo Neves. Veremos também que a disposição das ruas difere das outras duas Vilas: nada de rigidez militar, em função da diferenciação de escolaridade e cargo dentro da Itaipu, ou simplesmente devido a geografia do bairro, próximo ao rio Paraná. O fato é que havia ainda mais *status* residir na Vila “B”, pois parecia um condomínio fechado (como é atualmente), com guarita de identificação na entrada.

Na imagem a seguir podemos observar a amplitude dos terrenos e das casas, fato tido como normal devido ao grau de escolaridade e cargos ocupados pelos moradores da Vila “B”. Em que pese essa diferença socioeconômica, os filhos dos moradores das Vilas “A” e “B” estudavam na mesma escola, o Colégio Anglo Americano, construído com objetivo de educar os filhos dos funcionários, tendo em vista a baixa oferta educacional na cidade à época. Havia jovens da Vila “C” que também estudavam no Anglo, que está localizado na Vila “A”, mas na própria Vila “C” havia uma sede do colégio. Na imagem, vista de cima, podemos ver que as casas são bem diferentes, ao contrário da padronização das Vilas “A” e “C”. Observamos também a guarita, localizada na única via de acesso ao bairro, o que gerava sensação ainda maior de segurança para os moradores.

Este fato da “miscigenação” dos filhos no mesmo colégio é importante de ser ressaltada. No nível do cotidiano, o diálogo se dá de outras formas e por outros meios, apesar que “de cima” haja o planejamento e a segregação. Filhos de diferentes classes de funcionários frequentavam o mesmo ambiente, assim como descendentes de outras nacionalidades que escolhiam o Colégio Anglo Americano para estudar. Filhos de barrageiros estudavam com filhos de técnicos, que por sua vez estudavam com filhos de engenheiros e assim por diante. Da mesma forma, alunos residentes na Vila “A” frequentavam as casas de seus amigos na Vila “B” e também na Vila “C” para realizar trabalhos ou simplesmente por amizade.

Uma das dificuldades que o colégio enfrentou não foram as diferenças sociais internas, mas a interferência de muitos pais com poder dentro de Itaipu desejando manipular o andamento escolar de seus filhos, através do poder que possuíam na empresa, acreditavam que poderiam utilizá-lo também na escola. As afirmações nos dois últimos parágrafos estão ligadas a experiências próprias do autor.



Foto 16: Vista aérea de parte da Vila “B”, fim dos anos 1970, início dos anos 1980.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.



Foto 17: vista aérea de parte da Vila “B”, parte da Vila “A” e parte da A.K.L.P., início dos anos 1980.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

A imagem acima é significativa, pois é possível visualizar as primeiras construções no entorno das Vilas “A” e “B”, com ruas ainda de terra batida. Também é possível observar novamente a diferenciação entre os formatos dos terrenos da Vila “B” comparada às outras duas Vilas de Itaipu.

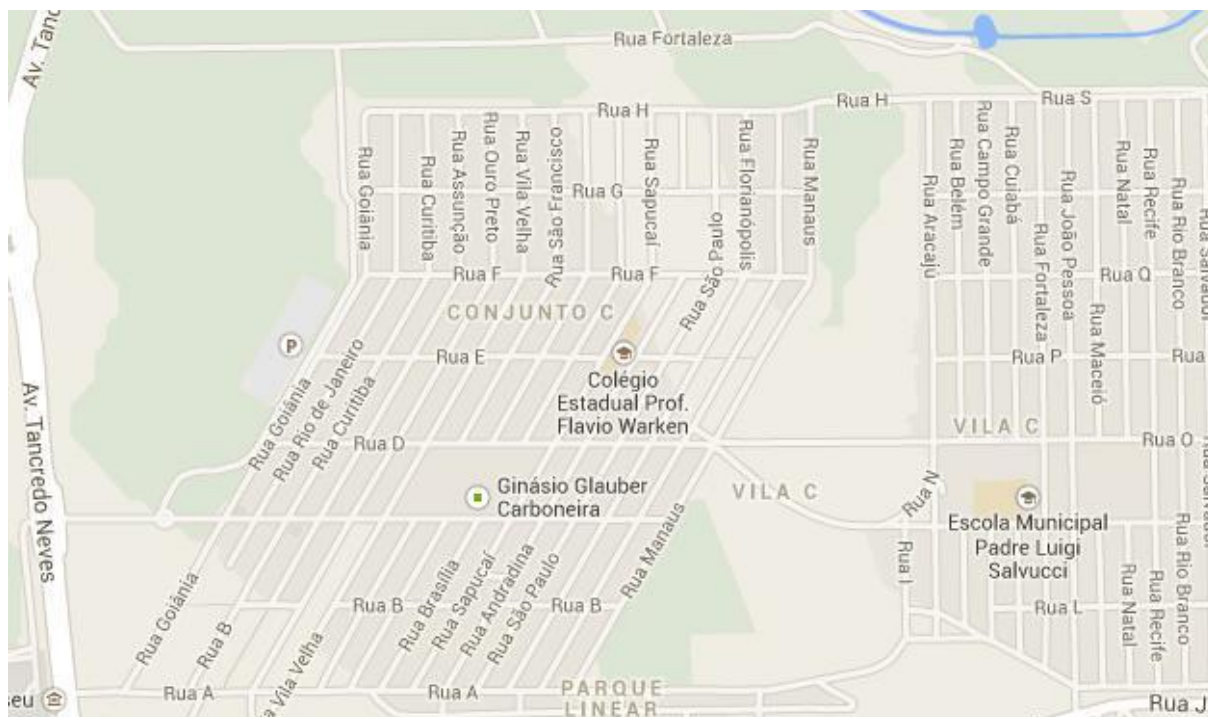
Na imagem que segue, a paisagem está bastante modificada, com incontáveis construções na região da A.K.L.P., enquanto que a Vila “B” vislumbrou o crescimento de seu paisagismo, e as ruas praticamente não aparecem mais.



Foto 18: Vista aérea da Vila “B” em primeiro plano; Vila “A” no alto, à direita e A.K.L.P. no alto, do centro para à esquerda. Anos 1990.

Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

A Vila “C” era destinada aos funcionários braçais, já que a maioria dos trabalhadores era formada pelos barrageiros. As casas eram mais simples, e como muitos vinham sem família, dormiam em casas que mais pareciam dormitórios militares. Foram construídas 2.652 casas de alvenaria, do tipo pré-fabricada, com aproximadamente 70m². Eram grandes galpões com telhas de zinco, e cada bloco poderia abrigar quatro casas. Esse novo bairro ficava muito afastado da cidade, pois fora construído próximo a Usina, facilitando o transporte dos funcionários para a obra. A única ligação com a cidade era a Avenida Tancredo Neves (nome atual). Observe a planta a partir de uma imagem de satélite:



Mapa 7: Vila "C" de Itaipu.

Fonte: Google Maps. Acesso em dezembro de 2013.

A imagem a seguir, assim como a planta acima, mostra o bairro em construção, com formatação semelhante à parte da Vila "A": ruas e avenidas muito bem projetadas, formando paralelas e perpendiculares. Mesmo assim, havia um caráter discriminatório, já que os galpões eram menos particulares, digamos, do que as casas das Vilas "A" e "B". O "particulares" refere-se ao fato de que havia quatro residências para um mesmo telhado, barateando custos de construção, ante as construções individuais das outras Vilas.

A planta é vista com norte em direção à Itaipu, bastando tomar a Avenida Tancredo Neves como referência, podendo acompanhar também pelas imagens anteriores. Portanto, na imagem que segue, essa mesma Avenida passa no alto.



Foto 19: Vista aérea da Vila “C”, anos 1970.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

E mesmo depois dos funcionários residirem na Vila “C”, em grande parte do bairro o asfalto ainda não se fazia presente, como mostra a imagem a seguir. Em dias de muita chuva, a situação da população local não era das mais fáceis.



Foto 20: Parte da Vila “C”, início dos anos 1980.

Fonte: Acervo Itaipu Binacional

A partir de 1991, com o fim das obras, as casas da Vila “C” foram vendidas para antigos empregados de Itaipu e também para a população em geral da cidade, que mudou a feição do bairro, pois as construções poderiam ser alteradas ao bel prazer de cada proprietário. Para a Prefeitura de Foz do Iguaçu, o negócio também era interessante, pois as casas das Vilas não pagavam IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), tornando-se uma fonte de renda a mais para a cidade. A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, então, considerou a incorporação da Vila “C” ao perímetro urbano a partir do PDDI-FOZ de 1992. (PDDI, 1992, v. III, p. 21)

Com o passar do tempo, as regiões ao entorno tanto da Vila “A” quanto da Vila “C” cresceram consideravelmente, transformando-se em regiões populosas, inclusive com o surgimento de novos bairros. Incluindo a Vila “A”, a chamada R-08 de Foz do Iguaçu possuía 30.000 habitantes em 2000, distribuídos em 31 bairros, segundo dados da Prefeitura Municipal.

Atualmente, a hidrelétrica conta com aproximadamente três mil funcionários. Muitos são ex-funcionários que, após desligamento, permaneceram no bairro. Com isso, cresceu o

comércio local, além de toda a infraestrutura, como maior número de escolas, creches, entre outras atividades. Segundo a Prefeitura, a região é composta predominantemente por moradores das classes A, B e C.

Já a região da Vila “C”, chamada R-02, possuía, segundo dados de 2000 da Prefeitura Municipal, com 28.000 habitantes, distribuídos em 24 bairros. Porém, ao contrário da região da Vila “A”, desenvolveram-se na R-02 alguns bairros de classe mais baixa. Segundo a PMFI, o perfil regional é formado “basicamente ex-trabalhadores da construção civil da Itaipu e trabalhadores do comércio informal do Paraguai. Predomina na região as classes D e E”¹⁹. De acordo com essa mesma pesquisa, são 6.690 construções entre residências e comércios. Segundo Fernandes,

É possível encontrar residências nos mesmos moldes da época da construção de Itaipu e outras que apenas mudaram um pouco a fachada, sendo agora propriedade de seus moradores e não mais da Itaipu. Assim como lojas comerciais, um posto policial (na Vila C Nova) desativado, mercados de médio e pequeno porte, farmácias, posto de gasolina (na Vila C Velha), igrejas evangélicas e católicas, uma unidade básica de saúde (Posto de Saúde, localizado na Vila C Nova) e uma praça com gramado e bancos. (FERNANDES, 2008, p. 40-41)

Ainda de acordo com Fernandes, já no início da década de 1980 a região começou a se expandir, pois o número de funcionários de Itaipu era grande e a usina precisava abrigá-los. Começaram então a surgir loteamentos, como o São Sebastião, o Jardim Veneza, entre outros (FERNANDES, 2008, p. 42-44). Comparada à Vila “A”, a Vila “C” possuía infraestrutura inferior, assim como seu entorno. De acordo com antigos moradores, há problemas com relação à violência também, como afirma a Sra. Penolina de Moura Nascimento:

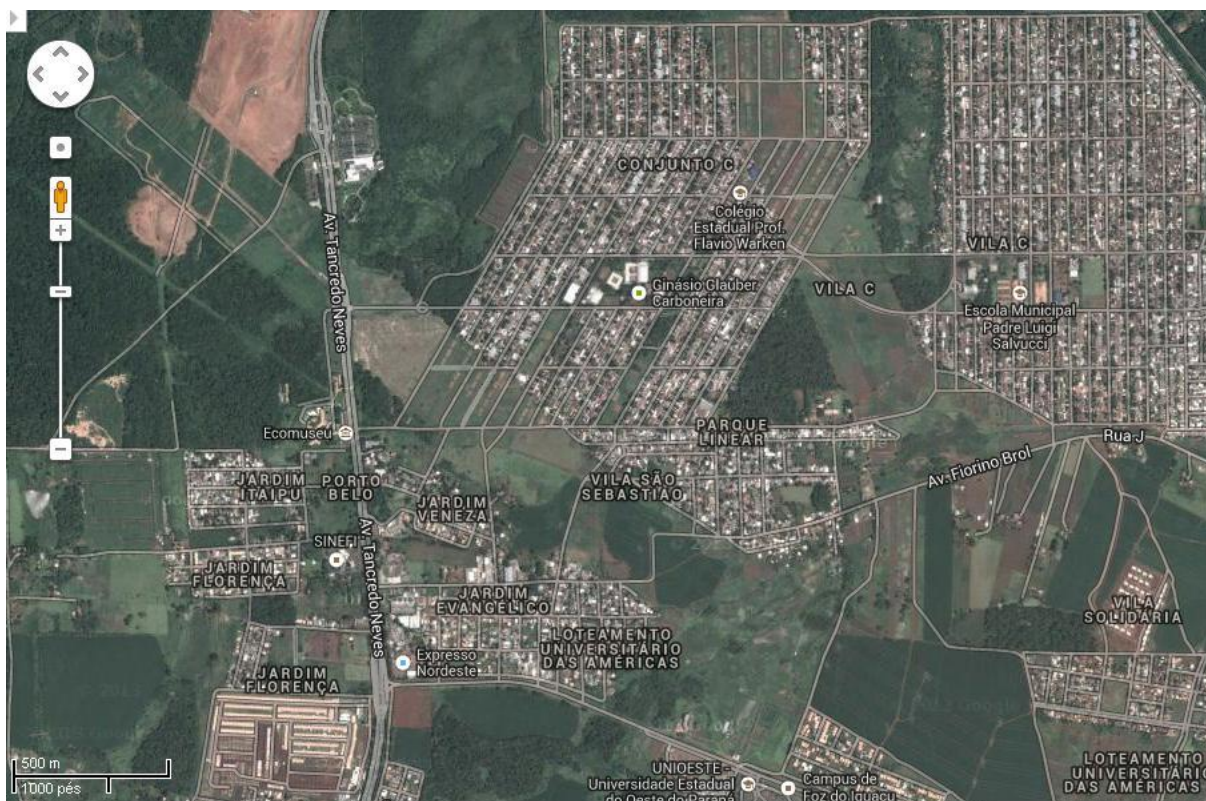
A parte mais próxima daqui (da Vila C) não tem problema. As ruas são asfaltadas, os jovens estudam aqui no Paulo Freire ou no Flávio Warken e os pequenos (se referindo as crianças menores de dez anos) estudam no Padre Luigi e no Arnaldo (...). O problema é do outro lado. Lá [parte norte do loteamento Bela Vista], quase ninguém estuda e se quer ter um emprego temporário, quem dirá fixo. (FERNANDES, 2008, p. 48)

A área norte da cidade pode crescer em renda e desenvolver uma economia mais dinâmica, não apenas em função do *campus* da Unioeste estar situado na região, mas também em função da Unila, Universidade Federal da Integração Latino-Americana ter seu *campus*

¹⁹ Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – Departamento de Informações Institucionais, 2000, p. 50.

construído (ainda em construção no momento) próximo à Itaipu, pois estudantes tendem a residir próximos à universidade, principalmente pela facilidade de locomoção.

A seguir, uma imagem de satélite referente à região da Vila “C”:



Mapa 8: entorno da Vila “C”.

Fonte: Google Mapas. Acesso em dezembro de 2013.

As Vilas de Itaipu transformaram a paisagem de Foz do Iguaçu, então restrita ao Centro e seu entorno e às áreas próximas aos rios Paraná e Iguaçu, até o início dos anos 1970, quando já havia comércio entre os três países. Após a instalação da Hidrelétrica, graças a necessidade de abrigar um contingente inimaginável até então, brotam bairros afastados do Centro, gerando uma convivência diferenciada entre os trabalhadores de Itaipu e os antigos moradores de Foz.

Com as demissões graduais, os entornos das Vilas cresceriam, ordenada ou desordenadamente, com problemas e soluções que fazem parte da modernidade. Esses novos bairros praticamente ganharam vida própria, principalmente no entorno da Vila “A”, onde a condição social é mais elevada comparada ao entorno (e a própria) da Vila “C”.

Antigas famílias permaneceram unidas, novas formaram-se, famílias cresceram, assim como os entornos de cada uma das Vilas de Itaipu, com infraestrutura ainda deficitária em muitos casos, assim como outras áreas da cidade, buscando estratégias de sobrevivência (nas

palavras de Catta) ou gozando da aposentadoria, como alguns mais favorecidos que permaneceram em Itaipu até completar o tempo necessário para isso.

A relação da concepção do espaço planejado e do espaço disperso também ficou evidente. Por um lado o desejo disciplinar que fora promovido pelo Governo Militar, ao criar espaços dentro e fora da empresa, como por exemplo, locais específicos para a alimentação de cada classe (função) de funcionário, e bairros que seguiriam a mesma linha, ou seja, as Vilas “A”, “B” e “C”; por outro, os sujeitos que transitam nesse meio e negociam outros sentidos, compartilhando espaços, como o escolar. As fronteiras socioeconômicas deixam de existir, ou pelo menos se diluem, em determinados ambientes. A ideia de Foucault do controle sobre os operários permaneceria de acordo com as particularidades dos locais nos quais os sujeitos estavam inseridos.

A partir de diversas fontes pesquisadas e analisadas, pudemos perceber diversas transformações no espaço urbano da cidade e, principalmente, do entorno da Vila “A”. Áreas agrícolas convivem com a grande quantidade de construções erguidas nos últimos 20/30/40 anos. Para antigos moradores de Foz, antes da chegada de Itaipu, ficou um sentimento de saudosismo, memórias de um passado de tranquilidade, antes da truculência na retirada de pessoas das áreas que seriam utilizadas pela Usina.

O fim das obras da Hidrelétrica acelerou o processo de demissões, conseqüentemente desemprego e marginalização de milhares de pessoas, que viviam em casas cedidas mas, de repente, precisavam buscar alternativas de sobrevivência. Muitos barrageiros foram embora da cidade, buscar novos rumos. Outros, porém, permaneceram, mesmo sem perspectivas imediatas de sucesso em diversas atividades possíveis. Somam-se a eles aqueles que, já nos anos 1970, vieram a Foz do Iguaçu em busca do *Eldorado*, e que na década seguinte já habitavam áreas periféricas que cresceram de maneira desordenada e com ausência de infraestrutura.

Aos que possuíam vínculos emocionais com as Vilas de Itaipu, restou procurar abrigo em seus entornos. Na região da Vila “C”, cresce uma “zona homogênea” de classes menos favorecidas, com muitas moradores ligados ao comércio fronteiro. No entorno da Vila “A”, diferentes feições. A classe média misturou-se às classes menos favorecidas, dependendo da distância em relação às fronteiras do bairro. Surgiu uma área nobre, formada pela própria Vila “A” e condomínios, além de casas amplas e sobrados, rodeada por bairros cuja infraestrutura ainda é precária.

O Poder Público Municipal não foi capaz de, nos anos 1980, reorganizar a cidade, que vivenciava um momento histórico importante, com o fim das obras de Itaipu. Soma-se a

incapacidade do município, as demissões também do lado paraguaio, aumentando a tensão social na Tríplice Fronteira, restando aos próximos gestores municipais a tentativa de planejar o desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu.

CAPÍTULO III

MEMÓRIA DAS VILAS DE ITAIPU: memórias do tempo presente

O que é a história sem os homens e as mulheres? O ser humano é o único animal que produz cultura, portanto, estudá-la, para não dizer apenas conhecê-la, é fundamental para o trabalho não apenas do historiador, mas de todos que se propõem a estudar as ciências humanas ou simplesmente para aqueles que desejam conhecer suas origens. Diversas fontes podem ser utilizadas para a escrita de uma história, e nós escolhemos a memória escrita e oral para escrita do terceiro e último capítulo do presente trabalho. Sempre que possível e necessário, agregando informações de outras fontes.

A utilização de diferentes fontes de pesquisa possui também, como um dos objetivos, proporcionar a interdisciplinaridade, afinal, as Ciências Humanas são muitas, logo, as fontes são diversas. No capítulo anterior, por exemplo, a presença da geografia mostrou-se fundamental, na utilização de imagens que retratavam as diferentes localidades da cidade. O diálogo entre as ciências proporciona ampliação dos horizontes, analisando o objetivo a partir de diferentes perspectivas, possibilitando diversas formas de compreendê-lo.

O que é Foz do Iguaçu sem as pessoas? O que é a Itaipu sem aqueles que nela trabalharam? O que são as Vilas de Itaipu sem aqueles que ali residiram? O que é o entorno da Vila “A” sem seus moradores?

São perguntas para as quais talvez não haja uma resposta concreta, muito menos única. Por isso, para nós, a história oral torna-se imprescindível na escrita de uma história de uma determinada Foz do Iguaçu. A análise da memória enriquece o trabalho, pois representa a vida do indivíduo inserido no contexto social. Existem diferentes tipos de memória, como a escrita, a falada, a imagética. Em nossa pesquisa, optamos por diversas fontes e, entre elas, a memória oral e escrita. O pesquisador francês Michael Pollak discute o tema:

[...] acredito que entre o "falso" e o "verdadeiro", entre aquilo que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, podemos encontrar aquilo que é mais importante para a pessoa. [...] acredito que a história tal como a pesquisamos pode ser extremamente rica como produtora de novos temas, de novos objetos e de novas interpretações. A história está se transformando em *histórias*, histórias parciais e plurais, até mesmo sob o aspecto da cronologia. (POLLAK, 1992, p. 10) (grifos do autor)

Quando iniciamos uma entrevista, não temos ideia do a pessoa terá como “aquilo que é o mais importante”. Muitas vezes, podem parecer coisas banais, mas não são. São passagens

de sua vida que podem entrar para a história, pois aquela pessoa, enquanto indivíduo, participou do processo histórico de alguma maneira. Histórias sobre Foz do Iguaçu e a Vila “A” já foram escritas, a partir de alguns registros, como os documentais. Mas a história de sujeitos se escrevem de outras formas. No cotidiano, na vivência hodierna, é neste sentido que a memória articula o ontem e o hoje, criando uma plausibilidade para a vida que se vive. Como afirmou Pollak, “a história está se transformando em histórias”, ou seja, diferentes e novas visões sobre determinado assunto. Paul Thompson corrobora a opinião positiva da memória enquanto metodologia de pesquisa:

(...) a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; (...) pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (THOMPSON, 1992, p. 22)

A vivência, ou pelo menos parte da vivência de indivíduos, são retratados e analisados nesse capítulo, nessa tentativa de buscar novos campos de investigação acerca do processo histórico que se tornou objeto de estudo no trabalho. Thompson ainda afirma que

(...) os historiadores urbanos podem deixar as áreas problemáticas já bem estudadas, como as favelas, para olhar para outras formas típicas da vida social urbana: a pequena cidade industrial ou comercial, por exemplo, ou o subúrbio de classe média, onde se criam padrões locais de distinção social, de ajuda mútua entre vizinhos e parentes, de lazer e de trabalho. Podem, até mesmo, abordar por dentro a história dos grupos imigrantes (...) (THOMPSON, 1992, p. 27)

Foz do Iguaçu não é uma cidade industrial, dentro do que se entende por uma cidade que merece, de alguma maneira, esse rótulo. Graças à Itaipu, para o bem ou para o mal, a cidade cresceu e o comércio se dinamizou. Portanto, segundo Thompson, pode se tornar um objeto de estudo. E como veremos ao longo do capítulo, nenhuma das personagens nasceu em Foz, portanto, imigrantes que aqui permaneceram. Os historiadores brasileiros José Carlos Meihy e Fabíola Holanda contribuem com a discussão da importância da memória:

A necessidade de se ativar ou materializar o que existe em estado oral retido na memória, ou mesmo o que foi abafado por processos de cerceamento, quase sempre acontece por desafios da própria comunidade, que não quer deixar morrer determinadas experiências e que, para isso, produz situações nas quais, no tempo presente, reinventam o passado não resolvido. Nesse

sentido, a história oral se mostra fator significativo, meio de manter a experiência passada em estado de “presentificação”. Mas deve-se lembrar sempre que não apenas quando não existem documentos necessários que a história oral acontece. Ela é vital também para produzir outras versões promovidas à luz de documentos cartoriais consagrados e oficiais. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 25-26)

“Produzir outras versões” é motivação para que possamos continuar na pesquisa história, afinal, se toda a verdade (se é que existe uma) já estivesse sido escrita, seria o fim dos historiadores. Além disso, como escrever uma história da Vila “A” e seu entorno apenas usando documentos oficiais? Sem as pessoas, a história não se faria. Para Tedesco,

A memória coletiva alimenta-se em muito das tradições, costumes e experiências. Os elementos centrais promotores da perdurabilidade são a ritualidade, a simbologia e a experiência partilhada; por isso a necessidade de integração para sentir-se membro. [...] Na sociedade atual, o grande medo de perder as tradições, a ligação coletiva dos tempos vividos e, por que não, o futuro advém da visível incapacidade criada para lembrar. O imediatismo, a individualização, a mecanização, o fim da tradição oral levam a que se percam cada vez mais o poder, a necessidade e a vontade de transmissão de valores e conhecimentos entre gerações; perdem-se os elos comunitários, a consciência de classes. (TEDESCO, 2011, p. 166)

As experiências compartilhadas entre as pessoas são essenciais para o entendimento de uma sociedade. De certa maneira, as personagens tiveram algumas experiências semelhantes. Outras, claro, diferentes. O fato de pessoas trabalharem em um mesmo lugar por um determinado período faz com que as lembranças sejam parecidas, mas não iguais. Então, existe uma individualidade em meio a coletividade da vida em Itaipu, suas Vilas e entornos.

Existe a possibilidade do erro por parte do depoente. Lembrar, esquecer e até mesmo inventar faz parte da memória. Portanto, é deveras importante buscar em outras fontes informações sobre determinado assunto. Entretanto, a fonte oral não é inferior a escrita, como observou Pollak:

Na França tivemos exemplos disso [suposta superioridade da fonte escrita sobre a fonte oral], em relação a assinaturas de manifestos. Quando o historiador positivista, que acredita naquilo que está escrito, nas assinaturas que constam no manifesto, ouvir as pessoas que supostamente assinaram, ele vai levar um susto com o susto dessas pessoas. Isto porque, freqüentemente, as pessoas que organizam os abaixo-assinados não têm tempo de telefonar para todo mundo, contam com a concordância de um cidadão, colocam seu nome e depois esquecem de avisá-lo. Este é um caso em que a fonte escrita não possui validade superior à da fonte oral. (POLLAK, 1992, p. 13)

Transpondo o trecho no tempo e no espaço geográfico, o que supostamente os jornais de Itaipu, por exemplo, disseram sobre seus trabalhadores não pode ser considerado como uma verdade absoluta, afinal, o escrito, ainda por cima o oficial, pode ser, porque não, falsificado, construído. Em outro trabalho, Pollak afirma que a História Oral é

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à 'Memória Oficial', no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 2)

Se as personagens apresentadas no presente capítulo que foram entrevistadas por mim não são marginalizadas ou excluídas, elas (as marginalizadas) estiveram de alguma forma presentes em depoimentos a outras fontes, sendo trazidas sempre que necessário. Mas eles relatam memórias sobre exclusões e inclusões, formas de escolhas e segmentação social que não somente estiveram registrados nos documentos oficiais e planejamento urbano da cidadela, mas também nesta memória mais individual.

Hobsbawm também cita a importância da história oral, ao afirmar que “(...) muitas memórias gravadas parecem suficientemente interessantes, ou dispõem de suficiente apelo sentimental, para serem recompensadoras por si mesmas.” (1998, p. 221).

A história oral nos traz informações preciosas referentes à vida das pessoas antigamente. Difícil imaginar como viviam os moradores de Foz do Iguaçu antes do surgimento dos novos bairros, consequência da urbanização. Além disso, como afirma Hobsbawm, as transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX foram maiores do que em qualquer outro momento da história humana, e Foz do Iguaçu, como cidade, participou dessa transformação:

Uma das principais [lições] para aqueles que se dispõem a escrever a história do século XX, é o mero fato de saber, sem esforço especial, *o quanto as coisas mudaram*. Os últimos trinta ou quarenta anos constituem a era mais revolucionária da história escrita. Jamais o mundo, ou seja, as vidas dos homens e mulheres que vivem no planeta, foi transformado de modo tão profundo, dramático e extraordinário em tão breve período. (1998, p. 247, grifos do autor)

De fato o século XX vivenciara mudanças jamais vistas anteriormente: desde o rápido processo de urbanização ao grande crescimento populacional. A modernização vista ao longo do período, como a energia nuclear ou as viagens espaciais. Em Foz do Iguaçu, a

modernidade chega, principalmente, em função de Itaipu. A luz elétrica e o asfalto fizeram história, mas não como a faraônica hidrelétrica, alterando para sempre a feição da cidade. O mundo rural deixaria de predominar, e a urbanização tomaria conta do meio.

As transformações ocorridas em Foz do Iguaçu foram grandes, e a análise das memórias dos agentes envolvidos nesse processo contribuirá para agregar conhecimento à história local, como afirmou Yara Aun Khoury, “Exercitando essas perspectivas de estudo privilegiando o uso da história oral como um meio de aproximação de modos específicos como as pessoas vivem e interpretam os processos sociais” (KHOURY, 2004, p. 117). As memórias das pessoas como sujeitos no processo de transformação em Foz do Iguaçu, especificamente na Vila “A” e seu entorno, são nossas fontes principais nesse capítulo, mostrando, em suas lembranças, *o quanto as coisas mudaram*. Khoury continua:

Trabalhar nessa direção nos coloca diante da problemática do sujeito e da consciência social da história, levando-nos a retomar e ampliar leituras e a aprofundar as pesquisas e reflexões, sempre dentro da perspectiva de construir um conhecimento histórico que incorpore toda a experiência humana e no qual todos possam se reconhecer como sujeitos sociais. (KHOURY, 2004, p. 118)

A participação das personagens entrevistadas no trabalho, portanto, torna-se fundamental para que eles, enquanto homens e mulheres que viveram e vivem em Foz do Iguaçu, sintam-se também como sujeitos importantes na construção ou reconstrução de uma história. Jacques Le Goff afirma que

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2003, p. 469-470) (grifo no original)

Le Goff afirma que a memória é também um objeto de poder. De fato podemos perceber isso claramente em diversas sociedades que a utilizaram para incutir alguma ideia no povo. Se pensarmos nos faraós e seus feitos, deixando uma memória de conquistas e glórias; se pensarmos na Bíblia, livro que contém uma verdade absoluta apregoada pelos seus criadores ou se pensarmos nos políticos modernos, como Getúlio Vargas, por exemplo, que utilizou do rádio para espalhar os pontos positivos de sua gestão e perseguir seus inimigos.

O estudo de uma parte específica da cidade, Vila “A” e seu entorno, no presente capítulo, faz parte da micro-história, importante forma de analisar uma história regional. Jacques Revel acredita que “a abordagem micro-histórica se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis.” (REVEL, 1998, p. 23). Pode-se trabalhar nesse caso com memória individual ou coletiva, tendo em vista a grande quantidade de ex-trabalhadores que ainda vivem na cidade e nos bairros citados. Revel cita um trabalho de Gribaudi sobre a formação da classe operária em Turim para discutir a relevância da micro-história:

Numa situação em que se insistia essencialmente numa comunidade de experiências (imigração urbana, trabalho, luta social, consciência política etc) que constituiria a base da unidade, da identidade e da consciência de classe operária, o autor se restringiu a acompanhar itinerários individuais que fazem aparecer a multiplicidade das experiências, a pluralidade de seus contextos de referência, as contradições internas e externas das quais elas são portadoras. Ele as reconstrói a partir dos percursos geográficos e profissionais, dos comportamentos demográficos, das estratégias relacionais que acompanham a passagem do campo à cidade e à fábrica. Como muitos outros, Gribaudi partira da idéia de uma cultura operária ou, em todo caso, que homogeneizava os comportamentos. No meio do caminho (e especialmente ao recolher depoimentos orais sobre o passado familiar dos protagonistas da história que estudava), descobriu a diversidade das formas de ingresso e de vida na condição operária. (REVEL, 1998, p. 22-23)

Obviamente existem claras diferenças entre o fragmento e o nosso objeto. Não faremos estudo de percursos mas, a partir da memória individual e coletiva, demonstrar como seus sentidos se articulam – negando ou afirmando – aquilo que é dito por outras fontes, especialmente as oficiais. Entretanto, não podemos descartar algumas semelhanças, como a questão da imigração urbana ou da multiplicidade das experiências graças aos depoimentos orais que mostraram as mais diversas formas de ingresso na vida operária. Numa relação macrossocial – como as forjadas pela economia mundial ou as ações militares na América Latina – determinadas “semelhanças” (feitas por mim) podem ser captadas como estratégias de governo, de economistas e estrategistas políticos. A memória coletiva é a memória de indivíduos que viveram determinado momento histórico e possuem laços com aquele tempo que perduram por anos. É a afetividade, o vínculo com o passado.

No começo do século XX, François Simiand afirmou que o historiador deveria se afastar do indivíduo, do acidental (apud REVEL, 1998, p. 17). Porém, trabalhos como o de Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*, mostram que é possível trabalhar com o indivíduo.

Portanto, um depoimento oral pode se referir ao individual ou ao coletivo. Ginzburg e Carlo Poni

(...) propõe fazer do “nome” – do nome próprio, ou seja, da marca mais individual, menos sujeita à repetição que existe – a baliza que permitiria construir uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve. (REVEL, 1998)

O objetivo do trabalho não é colocar em destaque um personagem específico, como o Menocchio de Ginzburg, mas mostrar que é possível realizar determinada pesquisa, voltada para o micro: “A microanálise deve, em primeiro lugar ser entendido como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço ‘macro’.” (REVEL, 1998, p. 20). O marxismo colocou em voga a superestrutura, enquanto a micro-história valoriza justamente o contrário, sem desmerecer uma ou outra:

Na verdade, a escolha não é alternativa entre duas versões da realidade histórica do Estado, uma que seria “macro” e a outra “micro”. Uma e outra são “verdadeiras” (e muitas outras mais em níveis intermediários que seria convenientemente recuperar de modo experimental), e nenhuma é realmente satisfatória porque a constituição do Estado moderno é precisamente feita do conjunto desses níveis, cujas articulações ainda precisam ser identificadas e pensadas. A aposta da análise microssocial – e sua opção experimental – é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes. (REVEL, 1998, p. 32)

A micro-história apresenta-se de forma privilegiada no contexto estudado, pois ao mesmo tempo em que vemos presente o macro, na forma do Estado brasileiro, com a Usina de Itaipu Binacional, o micro deve ser investigado, afinal, os sujeitos “comuns” também produzem história. Na microanálise, os indivíduos comuns interagem de diferentes maneiras, não se sujeitando apenas, mas reinventando formas de presentificação.

A análise microssocial, graças aos depoimentos, pode revelar também tensões existentes nos tempos de obra, já que de acordo com Revel, “(...) os historiadores, em sua maioria, trabalham com sociedades fortemente hierarquizadas e não-igualitárias, nas quais o

próprio princípio da hierarquia e da desigualdade está profundamente interiorizado.” (1998, p. 30). As dificuldades são grandes, pois o objeto pode sofrer algum tipo de mudança, ou uma nova visão, por exemplo.

O historiador, contrariamente ao antropólogo ou ao sociólogo, trabalha com o fato consumado – com “aquilo que efetivamente aconteceu” – e que por definição não é passível de se repetir. É excepcional que as fontes apresentem por si mesmas as alternativas, e mais ainda as incertezas com que se defrontaram os atores sociais do passado. Decorre daí um recurso freqüente e ambíguo à noção de estratégia: muitas vezes ela serve para substituir uma hipótese funcionalista geral (e que geralmente permanece implícita); algumas vezes ela serve para qualificar, de maneira mais prosaica, os comportamentos dos atores individuais ou coletivos que foram bem sucedidos (e que em geral são os que conhecemos melhor). Nesse ponto, a postura decididamente antifuncionalista adotada pelos micro-historiadores é rica de significações. Levando em conta em suas análises uma pluralidade de destinos particulares, eles procuram reconstruir um espaço dos possíveis – em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada. (REVEL, 1998, p. 26)

A interdisciplinaridade na pesquisa, utilizando diferentes fontes para a análise de um objeto, é importante, como atesta Revel. Ao abordar o tema, Revel fala em “alternativas”. O plural tem sua função, tendo em vista o próprio conceito de interdisciplinaridade, possibilitando uma “riqueza de significações”. Vários indivíduos, várias fontes, várias possibilidades.

O trabalho de Revel mostra a importância da micro-história na construção do conhecimento. Entretanto, como ele afirma no final do texto, ela não possui “privilégios intocáveis”. Para nosso objeto, ao trabalhar com micro-história e memória, temos um grande e possível desafio, pois as memórias são diversas, apesar do coletivo, da semelhança no modo de vida após a mudança para Foz do Iguaçu e a vida nas Vilas e arredores.

Um morador do entorno da Vila “A” e que concordou em conceder a entrevista é o sr. Vanderlei Mantovi²⁰. Natural do estado de São Paulo, conta que “[...] estudando [uma professora] achou que eu era um bom aluno e me arrumou um caminho para sair do interior de São Paulo.” Assim, ele foi para a capital onde trabalhou em vários empregos, até que veio a oportunidade de vir para Foz do Iguaçu trabalhar na UNICON, consórcio que prestava serviço à Itaipu, em 1977. Ficou até 1985, quando foi dispensado e passou a contar com a própria sorte.

²⁰ Entrevista concedida Ao autor, em janeiro de 2014.

O sr. Vanderlei veio solteiro na primeira vez, trazendo pouco tempo depois sua futura esposa para conhecer e aprovar ou não a possível mudança de vida. Decidiram ficar em Foz do Iguaçu, constituindo uma família com três filhos, já possuindo um neto. Antes da então namorada vir conhecer a cidade, o sr. Vanderlei morou nos alojamentos dentro de Itaipu, local reservado principalmente aos homens solteiros, e também porque à época, as Vilas ainda não estavam totalmente prontas. Ele conta que

Foz do Iguaçu não tinha nada né, a Vila “A” estava sendo feita na época. Foz do Iguaçu só tinha aquelas casinhas de madeira. Era a Avenida Brasil que tinha asfalto, do lado era tudo terra, um pantanal, um atoleiro. Em dia de chuva ninguém conseguia transitar.

Veremos que algumas memórias serão semelhantes entre os indivíduos que aqui chegaram muito cedo, encontrando ainda uma infraestrutura precária. Prova disso é que após seis meses morando em Foz, ele alugou uma casa construída recentemente, à época, no Maracanã, bairro central da cidade, e a rua ainda era de terra. O aluguel era pago pela UNICON/Itaipu. Sobre os alojamentos de Itaipu, ele conta que “era um sufoco, porque nesse calorão nos meses de dezembro, janeiro, a gente pegava o colchão e colocava lá fora e dormia no campo, porque não aguentava lá dentro. Não tinha nem ventilador”.

Muitos trabalhadores de Itaipu tiveram direito às casas em algumas das três Vilas, variando de acordo com o nível de especialização do empregado. O Sr. Vanderlei conta que

Me falaram que eu tinha direito, me lembro como se fosse hoje, a uma casa de nível 5, mas até hoje estou esperando essa casa. Me ofereceram ir morar no Paraguai, mas eu não quis ir pra lá, achei que não seria legal pra mim. Aí continuei na cidade, então começou a surgir esses bairros ao redor da Vila “A”, aí mudamos pra cá [...] Isso foi em 1983.

Apesar do direito a uma casa, a família do Sr. Vanderlei, mesmo ainda trabalhando na Itaipu, não morou na Vila “A” em si, mas muito próximo, pois sua casa, em que reside até hoje, fica na Avenida Silvio Américo Sasdelli, ou seja, antiga Avenida 3, que é a avenida que “fecha” a Vila “A” pelo norte. Aquela área específica da residência do sr. Vanderlei é o Jardim Lancaster II. Ele conta que

Em 1980 quando cheguei pra comprar o terreno tinha uma cerca do lado da Vila “A”, tinha gado pastando... falei ‘puxa vida, será que é aqui que vamos morar?...’ Mas compramos e hoje não dá nem para atravessar a rua de tanto veículo, um perigo. Eram poucos vizinhos, uns três ou quatro. O resto era pasto. Os caras estavam abrindo as ruas [ao redor da Vila].

Nesta reconstrução de memória é importante ressaltar que o entrevistado não fala, nesse momento, que melhorou em relação ao tempo passado, mas lembra-se do perigo de transitar por um local no qual, tempos atrás, apenas gado por ali pastava. Em sua memória, fica evidente que o rural sucumbiu ante o urbano em um curto espaço de tempo. O sr. Vanderlei também chega com a perspectiva de modernidade, afinal, quando se pensava em Itaipu, pensava-se na grandiosidade da obra. Entretanto, o que se via em áreas que não a pertenciam era “anti-moderno”, o antigo, o passado.

Esse lado rural de Foz do Iguaçu será compartilhado entre muitas das memórias que fazem parte dessa região da cidade. Até porque até a chegada de Itaipu, Foz era uma cidade em que a maioria da população vivia da agricultura, inclusive com muitos sendo praticamente expulsos de suas terras para a construção da Usina e das Vilas. Perpendicular à Avenida Silvio Américo Sasdelli (antiga Avenida 3), a rua que dava na esquina da casa do sr. Vanderlei demorou, segundo ele, pelo menos mais uns seis anos (após mudar) até que fosse feito o calçamento. E assim permanece até hoje, sem asfalto, como tantas outras no entorno da Vila “A”.

A terra e o barro das ruas no entorno da Vila “A” muitas vezes eram um entrave até mesmo para o trabalho, até porque, como visto em imagens no Capítulo II, a Avenida Tancredo Neves, ligação entre Itaipu e as Vilas “A” e “B”, além do centro da cidade, estava em construção, portanto, ainda de terra. Assim, em dias de chuva, ficava impossível até mesmo ir trabalhar, como conta o sr. Vanderlei:

Na época de chuvarada, quando chovia três, quatro dias a gente não podia nem ir trabalhar, porque os veículos não conseguiam nem transitar, aquele barrão que tinha ali, era uma cola, o carro entrava ali e não saía mais. Os ônibus da Itaipu que vinham recolher o pessoal não conseguiam nem entrar. Esperava sair o sol, dar uma enxugada pra ir trabalhar. Tinha vezes que ficava dois dias sem ir no trabalho.

A impressão do sr. Vanderlei é que antes de Itaipu tudo era o caos. A empresa, enquanto agente da modernização, seria responsável por promover o desenvolvimento em algumas áreas da cidade que atendessem aos interesses da empresa. A Avenida Tancredo Neves, que no início era de terra, transformou-se em uma avenida larga, asfaltada, arborizada, urbanizada.

Sua memória registra que havia certa cumplicidade da empresa com a situação de moradia, especialmente a dificuldade de transporte. Quando havia faltas ao trabalho motivado

por este fato, como não era uma falta proposital, não havia desconto no salário, segundo o sr. Vanderlei, até porque, como ele afirmou, os ônibus nem conseguiam chegar a Vila “A” para levar os funcionários à obra. Ao lembrar-se do barro ele está dizendo – no contraponto – que o barro fora extirpado. Que a modernidade é o asfalto e transporte, trazidos pela ideia de integração nacional de Itaipu.

Concomitante ao trabalho em Itaipu, o sr. Vanderlei entrou para o comércio, abrindo um restaurante, junto com outros três sócios, no Xororó. Depois de um tempo, ficaram em apenas dois, ele e mais um. Sua esposa trabalhava no recinto. O fato de possuir um negócio contribuiu para que ele desejasse permanecer em Foz do Iguaçu, como conta a seguir:

Como eu já estava no comércio, com o restaurante, eu resolvi ficar aqui. Apareceu um convite pra eu ir pro Iraque, e o salário aqui não estava muito atrativo, mas aí acabei ficando aqui no comércio. [...] Aí quando eu saí de Itaipu, o outro sócio continuou em Itaipu, aí nós compramos um outro restaurante na cidade. Então nós tínhamos um aqui na Vila e outro no centro. Aí depois ele saiu de Itaipu, e ficamos um em cada restaurante. Na época dava muito movimento por causa da fronteira. Eu lembro que a gente tinha um guarda que dizia “- Agora fechou, não entra mais ninguém. Vamos fechar um pouco e daqui meia hora a gente abre pra entrar mais cliente.” Isso no do centro.

O sr. Vanderlei manteve o restaurante desde o início dos anos 1980 até 1995, quando fechou e passou a se dedicar a outra atividade, também na área do comércio, na região da Vila Portes, bairro que, assim como o Jardim Jupira, estão próximos ao rio Paraná, consequentemente à fronteira com o Paraguai. Já no início dos anos 1990, ele conta que percebeu uma queda no movimento do restaurante, pensando então em abrir outro negócio:

O pessoal foi abrindo restaurante lá no Paraguai e foi diminuindo nosso movimento na cidade. E também a cidade foi crescendo para lugares mais afastados, e foram abrindo novos centros de restaurante, na [Avenida] Schimmelpfeng ali embaixo, foi então que mudou o centro, que foi ficando mais velho, antiquado e a construção nova atraía mais o cliente, aí tivemos que fechar. Aí antes de fechar nós vimos que o movimento estava caindo, não estava pagando os custos, aí nós olhamos e analisamos a situação de Foz do Iguaçu e esse mercado na Vila Portes é um mercado que vendia produtos industrializados pro Paraguai e o Paraguai não tem indústria muito boa né, e achamos que daria pra gente mudar nosso foco, nosso ramo e entramos no comércio ali na Vila Portes. [...] Que nós abrimos o negócio foi em 1991, e o restaurante nós tocamos mais uns três ou quatro anos.

A percepção de mudança, lembrada pelo antigo morador, o sr. Vanderlei, é bastante significativa, pois ele percebeu as mudanças que ocorriam em Foz do Iguaçu: o velho

sucumbindo ante o novo; o comércio se dinamizou com o surgimento de uma concorrência que buscava os antigos clientes daquele restaurante e de outros tantos que existiam na Foz do Iguaçu “antiga”, “envelhecida”.

Com a mentalidade de empresário, o sr. Vanderlei vislumbrou mudanças, racionalizando de acordo com as mudanças e percepções de sua Foz do Iguaçu. Ele demonstrou autonomia ao não depender do Poder Público para seus negócios, agindo como manda o mercado.

O Jardim Jupira, que é próximo a Vila Portes, ao lado da BR-277, tornou-se um local perigoso para circular livremente devido aos altos índices de violência, principalmente próxima a barranca do rio e à noite, quando o comércio está fechado e o tráfico de drogas e mercadorias contrabandeadas do Paraguai é intenso. Os bairros também são muito próximos à Vila “A”, o que faz com que as pessoas que moram na Avenida Juscelino Kubistchek tenham receio de pessoas circulando por ali. Mas o sr. Vanderlei conta que nem sempre foi assim nesses bairros: “lá em 1991, 92, não tinha essa criminalidade, a gente nem ouvia falar, nem se comentava. De uns dez anos pra cá é que a coisa se tornou insuportável, nós fomos assaltados umas dez vezes lá [na loja da Vila Portes]”. Talvez seja exagero dizer que não se ouvia falar em violência, mas ela de fato cresceu ao longo dos anos 1990 e 2000, principalmente quando o Poder Público, através da Polícia Federal e Receita Federal, faz operações de guerra contra o crime. A repressão do macro gera a violência do micro. No passado, a repressão na fronteira era menos intensa, diminuindo a pressão sobre a economia informal e ilegal.

O Sr. Antônio Neves da Costa²¹ é um dos antigos funcionários da Hidrelétrica de Itaipu que reside no entorno da Vila A, no Jardim Lancaster II, desde 1995. Chegou a Foz do Iguaçu em 1982, quando a cidade possuía pouco mais de 130 mil habitantes. Natural do estado do Rio de Janeiro, trabalhou no estado de São Paulo antes de ir para Laranjeiras do Sul, no Paraná, trabalhando na Eletrosul por um ano e meio. Nesse ínterim, fez contatos pleiteando uma vaga em Itaipu, acreditando encontrar lá não apenas melhores condições de trabalho, mas também uma qualidade de vida melhor em Foz do Iguaçu.

Contratado por uma empresa terceirizada, residiu por dez meses na Vila Iolanda, tradicional bairro da cidade, próximo ao centro, até que, ao passar para a Itaipu Binacional, ganhou o direito a uma casa na Vila “A”. O Sr. Neves tem formação técnica, o que contribuiu para que ele “ganhasse” uma casa no bairro. Como afirma Catta,

²¹ Entrevista concedida ao autor, em setembro de 2013.

Para distribuição dessas residências, que beneficiavam não somente os trabalhadores diretamente contratados por Itaipu, mas também aqueles contratados pelas empreiteiras, levava-se em consideração o cargo ocupado pelo funcionário, ao qual se destinava um tipo específico de casa. (CATTA, 2002, p. 102)

Como o sr. Neves possuía boa formação, técnica, recebeu o direito a casa na de madeira, próxima ao Hospital Costa Cavalcanti, em um terreno de aproximadamente novecentos metros quadrados, na qual residiu com a família entre 1982 e 1995: “Era uma casa grande, alta, uma vila muito boa, maravilhosa para se morar.” Porém, o sr. Neves desejava uma “casa melhor”, no caso, de alvenaria, pois seu filho tinha um problema de saúde e a madeira não fazia bem a ele [o sr. Neves já veio casado para Foz do Iguaçu]. Sendo assim, comprou um terreno fora da Vila “A”, no Lancaster, em 1985, onde viria morar dez anos depois.

Quando comprei minha casa em 1985, uns 60 metros saindo da Avenida Silvio Américo Sasdelli [antiga Avenida 3; a casa do Sr. Neves fica na Avenida Andradina, continuação da antiga Avenida 8] era praticamente deserto. Tinha uma casa na esquina, dois terrenos baldios e depois minha casa. Para baixo [sentido Avenida Tarquínio Joslin dos Santos] não tinha mais nada, uma ou outra casa. A avenida era aberta até a Avenida Maceió. Não havia asfalto nem esgoto, apenas luz.

O relato do Sr. Neves corrobora o que é visto em diversas fotografias da Vila “A” tiradas nos anos 1980 no que diz respeito à infraestrutura. Fica registrado também a segregação sofrida desde o planejamento com o descaso do poder público para com o entorno do bairro. E Itaipu não poderia fazer nada também, afinal, não competia a ela cuidar do restante da cidade, mas apenas com o que era de seu interesse. No caso, as Vilas e seus trabalhadores.



Foto 21: Parte da Vila “A” e do Lancaster II, anos 1980/1990.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

No excerto de uma fotografia já analisada no capítulo anterior, do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, podemos ver, pelo detalhe da seta vermelha, que a atual Avenida Andradina não possuía sequer calçamento, como afirmou o sr. Neves, acerca da infraestrutura da região quando da compra do terreno.

O Sr. Neves comprou o terreno em 1985 e iniciou a construção da residência em 1989, finalizando em 1990. A casa foi alugada desde então até 1995, quando a família decidiu mudar-se definitivamente para lá. Para ele, era mais vantajoso reformar e ampliar sua propriedade a mexer na casa da Vila, pois na época não havia nenhuma perspectiva de venda para os funcionários, apenas boatos. Lembrando que no início dos anos 1990, a Itaipu vendeu as casas da Vila “C”, portanto, os moradores da Vila “A” sonhavam com o mesmo destino.

A dona Maria Ângela Pagan Cândia²² também reside no entorno da Vila “A”, no Jardim Santa Rosa, a uma quadra para fora da Vila em direção ao norte da cidade. Natural de São Manoel-SP, chegou a Foz do Iguaçu em janeiro de 1977, após casar-se com uma pessoa de Foz que morava em Londrina, onde trabalhavam. Primeiramente, residiu no centro, na rua Marechal Floriano Peixoto, depois atravessou a Avenida Jorge Schimmelpfeng, indo morar

²² Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2013.

em uma casa arrumada pelo Hotel Bourbon, onde trabalhavam. Morou por um ano nessa casa. Em janeiro de 1978, a família (tendo dois filhos, o mais velho nasceu quinze dias antes da mudança para Foz) mudou-se para a Vila “A”, pois o marido à época passou a trabalhar na UNICON (consórcio de empresas que existiu para a construção de Itaipu) e por isso ganhou uma casa. Ela também trabalhou em Itaipu, na área jurídica, no Centro Executivo, desde junho de 1977 até a aposentadoria, em 2011, mas como mulher, naquela época não possuía direito a casa. Interessante observar que havia o alojamento para os homens dentro de Itaipu, porém, não havia para as mulheres, assim como havia uma segregação em torno dos direitos referentes ao sexo dos indivíduos.

Como ela chegou à Vila antes do sr. Neves, corrobora o que ele afirmou sobre a infraestrutura, e até mesmo sobre a situação da Vila:

Quando eu cheguei à Vila para trabalhar no Centro Executivo, ao lado do Colégio Anglo Americano, era um brejo, não tinha asfalto, não tinha nada. Era horrível. A Avenida 5 [atual Av. Anhembi, paralela a antiga Avenida 4, atualmente Avenida Paraná] não tinha asfalto, estava terminando de asfaltar. Mais pra cima [em direção a Avenida 9, atualmente Avenida Garibaldi] não tinha nada, estava subindo o asfalto. Moramos na rua 89 [perpendicular a Avenida 5] até 1983, quando mudamos para a rua 64, que está ao fundo do Anglo.

Na memória da entrevistada está a antiga forma de nomear as ruas e avenidas: os números. Ela mesmo dirá, mais adiante no texto, que por ficar tanto tempo morando na Vila e em seu entorno, até hoje há essa dificuldade em utilizar os nomes. Faz parte do imaginário dos antigos moradores um passado não muito distante. É uma memória que resiste ao tempo.

Interessante lembrar que as casas das Vilas de Itaipu eram distribuídas de acordo com a escolaridade e função dos funcionários, por isso ganhou o direito a outra residência, como afirma:

Foi por direito a uma casa melhor. Como aqui era bem simples, não tinha garagem, não tinha dependência de empregada. Então eu ganhei uma casa menor, mas tinha garagem para o carro e dependência de empregada, que eu precisava de alguém para dormir em casa. A primeira casa já era de alvenaria, mas tinha o piso vermelhão. A outra era melhor, tinha taco de madeira na sala, nos quartos.

Está presente o sentimento de distinção social dentro da Vila “A”. A comparação entre um tipo de casa e outro leva a um sentimento de distinção, fruto de uma segregação projetada na construção das Vilas e os diferentes tipos de casas.

A família de dona Ângela morou nessa casa até 1988, quando resolveram mudar para o Jardim Santa Rosa, um dos bairros que estão no entorno da Vila “A”, apenas uma quadra para fora do bairro. Segundo ela, precisavam de uma casa maior, mais confortável, com um quarto específico para a filha de quatro anos. Como a Itaipu não tinha perspectiva em conceder uma casa de três quartos para a família, resolveram construir a casa própria. A escolha do bairro ao lado da Vila “A” se deu

Pela comodidade, pela segurança. Eu trabalhava no Centro Executivo, as crianças estudavam no Anglo Americano, tudo muito pertinho, e era um lugar bem seguro, porque tinha segurança de Itaipu e a gente se sentia seguro por aqui.

A ideia do “porto seguro”, como mencionada no capítulo anterior em razão do condomínio que leva esse nome, estava presente no imaginário da família da Sra. Ângela, pois Itaipu fazia a segurança, não permitindo a entrada de pessoas estranhas. A Vila “A” era, portanto, um “porto seguro”, ou seja, um local no qual as famílias acreditavam possuir uma segurança total. Esse sentimento está disseminado no imaginário dos entrevistados. Depois que Itaipu deixou de fazer a segurança, segundo os entrevistados, a tranquilidade do bairro não é mais a mesma.

Apesar da Vila “A” já possuir toda uma infraestrutura nessa época, ruas asfaltadas, a situação do Jardim Santa Rosa não era a mesma. Segundo a Sra. Ângela,

Era um brejo, não tinha asfalto, era mato só, era horrível! Tinha pouquíssimas casas, como a ACDD e um vizinho. O resto era mato e terra. Não havia nenhum comércio, nada. Depois de um tempo colocaram calçamento e por último o asfalto, na época do prefeito Álvaro Neumann, tanto é que eu falo que agradeço a ele pelo asfalto. Como nós somos vizinhos da ACDD, ele se viu obrigado a colocar o asfalto, porque ainda tem rua no bairro que é de paralelepípedo.

Nota-se no discurso da Sra. Ângela que primeiro ela enaltece o então prefeito da cidade por levar o asfalto a sua rua. Porém, em função de uma instituição, a ACDD, ela lembra que é obrigação do Poder Público cuidar da infraestrutura da cidade, conseqüentemente do bairro em que habita até hoje.

A ausência do asfalto, o mato, o vazio demográfico são flagrantes das diferenças entre os bairros, o que remete ao imaginário de décadas anteriores, quando o oeste paranaense era visto dessa maneira: distante não em relação à capital federal apenas, mas em relação à própria capital do estado. No imaginário popular, há a situação de abandono, de esquecimento da região. O risco de uma ocupação estrangeira também faz parte, principalmente dos mais antigos moradores da cidade, que viveram aqui durante o auge dos discursos nacionalistas da primeira metade do século XX.

Outra moradora do entorno da Vila “A” (no Jardim Lancaster II) é a sra. Líbia Maria Flaviano Garcia²³, natural de Centenário do Sul, norte do Paraná, que chegou a Foz do Iguaçu em junho de 1977, logo após o casamento com um funcionário da UNICON. Primeiramente, a família morou na rua Naipi, no centro da cidade, uma rua paralela a Avenida JK, próximo ao Colégio Estadual Monsenhor Guilherme, um dos mais antigos de Foz. Nessa época, visitava amigos na Vila “A”, novíssimo bairro construído para os funcionários de Itaipu. Segundo a Sra. Líbia, “era tudo barro, não tinha nada. Para pegar uma circular para o centro tinha que marchar no barro. Ali na [Av.] JK onde tem o viaduto, era um trevo, uma coisa meio esquisita”. Esta outra moradora também lembra a paisagem da rua, do pó, do barro presentes em uma pequena cidade que cresceu desproporcionalmente ao planejamento.

Depois de pouco mais de um ano na Rua Naipi, foi para o bairro Jardim América, no meio do caminho entre o centro e a Vila “A”, em casas também alugadas pela UNICON, até que em 1979 foi morar no bairro de Itaipu. No Jardim América a vida não era fácil, pois a avenida principal era de barro, então, quando chovia, “tinha que pegar o carro, ir lá na [Av.] JK para levar o marido para pegar o ônibus para trabalhar, e buscar de tarde. Era tudo um lamaçal”.

Na Vila “A”, a família da Sra. Líbia morou em apenas uma casa, na antiga Avenida 15, atual Avenida Gramado, por aproximadamente doze anos. A residência ficava entre as antigas Avenidas 7 e 8, respectivamente Uberaba e Andradina. Era de madeira. Segundo ela, a casa não foi escolhida pela empresa, mas a empresa lhes deu a oportunidade de escolher: “deram um molho de chaves e nós viemos escolher, havia mais de dez para escolher. Aí, parece bem que era a minha, bem essa daí que nós pegamos”. Essa frase final foi a reação da Sra. Líbia ao ver a seguinte imagem, durante a entrevista:

²³ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2013.



Foto 22: Casa de madeira na Vila “A”, anos 1980.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

A reação da Sra. Líbia ao ver a casa foi um misto de espanto, surpresa e saudosismo, afinal, foi ali que seus dois filhos (um casal) passaram seus anos iniciais de vida juntos a outras tantas crianças nascidas em Foz do Iguaçu ou que vieram para a cidade na mais tenra idade, sendo também “filhas de Itaipu”. A casa nova, sem alterações, garagem coberta e muros baixos, sinônimo da tranquilidade daqueles tempos que não mais hão de voltar. “Aquilo foi um sonho, nós estávamos morando lá perto da Sadia [no Jardim América], naquela terra, aí de repente viemos escolher uma casa no asfalto, limpinha, novinha... nossa!”. Segundo ainda a Sra. Líbia, essas casas estavam entre as mais visadas,

[...] tanto que naquelas casas do chamado ‘aquário’ hoje, o povo não queria muito, pois eram casinhas pequenas, cozinhas pequenas. Depois é que o povo preferiu o lugar, não sei por quê. As de madeira, a partir da Avenida 7 (Brodowski), eram maiores, já vinham com armários nos quartos, móveis pré-fabricados, as cozinhas tinham armários, exaustores, piso, aquecedores elétricos.

O “aquário” é uma área da Vila “A” compreendida entre as avenidas 4 (Paraná) e 5 (Uberaba), e entre as avenidas 1 (Araucária) e 16 (Parati). O apelido refere-se ao fato de que ali, somente os “peixes”, ou seja, os mais próximos das chefias conseguiam as casas. É uma área geograficamente muito boa, pois é próxima ao Colégio Anglo Americano e ao antigo Floresta Clube, onde hoje funciona o Instituto Federal do Paraná, IFPR. O “aquário” também remete a ideia de segregação social, pois apenas uma elite conseguia morar ali, os apadrinhados.

As casas boas de madeira da Sra. Líbia na realidade começavam a partir da Avenida 6 (Brodowski), até praticamente a Avenida 9 (Garibaldi). Mas ela afirma que havia ciúmes, e que pessoas de seu conhecimento diziam que a família sairia de lá, pois não era de direito deles. Apesar desses ciúmes, a família da Sra. Líbia permaneceu na casa até o final dos anos 1980, quando em 1989 mudaram-se para o entorno da Vila “A”, pois seu marido, à época, mudou de área:

Acabou o trabalho na UNICON e ele foi para as empreiteiras que prestavam serviço dentro da Itaipu, então a gente teve que entregar a casa. Foi quando então nós mudamos aqui para o Jardim Lancaster, para uma casa ao lado dessa onde nós moramos. Primeiro nós construímos ali, depois saiu a venda desse terreno e nós construímos aqui. A rua era toda de barro, não havia nem um simples meio fio. Eram poucas casas.

Como o Sr. Neves e a Sra. Ângela disseram, a infraestrutura do entorno era muito precária, com ruas de terra e pouquíssimas casas, indo ao encontro do discurso da Sra. Líbia. A partir dos anos 1990 é que a Prefeitura Municipal deu mais atenção a região colocando paralelepípedo em ruas e avenidas, para depois asfaltar as principais vias.

Com exceção da antiga Avenida 2 (Clóvis Roberto Fontoura), no Xororó, não havia comércio dentro da Vila “A”, apenas nas antigas avenidas 3 (Silvio Américo Sasdeli) e 9 (Garibaldi), onde havia respectivamente, segundo dona Líbia, um mercadinho onde hoje é o Supermercado Líder e o mercado Baratim [na atual Avenida Garibaldi],

[...] que existiu desde sempre, desde que eu morava na Vila, na Avenida 15. Mas na Avenida 9 (Garibaldi) não tinha praticamente nada, onde é o posto era um matagal, não tinha nada. Depois começou uma farmaciuzinha, outra coisinha ali... depois houve uma explosão muito rápida nos últimos anos. O povo se interessou pelo bairro, e mesmo aqueles que saíam da Itaipu não queriam ir muito longe.

Interessante a parte final da fala da Sra. Líbia, na qual afirma que os ex-funcionários da Itaipu queriam ficar ali, próximos ao bairro no qual viviam. A própria entrevistada contou os motivos que a levaram a permanecer perto:

Pelo mesmo motivo [dos ex-funcionários]; pelo fato das crianças continuarem estudando no Colégio Anglo Americano, pois meu ex-marido continuava trabalhando na Itaipu, usávamos o hospital, então a gente não quis sair longe. Então nós procuramos nessa faixa, ao lado da Vila de Itaipu, uma casa perto, por causa das crianças.

Apesar dos ex-funcionários desejarem continuar próximos da antiga vida, eles não possuíam mais o direito ao hospital, que à época não era aberto ao público em geral, nem ao Colégio Anglo Americano, a não ser que pagassem pela mensalidade, o que levou muitos dos jovens e crianças a estudar nos colégios públicos, como o Colégio Estadual Ayrton Senna e o Colégio Estadual Mariano Paganoto, ambos atualmente com o Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Inclusive o C.E. Ayrton Senna tem uma história interessante: antes de sua atual sede, fora da Vila “A”, após a Avenida 9 (Garibaldi), no Jardim Lancaster, ele funcionou na antiga sede do Pré-escolar (atual Ensino Fundamental I) do Colégio Anglo Americano, construído em madeira, como pode ser visto na imagem a seguir. Observa-se uma relação estreita entre os moradores e a escola, pela comodidade da proximidade entre eles, contribuindo para a decisão de morar perto.

Na imagem a seguir, as árvores ainda pequeninas em frente ao colégio e uma Brasília a serviço de Itaipu, como carro de segurança retratam uma Vila “A” em seus primeiros anos. Sobre a segurança das Vilas, trataremos mais adiante. Também como centros públicos de educação, hoje existem duas escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental I: a Escola Municipal Josinete Höller, onde funcionou a primeira sede do C. E. Ayrton Senna e a Escola Municipal Gabriela Mistral, na continuação da antiga Avenida 7 (Uberaba), apenas um quarteirão fora da Vila “A”.



Foto 23: Antiga sede da pré-escola do Colégio Anglo Americano, anos 1970/1980.
Fonte: Acervo Itaipu Binacional.

Outro antigo morador tanto da Vila “A” quanto do seu entorno, no Jardim Santa Rosa, foi o sr. Andrés Cândia²⁴. Paraguaio de nascimento e iguaçuense de coração, chegou à cidade em 1959, com apenas oito anos de idade, fugindo por questões políticas, quer dizer,

Por ser apolítico, a gente veio parar aqui, nessa terra em que escolheram para que eu chamasse de minha. Na época não tinha Ponte da Amizade, estava em construção ainda, nós atravessamos de barco a remo. Aí chegamos nessa cidade que muito bem nos acolheu... e daqui ninguém me tira.

Assim como muitos brasileiros fugiriam anos mais tarde durante a Ditadura Militar (1964-1985), no Paraguai muitos foram embora do país durante a ditadura do General Stroessner. O sr. Andrés é um apaixonado pela cidade, como já demonstrou brevemente no final de sua fala. Ele complementa que

Essa terra é de vocês, tem que ser apostado nela, porque não pode mais chegar o camarada aqui [para ganhar dinheiro], pagar suas contas, não não... tem que ser como o camarada que foi visitar o Rio Grande do Sul, e um pau

²⁴ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2013.

fincado pelo Bento Gonçalves todo mundo faz idolatria, aqui ninguém faz nada por nada. O camarada enche o peito e diz: “Aqui tem 64 etnias!”. E daí? Eu quero que gostem daqui como tem esses apaixonados pela cidade que vem aqui todo sábado [um local chamado “Boca”], filhos de antigos moradores muitos moradores antigos, gente apaixonada pela cidade.

O sr. Andrés aborda diferentes assuntos na mesma fala, destacando-se primeiro o fato da cidade ter se tornado uma ponte entre o Brasil e o Paraguai, em função do país vizinho ter se tornado um local onde os produtos são vendidos a baixos preços e revendidos no Brasil, gerando lucros para os sacoleiros, e também, em função da Tríplice Fronteira, a cidade possuir um grande contingente populacional de diferentes origens, calculando-se entre 60 e 70 etnias vivendo nela. Assim, ele considera importante que as pessoas, principalmente os jovens, abracem a cidade como local de vivência, não apenas sobrevivência. O interessante é que em meio a entrevista, como havia pessoas na “Boca” preparando petiscos e almoço, surge um amigo dele que disse ter vivido muito bem durante o “boom” dos anos 1980, pois possuía uma loja de materiais e vendia, segundo ele, mais de 30 mil dólares por dia! Poderia ser aquele “camarada” dito pelo sr. Andrés, mas esse indivíduo permaneceria na cidade mesmo não tendo mais posse daquela loja.

Antes de morar na Vila “A”, o sr. Andrés viveu na região central e na Vila Iolanda, onde a família ainda possui bens, trabalhou no Hotel Bourbon entre 1973 e 1977, quando foi admitido pela UNICON e ganhou direito a uma casa. Ficou na empresa até 1984, quando passou a trabalhar por conta própria. Segundo o próprio, saiu porque quis: “todo mundo achou estranho. Era muito comum ouvir que o barrageiro só sai quando é mandado embora”. O sr. Andrés se achava muito novo ainda, e tinha “muita lenha para queimar”. Em 1986 foi oferecido a ele dois terrenos no Jardim Santa Rosa, apenas um quarteirão fora da Vila “A”, no qual dizia-se ser um bom investimento. Então, em 1988 mudou-se com a família para a nova residência.

A casa ficava em uma rua de terra e só havia dois vizinhos. Segundo o sr. Andrés, eles mandaram colocar brita para melhorar um pouco, evitando todo o barro, para depois a prefeitura se prontificar a fazer o calçamento e, por fim, o asfalto. O sr. Andrés afirmou ser

(...) um dos primeiros ativadores do povo que estava numa inércia. Tinha meia dúzia de moradores que estavam atrelados a A.K.L.P., que era um pouquinho maior, pois já tinha mais gente morando naquela região. Aí saímos para criar nossa associação e reivindicar ponto de ônibus, reivindicar telefone público que não tinha. O mais próximo ficava na Avenida 3 (atual Sasdeli), próximo com a esquina da Avenida 6 (atual Brodowski). Ponto de ônibus nem tinha no bairro, porque quase não passava. Então durante o

governo do prefeito Álvaro Neumann o bairro ganhou ponto de ônibus, telefone público e um local para a sede da associação.

O sr. Andrés fala na formação de uma associação. Elas são importantes no sentido de compartilhar experiências, fazer com que o sujeito sinta-se membro de uma sociedade, como afirmou Tedesco no início do capítulo. Era um desejo do novo morador inserir-se naquela comunidade com objetivo de transformar a paisagem.

O PDDI-FOZ de 1992, como visto, distinguia os bairros em “zonas homogêneas” ou “heterogêneas”. A região da A.K.L.P. recebeu muitos ex-moradores da Vila “A”, o que significaria que ela poderia entrar para a mesma “zona homogênea” da Vila de Itaipu. Logo, seria necessário que a Prefeitura adequasse o bairro às condições da Vila “A”, ou o mais próximo disso, tanto que o sr. Andrés afirmou que lutara para que o bairro possuísse uma infraestrutura adequada.

As palavras do sr. Andrés são interessantes, pois ao traçar um paralelo no tempo com a Vila “A”, observamos duas regiões bem distintas: a cuidada pela Itaipu e a cuidada pelo poder público municipal. Para o Jardim Santa Rosa, a associação foi muito importante, como afirmou o antigo morador, pois eles cadastraram os moradores e conseguiram inclusive agentes de saúde para cuidar de uma população que não era amparada pelo município. Lembrando que à época o Hospital Ministro Costa Cavalcanti não atendia ao SUS, portanto os moradores dos arredores da Vila “A” deveriam se dirigir à Santa Casa, no centro da cidade (que hoje encontra-se fechada).

Além de questões ligadas à saúde, a associação também tentava promover festividades, e segundo o sr. Andrés a ACDD organizava eventos para o bairro, como macarronada, costelão, entre outros. Também construíram um campo de futebol, enfim, tentativas de unir a população. O antigo morador afirmou que fazia tudo pela comunidade:

Eu estou com vocês [como se dissesse aos moradores] pela luta comunitária, porque eu tenho meu clube para ir, eu tenho minha piscina para ir, eu tenho carro, não preciso ficar no ponto de ônibus, eu tenho meu telefone, não preciso do telefone público. Então essa coisa é uma luta comunitária, vocês não podem desvirtuar disso. Até que um ou dois desvirtuaram, viraram candidatos a vereador, aí eu caí fora. Depois tentaram me fazer voltar dizendo que era um pessoal de igreja que estava envolvido, e eu não quis saber também. Falou de igreja, estou fora.

O discurso do sr. Andrés é contrário a qualquer envolvimento partidário ou religioso, acreditando que esses elementos não devem fazer parte da associação de moradores, o que fez com que ele se afastasse.

A Vila “A” vivida pelo depoente nos anos 1970 e 1980 era acanhada, com pouco (para não dizer quase nenhum) comércio: um mercado na esquina da atual loja de móveis Ideal, depois na esquina do atual Supermercado Líder, que teve outros donos no passado; o mercado Baratim, também já citado pela Sra. Líbia, que antes de ser na atual Avenida Garibaldi (antiga Av. 9), ficava na Avenida Sasdelli (antiga Av. 3), assim como o Mercado Duarte, também lembrado pelo Sr. Vanderlei. O Sr. Andrés lembra-se também de dois bares, botecos, também na Sasdelli. Um deles pertencia a uma paraguaia, que segundo ele, foi expropriada dali e acabou montando seu bar na Avenida Florianópolis, importante via da região. Como visto brevemente no Capítulo II, houve expropriações para a construção das Vilas de Itaipu, portanto, é possível que a paraguaia tenha perdido sua terra. “Além disso, havia o Xororó e o Cobal... mas não tinha mais nada”, afirma o sr. Andrés. “Quando chegamos na Vila [final dos anos 1970], o asfalto só ia até a Avenida 5, a Anhembi. O resto era barro. A estrutura estava pra cá, na parte antiga da Vila ‘A’”.

A Cobal também foi lembrada pela Sra. Ângela, que ao ver uma fotografia em que aparecia, fez uma entonação de alegria, para depois terminar em tristeza:

Era muito boa essa cooperativa pra nós, tinha tudo de primeira: fruta, verdura, quebrava um galho danado. E fecharam pra nada porque passou para a prefeitura e nunca mais virou nada. Era muito bom porque foi o primeiro grande mercado, que a gente não precisava ir tanto para a cidade. [...] O centro comercial do Xororó também era muito bom: tinha banco, açougue, restaurante, cabeleireira, farmácia. Era um lugar bem frequentado, hoje está meio abandonado.

Quando a Sra. Ângela fala “a gente não precisava ir tanto para a cidade”, denota certo distanciamento existente entre as Vilas de Itaipu e o centro de Foz do Iguaçu, devido a fatores geográficos (seis a sete quilômetros, aproximadamente) e também de um possível não pertencimento a ela, apesar dela ter vivido no centro quando chegou a cidade. Mas de fato para as pessoas que moram nas áreas centrais, as Vilas não fazem parte de seu cotidiano, exceto àqueles que tem filhos estudando no Colégio Anglo Americano ou em sua faculdade, além dos passeios ao “Gramadão” (que será analisado posteriormente) nos finais de semana.

Outro morador do entorno da Vila “A”, e que também morou dentro da Vila de Itaipu é o sr. José Maria González Ferreras²⁵. Espanhol, chegou ao Brasil em 1951, um ano após a vinda de seu pai. A Foz do Iguaçu, chegou no final dos anos 1980, em 1988, depois de

²⁵ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2013.

trabalhar como engenheiro eletricitista no estado de São Paulo, na empresa Furnas²⁶, por aproximadamente dez anos. Afirmou que em 1981 surgiu o primeiro convite para vir a Foz, mas segundo ele, “São Paulo era a cidade dos sonhos, então eu não quis sair de lá”. Então, com uma reestruturação que a empresa sofreu, no final dos anos 1980, seria necessária a vinda de funcionários para a linha de transmissão. Com isso, mudou-se com sua família para a Tríplice Fronteira.

Inicialmente, não morou na Vila “A”, pois segundo ele, não havia vagas. Então, morou no centro em um hotel pago pela empresa até que surgisse a oportunidade de mudar-se para o bairro de Itaipu. A espera durou aproximadamente nove meses. Ele conta que um dos incentivos a vir para a fronteira era o fato de “ter uma casa, escola paga para os filhos e um salário diferenciado. Eram incentivos a mais”. O sr. Ferreras, como gosta de ser chamado, esqueceu-se de citar também o plano de saúde de Furnas: o direito ao hospital e todas as suas regalias. Mas em 1998, mesmo ainda trabalhando em Furnas e portanto com direito à casa, resolveu sair da Vila. Ele conta que “já naquela época as casas já davam muita manutenção. A própria empresa fazia ou faz boa parte da manutenção, então fica pesado tanto para a empresa como para quem está morando lá, então eu optei por morar fora”. Até porque àquela época ainda não havia previsão para a venda das casas da Vila “A”.

O morar fora do sr. Ferreras e sua família era justamente o entorno, ou uma parte dele: o Jardim Laranjeiras. Segundo ele, “não desmereço nenhum bairro aqui de Foz, mas a estrutura que a Vila “A” tinha era muito boa. [...] Tem farmácia, hospital escola”. Ele conta, inclusive, que sua rua, a Manaus, já tinha asfalto quando da mudança, em 1998. Diferentemente do entorno narrado por outras personagens no texto, para o sr. Ferreras a estrutura era boa quando mudou-se. Interessante a diferença entre essa visão e a da Sra. Ângela, por exemplo, que mora próximo a ele mas, quando mudou-se em 1988, o Jardim Santa Rosa “era um brejo”. Apesar da rua do sr. Ferreras ser asfaltada, ele conta que a Avenida Florianópolis ainda era “poliédrica”, ou paralelepípedo. “Mas rapidinho eles colocaram asfalto, porque era uma das saídas da Vila ‘B’ né”, afirma. Ele acredita que pelo fato dos moradores da Vila “B” necessitarem de acesso rápido à Vila “A” e seu entorno, em função do comércio presente principalmente nas avenidas Silvio Américo Sasdelli (antiga Av. 3) e Garibaldi (antiga Av. 9). Para ele,

A Itaipu foi uma mãe para Foz do Iguaçu, ela pavimentou a Vila, algumas ruas em volta da Vila ela chegou a pavimentar. Toda a estrutura da Avenida

²⁶ Em Foz do Iguaçu, Furnas era responsável por transmitir a energia gerada por Itaipu.

JK até chegar à Itaipu. Tudo isso quem manteve foi Itaipu. Um “pitacozinho”: pena que a prefeitura... não sei. Uma coisa que não consigo entender: Foz tinha que ser uma cidade exemplar, uma cidade linda, limpíssima e exemplar. Infelizmente não é, porque tinha todo o apoio de Itaipu, toda estrutura, todo conhecimento, engenheiros, tinha tudo para se valer, aproveitar desses recursos de Itaipu. Mas infelizmente a gente sabe que tem um jogo político aí, uma história política aí que...

Talvez o sr. Ferreras não tenha se dado conta que as Vilas, assim como a Avenida Tancredo Neves, continuação da Avenida Juscelino Kubistchek, existem apenas por conta de uma Usina construída em Foz do Iguaçu, fronteira do Brasil com o Paraguai. Mas ele entende que a cidade tem muitos problemas, que a herança de Itaipu, de acordo com pesquisadores como Catta, já citado nos capítulos anteriores, seja uma herança de pobreza e desordem.

3.1 Segurança, ordem

Um ponto importante nas Vilas de Itaipu era a questão da segurança. Os bairros eram muito bem protegidos, com homens fazendo ronda 24 horas por dia. Como demonstra o sr. Andrés, a segurança abordava qualquer indivíduo suspeito:

Prendia e era bom. Você dormia com o portão aberto, porque nego sabia que se entrasse lá a segurança ia descer o cacete. Então, depois de um mês morando fora da Vila, nós fomos assaltados: eu estava acostumado a deixar tudo aberto, portão...

O Sr. Ferreras também conta um episódio sobre a segurança de Itaipu na Vila “A”:

Quem era de fora não entrava. Tem um episódio de um cunhado meu que veio, se perdeu. Aí o pessoal da vigilância de Itaipu encontrou ele, e ele não sabia explicar onde a gente morava, mas foi conversando um pouquinho com outro, e encontraram e trouxeram ele para minha casa. Então você veja que nível era a segurança de Itaipu na época.

No caso deste que era cunhado do sr. Ferreras, ainda deu “sorte”, pois possuía um destino certo. Porém, outros que estivessem apenas caminhando, sem rumo, eram abordados e retirados da Vila. A ideia de presentificação se encontra nas palavras do Sr. Ferreras, tendo em vista que ele afirma que no passado havia segurança, sugerindo que nos dias de hoje a violência está presente. Catta reafirma a presença dos seguranças de Itaipu:

Atuavam nas Vilas, no canteiro de obras, em toda a área de controle e atuação da Itaipu. Porém, seu poder transcendia aqueles limites, sendo perceptível sua presença também na cidade de Foz do Iguaçu.

Atendia, com sua constante vigilância, às imposições de manutenção da ordem e disciplina emanadas das “normas” e “regulamentos” de Itaipu, bem como zelava para que não fosse subvertida a rígida hierarquia que ali predominava. Também atendia à segurança e tranquilidade requerida pelas elites de Itaipu, que a ela recorriam sempre que elementos perigosos, muitas vezes os próprios peões da Obra invadissem seu espaço. (CATTA, 2002, p. 115)

Depois que Itaipu deixou de cuidar das Vilas, empresas de segurança fazem a ronda, mas sem abordar com a veemência que os seguranças de Itaipu possuíam. Segundo o sr. Andrés, a violência era literal e ocorrida também no canteiro de obras.

O peão estava fazendo graça e demorando para subir no papa-fila, aquele caminhão que carregava quinhentas, seiscentas pessoas, vinha o “mata-cachorro” da UNICON, o segurança com aquele cabo de machado descendo no lombo do peão.

Lembrando que era época da Ditadura Militar no Brasil, no qual as garantias constitucionais dos cidadãos foram cerceadas, não é difícil acreditar nisso. Milhares de peões enfrentaram condições precárias durante a obra, como andar no “papa-fila”. Segundo depoimento anônimo de um trabalhador de Itaipu no ano de 1981 para o jornal *Nosso Tempo*,

Isso é uma verdadeira vergonha. Enquanto eles andam naqueles carrões com motorista particular e ar condicionado, nós temos que “sifu” aqui nesta m... Será que o nosso serviço é inferior ao deles? Olha moço, pelo amor de Deus, não coloque meu nome no jornal. Se tu botá, eu sei que vou ganhar a conta e tenho cinco filhos para sustentar. Emprego tá difícil, né? (NOSSO TEMPO apud CATTA, 2002, p. 109.)

Outro antigo funcionário de Itaipu, Domingos da Silva Santos, também ao jornal *Nosso Tempo*, em 1983, denunciava o trato (ou mau trato) dentro da Usina, como afirma Ribeiro: “A repressão é generalizada: mestre, contramestre, encarregado de obra, assistente e engenheiro. É um reprimindo o outro, as empresas no Brasil são muito parecidas com o quartel. A disciplina é imposta pelo medo.” (NOSSO TEMPO apud CATTA, 2002, p. 109.)

A rígida vigilância sobre os operários vem desde a Revolução Industrial, quando tornou-se necessário disciplinar o homem que saía do campo para uma nova vida na cidade: a vida na fábrica, e até mesmo antes dela:

Na grande manufatura, tudo é feito ao toque da campainha, os operários são forçados e reprimidos. Os chefes, acostumados a ter com eles um ar de superioridade e de comando, que realmente é necessário com a multidão, tratam-nos duramente ou com desprezo; acontece daí que esses operários ou são mais caros ou apenas passam pela manufatura. (ENCICLOPÉDIA²⁷ apud FOUCAULT, 1997, p. 147)

O controle era necessário, portanto, em função do grande contingente de trabalhadores que. Assim, no Brasil do século XX, a rigidez e a disciplina estiveram presentes na obra de Itaipu. Segundo Foucault (1997), essa vigilância hierárquica, citada pelo peão anônimo que provavelmente desconhecia o autor francês, remonta à época clássica, quando foram criados ambientes chamados “observatórios”, e que depois inspirariam um modelo “quase ideal”:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. Lentamente, no decorrer da época clássica, são construídos esses “observatórios” da multiplicidade humana para as quais a história das ciências guardou tão poucos elogios. Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-los. (FOUCAULT, 1997, p. 143-144)

O olhar dos seguranças de Itaipu era o olhar do patrão, àquele a quem os sujeitos deveriam obedecer, sendo literalmente coagidos dentro da empresa. Mas também o Estado, os militares, o regime. Havia um imaginário de segurança nacional sem o qual a ordem e o progresso não seriam possíveis. E então Foucault complementa:

Itaipu seria, presentificando, o observatório analisado por Foucault. O controle e vigilância fizeram parte da nova sociedade em constante transformação e o operário deveria trabalhar de acordo com as normas da empresa que fornecia seu sustento, que era seu ganha pão, mesmo que para os peões de Foz do Iguaçu isso significasse maus tratos, aí o medo em mostrar a cara, ou o nome.

Em Itaipu havia muitas caso os trabalhadores se atrasassem, e se houvesse repetição, o funcionário seria demitido, o que gerava tensão entre todos. Até hoje, inclusive, há grupos de trabalhadores de Itaipu que recebem um extra ao final do ano, chamado “participação nos lucros” (P.L.), que somam até dezessete salários ao ano, algo fora do alcance dos sonhos dos

²⁷ A Enciclopédia citada por Foucault consta nas referências apenas como “Enciclopédia, artigo manufatura”, o que pode levar a crer que se refere ao projeto idealizado por Diderot e D’Alembert no século XVIII.

operários ingleses do início da industrialização. Importante lembrar que, apesar do maior salário dos peões de Itaipu em relação a outros setores, do passado e do presente, o custo de vida era mais alto, como já demonstrado anteriormente, como por exemplo, em relação ao aluguel nos anos 1970 que subiu consideravelmente. Catta corrobora:

Esses peões que, sem dúvida, recebiam salários acima da média de outros barrageiros ou operários da construção civil, mas que, em função do altíssimo custo de vida provocado pela chegada da Itaipu e numa economia dolarizada como a da fronteira, tornava-o bastante relativo, se sujeitavam aos mais diversos serviços na obra, a fim de garantir o emprego. Eram incessantemente bombardeados pela propaganda da Empresa que exaltava os benefícios que lhes eram proporcionados, o que, portanto, tornava difícil qualquer manifestação de descontentamento por parte daqueles funcionários. (CATTA, 2002, p. 110)

O controle dos operários fez parte da sociedade industrial desde sua tenra idade, portanto em Itaipu não seria diferente. A rígida disciplina imposta aos barrageiros era sentida cotidianamente. Aqueles que trabalhavam por turno de 12 horas, frequentemente enfrentavam o que era chamado de “dobra”, ou seja, dois turnos seguidos, como demonstrou o antigo funcionário da UNICON, Miguel Matias, em entrevista ao jornal *Nosso Tempo*:

Todas as semanas há a “dobra”. É no fim de semana. Nos outros dias o peão entra às 7 horas da noite e sai às 7 horas da manhã seguinte. Quem entra às 7 horas da noite de sábado, só vai sair ao meio dia de domingo, morto de cansado. (...) Só quando se trabalha 17 horas seguidas é que se tem 17 horas de folga. Mas em geral o descanso é de 12 horas apenas. (NOSSO TEMPO apud CATTA, 2002, p. 105.)

A difícil situação dos operários remonta, aos regimes autoritários, e sem a necessidade de voltar ao passado, pois atualmente há a questão chinesa. Na Inglaterra da Revolução Industrial, homens, mulheres e crianças trabalhavam mais de 12 horas por dia, como demonstrou Leo Huberman:

As máquinas, que podiam ter tornado mais leve o trabalho, na realidade o fizeram pior. Eram tão eficientes que tinham de fazer sua mágica durante o maior tempo possível. Para seus donos, representavam tamanho capital que não podiam parar – tinham de trabalhar, trabalhar sempre. Além disso, o proprietário inteligente sabia que arrancar tudo da máquina, o mais depressa possível, era essencial, porque, com as novas invenções, elas podiam tornar-se logo obsoletas. Por isso os dias de trabalho eram longos, de 16 horas. Quando conquistaram o direito de trabalhar em dois turnos de 12 horas, os trabalhadores consideraram tal modificação como uma benção. (HUBERMAN, 1986, p. 177)

Em Itaipu, as máquinas também não poderiam parar, era necessário executar o projeto em tempo hábil, para que tudo ficasse pronto dentro do previsto, ou o mais próximo disso. Assim, os operários sofreriam as consequências da faraônica usina hidrelétrica construída na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Além da longa jornada, os operários deveriam cumprir seus horários, sob risco de demissão em caso de reincidência. Como afirmou o mesmo Miguel Matias ao jornal *Nosso Tempo*:

Bem, se vou trabalhar à noite, janto em casa às cinco horas da tarde. Às 6 pego o “papa-fila” (aquele caminhão que parece um poleiro), lá na Vila “C”, onde moro, vou até a obra bater o cartão e 10 minutos antes das sete tenho que estar no local de trabalho. A meia-noite dão o café com um sanduíche para agüentar até o meio-dia. Chega o caminho lá embaixo, o feitor manda um da turma buscar as garrafas ou as latas (para quem tem garrafa, senão fica sem café), apanha o lanche e leva para a turma no trabalho. Come-se ali mesmo. (NOSSO TEMPO apud CATTÁ, 2002, Op. Cit., p. 113)

O cartão batido no horário correto, seguindo a disciplina da sociedade industrial, faz parte do controle dos funcionários desde o final do século XVII e início do século XVIII, como afirma Edward P. Thompson:

Nesse ponto, já em 1700, estamos entrando na paisagem familiar do capitalismo industrial disciplinado, com a folha de controle do tempo, o controlador do tempo, os delatores e as multas. Uns setenta anos mais tarde, a mesma disciplina deveria ser imposta nas algodoarias primitivas (embora as próprias máquinas fossem um poderoso complemento ao controlador do tempo). (THOMPSON, 1998, p. 1998)

Ribeiro reafirma a importância do cumprimento do horário:

A usina era território fechado com regulamentos e vigias. O regulamento impunha uma série de normas que tinham que ser cumpridas pelos trabalhadores: a cada três atrasos ao serviço, o operário sofria desconto correspondente a um dia inteiro de trabalho. Ao quarto atraso, era demitido. Para exercer este rígido controle, era necessário um grupo específico de trabalhadores: os feitores e encarregados dos mestres, contramestres e assistentes. Afirmavam os funcionários: “o trabalhador vai bater o cartão e não encontra mais o cartão: aí já sabe que só lhe resta ir acertar as contas com a Unicon” (Informativo Unicon). (RIBEIRO, 2002, p. 66)

O Sr. Vanderlei também conta um pouco sobre o cotidiano da empresa, das dificuldades e também da simples vivência:

Tranquilo não era, porque era uma obra muito grande, então você tinha que chegar meia hora quase antecipado pra chegar no local de trabalho, pra distribuir o pessoal lá dentro. Fora isso, por ser um local muito grande, tinha essa dificuldade de se deslocar lá dentro. [...] Algumas vezes fui pro refeitório nele [no “papa-fila”], ficava esperando o ônibus da empresa, aí algumas vezes entrei no “papa-fila”. Entrava ali igual uma sardinha enlatada, trezentas pessoas numa Scania daquela.

A “Scania” não era para todos, ou seja, era para grupos específicos, numerosos em geral, que precisavam ser disciplinados. Para Itaipu, era necessário o controle irrestrito sobre os funcionários. Acerca da alimentação, o sr. Vanderlei tem suas recordações, até porque como morou por um tempo nos alojamentos, fazia todas as refeições dentro da Usina:

A gente almoçava e depois ia jantar. No começo tinha dois restaurantes, dos engenheiros chefes e do pessoal do trabalhador braçal. A gente como era da fiscalização comia no restaurante dos chefes, dos engenheiros. Depois abriu um restaurante grandão, que tinha três divisões: chefia, o médio, que era nós, e tinha o trabalhador braçal. Eu fazia minha refeição no médio. Era bom, tinha um bandeijão, bem sortido, uma alimentação bem boa.

A segregação estava presente até mesmo no momento em que os funcionários desfrutavam de suas refeições. O medo em misturar o barrageiro com o engenheiro, empregados com chefes.

A divisão existente na distribuição das casas das Vilas de Itaipu também existia dentro da empresa, em relação à alimentação dos funcionários, com restaurantes específicos para cada função. Apesar do sr. Vanderlei afirmar que possuía uma boa alimentação, nem todos concordavam, como mostra o jornal *Nosso Tempo*, no ano de 1980: “Os que trabalham na concretagem fazem refeições no próprio local de trabalho. Comem pouco e mal (...) queixam-se da qualidade e insuficiência da alimentação” (NOSSO TEMPO apud CATTÁ, 2002, p. 113). Em razão da maior especialização/função do sr. Vanderlei, pode desfrutar de uma condição, um pouco melhor, pelo menos, do que outros tantos funcionários, principalmente os barrageiros.

O militarismo protegeu as Vilas da violência externa. E essa violência que assustou a família do sr. Andrés também assustou a família da Sra. Líbia, que teve a casa assaltada no Jardim Lancaster. Segundo ela,

quando mudamos para cá eu sentia bastante medo e insegurança. Por conta da segurança grande que a gente tinha dentro da Vila “A”, a gente ficava inseguro aqui. O carro da segurança de vez em quando passava na nossa rua,

mas era muito raro. Com o tempo fui me acostumando, o lugar é tranquilo. Mas fomos assaltados duas vezes enquanto viajávamos, na primeira casa que moramos fora da Vila, aqui ao lado. Depois que mudamos para essa, não fomos mais. O fundo era terreno baldio, os lados também. Não tinha muita segurança. Hoje, particularmente, vejo o bairro como um lugar tranquilo.

A violência gerada por Itaipu tornou necessária uma vigilância constante sobre seus funcionários e famílias. Se antes, no imaginário, diziam que Foz do Iguaçu conhecia a violência apenas pela televisão, agora, ou desde a fundação da empresa, ela se mostra presente. Mas fora das Vilas de Itaipu, a cidadela fortificada, não havia proteção. A Sra. Ângela também vê a área como um lugar tranquilo para se viver:

Aqui no Santa Rosa todo mês eu pergunto para o guarda que eu pago particular [aqueles seguranças que circulam de bicicleta e apito] e ele me diz que está tranquilo. Tem esses meninos que ficam fumando maconha no bosque, sabe, ladrãozinho de galinha. Mas [no geral] bem tranquilo. Eu me previno, a casa sempre fechada.

No imaginário da Sra. Ângela, seria importante contratar uma segurança tal qual Itaipu lhe fornecera no passado, quando vivia em uma de suas vilas. No imaginário daqueles que viveram no “porto seguro”, seriam necessárias formas de recuperar esse passado de segurança após a mudança para o entorno das Vilas, pois do lado de fora, havia o sentimento de insegurança. Muitos, inclusive, buscaram os condomínios como forma de proteção, outros, segurança privada.

Apesar da tranquilidade atual da Sra. Ângela, sua família foi vítima de assalto no final dos anos 1980, logo após terem saído da Vila “A” e mudado para o Jardim Santa Rosa. Ela conta que mudou seus hábitos depois desse episódio:

Nós tivemos uma experiência muito triste meses depois que mudamos aqui pro bairro, porque a gente estava acostumado com Vila “A” e a segurança ostensiva de Itaipu passando em frente de casa. A gente se dava ao luxo de deixar a porta aberta, assistir a uma televisão. Aqui nessa casa, eu mudei em março de 1988 e em agosto nós fomos assaltados, porque eu deixei o portão aberto, sem passar cadeado. Foi questão de quinze minutos, os caras deviam estar de olho. Os caras entraram, as crianças pequenas, renderam todo mundo, limparam a casa. Foi horrível. Então de lá para cá eu tenho mania de cadeado, sempre portão fechado. De lá pra cá, nunca mais aconteceu nada, mas a gente passou um aperto, ficamos com um medão... mas nunca mais aconteceu nada.

Na fala da Sra. Ângela notamos a mudança de hábito da família: quando na Vila “A”, despreocupação e leveza, ou seja, portas abertas em função da polícia de Itaipu. Porém, ao

sair da área de segurança, bastaram poucos meses para que a tranquilidade das portas abertas se transformassem em medo e portas fechadas. Reflexos de um país também violento.

O Sr. Vanderlei observa a Vila “A” e seu entorno, no geral, como uma área tranquila, apesar do crescimento da violência e assaltos nos últimos anos, principalmente aos estabelecimentos comerciais: “Nunca tivemos problemas [de assalto]. Mas de uns cinco anos pra cá a criminalidade está ruim. Mas de 1980 até 1990, 1995 era tranquilo.”

A visão do sr. Ferreras também é de uma região sem muitos problemas ligados à violência:

A gente não tem as favelas em volta né, como o Jardim Jupira, ali atrás onde tinha o Hotel Cassino, tinha uma favela lá para baixo. Aqui mesmo, no final da Avenida Manaus, havia uma favelinha, um agrupamento de pessoas, mas em algumas gestões esse pessoal foi alocado para a região de Furnas, da Cidade Nova. Aquilo a prefeitura valeu. Mas se não é o apoio de Itaipu, aquilo não ia vingar. Então a segurança aqui é boa, porque a gente não tem o assédio de outras pessoas. Apesar que a Vila, na época que a Itaipu tirou a segurança, pela própria construção das casas, ela é muito vulnerável. Porque você tinha uma segurança efetiva particular, aí quando foi retirada, houve um certo desequilíbrio, então as pessoas tiveram que aumentar seus muros, colocar grades, sistema de alarme. Normal da grande cidade, mas em Foz a gente precisava também um pouco disso, porque Foz do Iguaçu é uma cidade que vem muita gente na esperança de ganhar alguma coisa e voltar para sua cidade de origem e usufruir desse ganho.

A região do Jardim Jupira não é longe da Vila “A”, pelo contrário: basta atravessar a Avenida Tancredo Neves, próximo ao cruzamento com a Avenida Araucária (antiga Av. 1), que o bairro se apresenta, com seu comércio. Da casa do sr. Ferreras, que fica próxima do cruzamento da Avenida Paraná com a Avenida Sasdelli (antiga Av. 3), de fato o Jardim Jupira fica um pouco mais distante.

Novamente o sr. Ferreras fala de Itaipu como uma “benção” para a cidade, que teria dado apoio na construção de moradias e consequente deslocamento populacional de pessoas de baixa renda para longe das Vilas, o que poderia ser chamado de segregação, como afirma Sotuyo:

A segregação assim como isolamento, a exclusão e a procura de identidade não precisam essencialmente estar mapeadas, elas aparecem através dos relacionamentos. As diferenças no uso da cidade por diferentes segmentos, comprovam que o espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social, por isso este processo se dá de forma diferenciada para os diversos grupos sociais. O espaço se produz com lutas, ele é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas. A

urbanização acontece dentro de um confronto entre o que é bom para a sociedade e o que é bom para os grupos econômicos que detêm o capital. No espaço urbano fundem-se interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade. O processo de segregação mostra uma espacialidade fragmentada que pode tanto acontecer entre diferentes áreas como dentro de uma mesma. (SOTUYO, 1998, p. 130)

De fato se compararmos a região da Vila “A” com outras partes da cidade, os índices de violência são menores, em que pese assaltos e até mesmo homicídios terem ocorrido, (houve um assassinato durante um assalto a “Farma A”, farmácia que fica na esquina da Avenida Silvio Américo Sasdelli – antiga Av. 3 com a Avenida Andradina – antiga Av. 8). Existem áreas menos favorecidas no entorno, como o “Brás”, ocupado por antigos trabalhadores de Itaipu e seus descendentes, além de pessoas que vieram de outras áreas da cidade. Mas não se observa com frequência a presença de indigentes e pedintes dentro das Vilas, mas pequeno número estão presentes (exceto na Vila “B”, que devido a segurança na portaria, não permite a entrada de pessoas sem destino certo). E assim era na Vila “A” quando a Itaipu cuidava da segurança, vigiando e punindo, “descendo o cacete” em indivíduos suspeitos que perambulavam pela região. Em tempos de Ditadura, como já dito, as liberdades foram cerceadas, o que permitia a Itaipu mandar e desmandar tanto no canteiro de obras (como colocado pelo sr. Andrés) como em seus bairros. Atualmente a segurança é feita pela iniciativa privada, que vislumbrou uma oportunidade de negócio que é de interesse da população residente. Obviamente a empresa privada não possui o mesmo poder, chamando a polícia quando necessário. Por falar em segurança pública, não é comum ver a Guarda Municipal ou a Polícia Militar circulando pela Vila “A”, exceto nas avenidas Sasdelli (antiga Av. 3) e Garibaldi (antiga Av. 9), que são áreas de comércio. Também na Sasdelli a segurança pública circula em função do “Gramadão”, área aberta ao lado do Centro Executivo de Itaipu, uma grande área gramada, que durante a semana, à noite, tornou-se ponto de encontro de jovens e caminhadas, além de micro-empresendedores do setor alimentício; aos domingos, tornou-se também área de lazer para famílias, com brinquedos sendo alugados para crianças, pipas ou papagaios sendo soltos, cachorros, enfim, uma área livre e pública, como uma praça, já que o Poder Público Municipal não conseguiu fazer no entorno da Vila. As grandes cidades são sempre lembradas pelos seus parques, como o Ibirapuera em São Paulo, o Parque Municipal em Belo Horizonte ou até mesmo o Central Park, em Nova York. Em Foz do Iguaçu, o Gramadão tornou-se essa espécie de parque, não apenas para os habitantes das áreas próximas, mas até mesmo para pessoas que vem do centro buscando uma área de lazer para as

crianças. A Vila “A” possui várias praças construídas pela Itaipu, mas, segundo seus moradores e antigos moradores que vivem no seu entorno, hoje a maioria encontra-se em estado de abandono, já que o Poder Público Municipal não consegue cuidar de toda a cidade, muito menos de parques. Os antigos moradores atestam isso, como revela a Sra. Ângela:

Com relação a Vila “A”, eu sinto um pouco quando vejo o abandono, porque na época que a Itaipu investia, pois o bairro era de Itaipu, só de funcionários mesmo, você via segurança, não tinha mato, os parquinhos das crianças davam pra brincar, frequentar. Hoje ando um pouco a pé, está um mato, um abandono. Na época de Itaipu era tudo muito limpo, muito bonito.

O cuidado com a limpeza e com os parquinhos é algo importante para aqueles que vivem na Vila “A” e até mesmo em seu entorno, pois na falta de parques nos bairros, resta aos moradores próximos ao bairro entrar na Vila com suas crianças e aproveitar os espaços abertos ao público, já que elas estão espalhadas por várias partes do bairro. Em alguns parquinhos foram feitas reformas. Em outros, porém, o descaso é visível, como pode ser visto na imagem abaixo tirada especialmente para esse trabalho. Bancos e brinquedos quebrados, mato alto, enfim, o descaso frente aos espaços públicos de lazer.



Foto 24: Pracinha na Vila “A”, 2013.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, dezembro de 2013.

A Vila “A” de outrora era mais tranquila, não havia tanto movimento como hoje, como afirma o Sr. Neves:

O movimento mudou bastante. Pra gente sair pra Itaipu, não havia a abertura da Avenida Andradina para a Cidade Nova, então a gente saía pela Avenida Silvio Américo Sasdelli (antiga Av. 3), era um movimento normal. Hoje a gente já evita sair por aqui, é muito cheio. Daqui pra você alcançar a Tancredo [Avenida Tancredo Neves, que liga o centro à Itaipu – continuação da Avenida JK] é uma loucura. Conforme o horário, você não consegue andar: mercado, banco, farmácia, residências, enfim, muito congestionado.

O movimento era muito acanhado, havia pouco comércio na Avenida Silvio Américo Sasdelli. Atualmente, o metro quadrado é um dos mais procurados e caros da cidade, com terrenos sendo vendidos a quatrocentos, quinhentos mil reais, algo inimaginável há quinze, vinte anos. Mas segundo o sr. Neves, o aumento do movimento não foi algo negativo, pelo contrário, considera que a região se desenvolveu: “Naquela época a Vila era calma, você tinha uma certa tranquilidade, mas eu acho que do jeito que está agora está bom, não está ruim não”. Para os que almejam uma cidade cosmopolita, com diversas opções de lazer e compras, de fato a Vila “A” se desenvolveu, porém, ainda existem mazelas ao seu redor.

A percepção de mudança também está presente na fala da Sra. Líbia:

A avenida Silvio Américo Sasdelli e a Avenida 9, que eu não me lembro o atual nome dela... também, 30 anos morando na Vila e falando em números, foi onde mudou totalmente, virou avenida de comércio, é uma outra cidade. Ficou mais povoada, mais movimentada. Mudaram bastante essas duas avenidas.

As transformações sofridas nas duas avenidas fizeram com que elas desenvolvessem uma característica interessante: no lado de dentro da Vila “A” é uma área residencial, enquanto que do outro lado da avenida é uma área comercial. São poucas as casas do lado de “fora” das duas avenidas. O sr. Vanderlei é um dos últimos moradores da Avenida Silvio Américo Sasdelli (antiga Av. 3), por exemplo. Mas ele conta que até pensa em mudar-se, justamente em função do movimento (e também fala sobre o crescimento do Lancaster):

Uma região que cresceu muito rápido né, a valorização imobiliária foi muito grande, além das expectativas. Eu tenho ali 6, 7 terrenos que comprei na época do barato, que se tivesse comprado mais estaria milionário [risos], terreno que paguei mil, dois mil reais e que hoje valem duzentos, trezentos mil que estão pedindo ali né. Então foi um local que cresceu demais, o

trânsito de veículos... a gente até pensa em sair dali por causa do barulho do trânsito que está muito intenso. A gente começa a conversar e não ouve o que o outro fala... muito movimento. Foi um crescimento muito grande.

O sr. Vanderlei teve um tino comercial que outros ex-funcionários de Itaipu não tiveram, fazendo com que ele tivesse um relativo sucesso comercial como já citado anteriormente, além de ter investido na compra de vários terrenos em uma época de pouca (para não dizer quase nada) valorização imobiliária. Assim, ainda no ramo do comércio, consegue desfrutar de uma condição muito mais digna em relação a outros tantos ex-trabalhadores que até tentaram, mas não souberam como administrar o dinheiro que receberam na época em que trabalhavam em Itaipu, ou mesmo na saída, quando a empresa promovia uma “incentivada”, ou seja, uma boa quantidade de recursos financeiros para que seus funcionários se desligassem dela, aposentando precocemente ou não. O sr. Vanderlei contou também que pensa em abrir um novo negócio na região, está analisando.

Apesar de considerar uma ótima área do ponto de vista econômico, a vida na Avenida Silvio Américo Sasdelli (antiga Av. 3) não tem sido fácil para viver, principalmente em função do movimento e do barulho. O sr. Vanderlei conta que

Estamos pensando em vender ali, muita gente já fez proposta pra gente, pra montar alguma coisa ali, comprar da gente, e aí a gente pensa em um lugar mais afastado, mais tranquilo, talvez num condomínio, sair daquele alvoroço ali. Ou talvez a gente até não venda, talvez vamos montar um comércio ali, construir ali na frente. Aí a casa no fundo pode ser que a gente abra pra rua de trás... então a gente está pensando no que fazer.

Como visto no capítulo anterior, nos últimos anos surgiram alguns condomínios próximos a Vila “A”, o que faz com que o sr. Vanderlei, por exemplo, pense em mudar não do bairro em si, mas apenas do intenso movimento da avenida. Sair de Foz do Iguaçu ele não pensa, acredita que aqui é seu lugar, até porque tem o negócio na Vila Portes, como já visto anteriormente.

Aquele tempo [anos 1980] traz muitas recordações, era bem tranquilo, vivia em paz, mas eu prefiro hoje. Todo mundo monta um negócio e consegue ganhar dinheiro. Apesar de não querer mais morar ali, eu acho que foi muito bom para Foz do Iguaçu, para a Vila “A”, o crescimento...

O sr. Vanderlei é um homem de negócios, e novamente explicita isso no final da entrevista, quando afirma que, apesar do intenso movimento em frente à sua residência,

prefere a modernidade aos tempos tranquilos de outrora. O sr. Vanderlei tem uma memória que se ancora no sucesso.

Os antigos moradores de Foz, que chegaram aqui entre os anos 1950 e 1980, criaram raízes e aqui permaneceram. Alguns de seus filhos não moram mais na cidade, buscaram oportunidades em outros locais, enquanto outros gostam e não querem deixá-la. Enquanto milhares de trabalhadores vieram com a perspectiva de ganhar dinheiro e voltar para a terra natal, outros, por oportunidades da vida, puderam permanecer e bem, na Tríplice Fronteira. E houve aqueles que, demitidos de Itaipu, ficaram em Foz.

As mudanças da paisagem após o “término” das obras, são perceptíveis pelos próprios entrevistados que precisam criar para si mesmos uma racionalidade de começo, meio e fim. Percebemos essa perspectiva nas memórias do Sr. Neves, quando ele fala sobre essa questão dos ex-funcionários de Itaipu que se fixaram na cidade e o Poder Público Municipal:

As pessoas vinham pra cá trabalhar, e de repente eles não se deram conta de que a usina estava acabando e que um dia eles teriam que voltar [para sua terra natal]. Eu acho que essa usina é diferente das demais, porque elas não estavam tão próximas da cidade como essa, as outras eram muito distantes. Então foi construído uma vila para aquele fim, e quando o trabalho foi acabando, essa vila foi diminuindo, diminuindo, até que foi extinta. Aqui em Itaipu foi diferente, porque tinha uma estrutura, a cidade de Foz do Iguaçu, que cresceu e se desenvolveu muito, e isso pode ter gerado uma expectativa nas pessoas de permanecer aqui. E também acho que foi um descuido do administrador público que não acordou para criar mecanismos pra receber essas pessoas, uma frente de emprego, uma indústria. Então foi acontecendo, o pessoal foi ficando desempregado...

O sr. Neves reconhece que o Poder Público Municipal estava distante de Itaipu, assim como a própria Itaipu se distanciou da cidade, tentando, nos últimos anos, compensar os problemas de alguma forma. Aqueles que vieram em função da Hidrelétrica e prosperaram, tem visão positiva sobre o crescimento de Foz do Iguaçu, ao contrário daqueles marginalizados.

Antigas moradoras da região da Vila “A”, tanto a Sra. Ângela como a Sra. Líbia lamentaram o fechamento do Floresta: “Uma tristeza muito grande, foi uma pena. As crianças o que tinham que aproveitar, aproveitaram” e “Foi lamentável e a gente até hoje a gente passa ali e se entristece, pois deixou de ser o clube que a gente frequentou por mais de vinte anos. Era uma estrutura fantástica. A gente usou muito mesmo”, afirmaram as depoentes, respectivamente.

Nenhum dos entrevistados manifestou interesse ou vontade de deixar a cidade no momento, pois criaram raízes, mesmo com alguns filhos tendo ido embora, foi muito forte. O sr. Neves, por exemplo, é diretor pedagógico de uma escola técnica, um dos motivos para que ele ficasse. Também afirmou que: “A gente gostou da cidade, é uma cidade boa, e também um dos filhos mora aqui, casou, aí vieram os netos... então a cada dia foi criando raízes”. O Sr. Vanderlei, que é aposentado e possui comércio na Vila Portes, também criou suas raízes e pretende ficar em Foz do Iguaçu.

O Sr. Ferreras afirma que também ficará em Foz do Iguaçu, pois além de gostar da cidade e do bairro, abriu, em uma espécie de sociedade com o filho, um restaurante. A justificativa para abrir o negócio no entorno da Vila “A” foi justamente a questão da renda elevada: “a gente montou aqui na Vila porque denota que a região possui um certo poder aquisitivo, tem um grupo de pessoas que vive melhor. Meus filhos foram estudar fora mas voltaram, eles gostam da cidade, apostam na cidade.” Enfim, sobre o bairro, afirma que não tem lamentos, e

Eu acho um lugar muito bom pra se morar, fresquinho, arejado... hoje está em moda a palavra mobilidade urbana, então aqui pra mim, pra minha família, é muito boa. Ta certo que a parte dos ônibus é um pouco mais difícil, mas para minha família é um local muito bom, bonito para se morar, prazeroso.

De fato o entorno da Vila “A” é agradável, pois como majoritariamente possui construções baixas, de no máximo dois ou três pavimentos, aparenta uma cidade do interior com aspectos modernos.

As memórias das personagens analisadas ao longo do capítulo retratam um *modus vivendi*, pessoas que vieram para Foz do Iguaçu e tiveram a oportunidade de trabalhar em Itaipu. A partir dessa experiência, construíram memórias próprias, mas também coletivas. Muito do imaginário esteve presente em diversas passagens, como por exemplo, a modernidade trazida por Itaipu, assim como a segurança proporcionada por ela em suas Vilas, o asfalto, a moradia, o transporte, quando o município ainda não tinha tamanho e receita suficiente para arcar com este projeto.

O passado rural, o pasto, o gado, o barro, a terra vermelha, lembranças de pessoas que há tempos estão na cidade, relembrando com certo saudosismo, mas ao mesmo tempo comemorando as transformações, as mudanças geradas pelo conforto da infraestrutura em toda região, que avançou significativamente para uma parcela da população. O comércio

dinâmico é sempre lembrado com satisfação, pois em outros tempos era necessário “ir à cidade” para comprar artigos de primeira necessidade.

Em Itaipu, o trabalho era árduo. Barrageiros corriam riscos de vida, a qualquer momento poderiam ser “concretados” acidentalmente, trabalhavam muitas vezes dobrando a carga horária, correndo para alcançar o “papa-fila”, se alimentando rapidamente em meio as máquinas. Quando construídos os restaurantes, a segregação: cada bloco destinado a um tipo de funcionário.

Com relação às moradias, um tipo semelhante de segregação: de acordo com a função e escolaridade do trabalhador, um tipo de moradia. Para os barrageiros, a Vila “C”; para os técnicos e outros com 2º grau completo, a Vila “A”. Para os engenheiros e chefes, a Vila “B”. As Vilas possuíam infraestrutura desconexa com a cidade que crescia em desordem: asfalto, saneamento básico, qualidade de construção, parques para recreação, clubes, colégio, enfim, algo desfrutado apenas pelos trabalhadores de Itaipu. Porém, o tipo de moradia, o tamanho da casa, estava ligado à função do indivíduo.

No entorno das Vilas, cresceram bairros. Na Vila “C”, em razão das primeiras demissões em massa, surgem bairros menos favorecidos. No entorno da Vila “A”, uma renda em parte mais elevada, dependendo da área vista. Surgiriam também os condomínios, ilhas de segurança, portos seguros para um grupo que tinha em sua memória a segurança proporcionada por Itaipu quando a empresa cuidava de suas Vilas.

A violência cresceu na cidade desde a chegada de Itaipu. Se antes, o imaginário dizia só conhecê-la pelo rádio ou televisão, de repente a população passou a conviver com as pressões geradas pela modernidade, e o desemprego causado pela Usina teria sido uma mola propulsora desse caos.

A paisagem da cidade alterou-se completamente: a vida rural de outrora passara a conviver com a modernidade, que por sua vez proporcionara desigualdades gritantes em diversas partes de Foz do Iguaçu, com crescimento desordenado, falta de infraestrutura, favelização, pobreza. Ao mesmo tempo, a “cidade baixinha” cresceu, ficou mais alta. Muitos prédios surgiram, principalmente nas áreas centrais. No entorno da Vila “A”, a classe média e média alta constrói grandes casas, enquanto as classes menos favorecidas se amontoam em áreas de ocupação desordenada. E mesmo quando há construções ordenadas, muitas são pequenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, fizemos uma leitura da mudança da paisagem em Foz do Iguaçu. Dos anos 1940, quando a Avenida Brasil era de terra batida, ao século XXI, com seus prédios altos, a cidade passou por muitas mudanças. A Ponte da Amizade nos anos 1960 contribuiu para dinamizar as relações fronteiriças, mas foi a Hidrelétrica de Itaipu Binacional a mola propulsora das transformações ocorridas na cidade.

A paisagem agrícola, dominante até os anos 1970, perderia cada vez mais espaço para a modernidade. A economia da erva-mate e da madeira cessaria quase que totalmente frente ao comércio dinâmico da Tríplice Fronteira, muitas vezes informal e ilegal. Foz do Iguaçu ganharia uma nova feição.

A ideia de integração nacional, da segurança nacional dos anos iniciais da colonização, é retomada com os militares. A faraônica usina seria uma das responsáveis por lançar o Brasil no século XXI, segundo os discursos dos líderes. A energia produzida a partir do novo lago seria responsável por movimentar parte significativa da economia nacional, sendo responsável, atualmente, por quase 25% da energia consumida no país. Em 2014, a Itaipu quebrou o recorde mundial de produção de energia para um só dia.

Assim, um contingente inimaginável de pessoas (pelo menos na visão da população local) chegaria à cidade a partir de 1974, elevando a população de 30 mil para 130 mil pessoas apenas seis anos depois. Um montante, maior do que o necessário por Itaipu, deslocou-se em direção ao oeste do Paraná, desestruturando a pouca estrutura que havia em Foz do Iguaçu. A cidade não estava pronta para receber tanta gente, culminando com a formação de áreas periféricas e marginalizadas.

O crescimento e urbanização da cidade contaram também com a presença estrangeira. Fala-se em 72 etnias residentes em Foz, sendo que muitas dessas vieram no mesmo período em que Itaipu se instalou. Ciudad del Este, à época Puerto Stroessner, foi responsável por essa presença maciça estrangeira, pois o tipo de economia desenvolvida no Paraguai possibilitou que estrangeiros abrissem lojas e vendessem seus produtos a preços baixos comparados ao Brasil ou fossem funcionários diretos de Itaipu ou de empresas terceirizadas, com alguns de nossos entrevistados. O comércio fronteiriço, já existente desde os tempos iniciais da cidade, se tornaria fundamental para esta dinâmica espacial econômica. Lembrando que, mesmo antes de Itaipu, a presença estrangeira em Foz era significativa e variada etnicamente, como vimos em Brito (2005).

Os sujeitos moradores em Foz do Iguaçu contribuíram para uma análise micro-histórica, ao participarem da história e, com suas memórias e esquecimentos, retrataram uma cidade a partir dos seus imaginários e sempre dialogando com aspectos da coletividade impostos ou representados pela ordem mais disciplinar da cultura local. As transformações que a cidade sofreu, principalmente os bairros da Vila “A” e seu entorno, estão vivas na memória daqueles que também foram agentes desta história, vivenciando uma época bastante distinta em relação aos dias atuais.

Do ponto de vista do PDDI-FOZ de 1992, a construção das Vilas de Itaipu foi realizada com objetivo de inseri-las no contexto da cidade, que cresceu desordenadamente, fora dos padrões de construção promovidos pela Usina: ruas asfaltadas, saneamento básico, escola e saúde de qualidade. Aqueles que vieram por um sonho, e tempos depois aqueles que acordaram desse mesmo sonho, passaram a viver marginalizados em áreas periféricas, com ruas de terra e ausência de saneamento. Esta paisagem negativa em muito contribuiu para que a “benção de Itaipu” não fosse esquecida. A benção, no caso, para aqueles que colheram frutos positivos da participação na construção da obra.

Nas Vilas de Itaipu havia ordem, segurança, mas também havia a segregação, semelhante à vivenciada pelos trabalhadores no canteiro de obras, no que tange a questão social: casas melhores para as elites, casas simples para os barrageiros. Mas a memória da segurança ainda é muito presente, com tom de saudosismo. O resultado foi a criação de “portos seguros”, ilhas de segurança em meio à desordem e ao medo: os condomínios são cada vez mais comuns no entorno da Vila “A”. A classe média tenta se isolar da violência presente na cidade.

Um grande contingente trabalhou em Itaipu, portanto, era imprescindível para a engenharia da empresa organizar o funcionamento. Muitas foram as tensões geradas a partir desse fato, com rigidez, disciplina, violência e até mortes decorridas dos vários acidentes ao longo do tempo.

Ao sair de Itaipu, ou mesmo durante o trabalho na empresa, muitos funcionários optaram por deixar as Vilas, pois durante muito tempo não havia perspectiva de venda das casas aos funcionários. Ex-funcionários ou ainda empregados resolveram, então, não se distanciar da antiga moradia e escolheram o entorno da Vila “A” para construir suas novas residências. A proximidade com o colégio e o clube, com os amigos ou uma boa oportunidade de compra de terreno foram motivações desses novos moradores do entorno. A própria sensação de segurança proporcionada pela Vila ajudou na escolha do novo bairro. Porém, em

alguns casos, a violência esteve presente em algumas famílias. Mas as escolhas individuais levaram em consideração estas articulações de ganhos estratégicos familiar.

O mato, o barro, o brejo são lembranças de personagens que fazem parte da micro-história de Foz do Iguaçu, ao mesmo tempo que fazem do macro, pois vieram para a cidade em razão de Itaipu, faraônico projeto nacional. Esses sujeitos aprenderam, de alguma forma, a conviver com a disciplina, a violência, a ordem. A segurança nas Vilas não existe mais, mas em Itaipu ela persiste, afinal, é a segurança nacional em jogo. No imaginário, isso é fundamental para a manutenção do *status quo*.

O micro e o macro estão sempre presentes, constantemente dialogando, com sujeitos agindo em prol de um objetivo maior, na visão oficial, que é o desenvolvimento nacional. Os sujeitos agem muitas vezes pelo que vivenciaram, e a propaganda sempre encontrava espaço em Itaipu, manipulando, coletivizando um pensamento, uma racionalidade.

Cabe referenciar novamente a contribuição da pesquisa interdisciplinar, que pode contribuir diretamente para as Ciências Humanas e Sociais, abrindo caixas, descobrindo novas possibilidades de olhar para os mais diversos objetos a serem estudados. Sobre Foz do Iguaçu e a Itaipu, muito ainda pode ser feito, ser escrito. As Ciências Humanas e Sociais devem se aproveitar da experiência das diferentes disciplinas que conversam entre si, ampliando seus horizontes.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Renato Muchiuti. **De Rua 145 a Rua Jaguarundi: a alteração da nomenclatura das ruas e avenidas da Vila “A” de Itaipu.** In: **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente.** Florianópolis, UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011. Disponível em: <

<http://www.eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/viewFile/135/44>> Acesso em dez. 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRITO, José Maria de. **Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar.** Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

CAMPANA, Silvio; ALENCAR, Chico de. (Orgs). **Foz do Iguaçu – Retratos.** Umuarama: Paraná, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. **História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 19ª reimpressão.

CATTA, Luiz Eduardo. **O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

CATTA, Luiz Eduardo. **A face da desordem: Pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu: 1964/1992).** São Paulo: Blucher, 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 2 ed.

FERNANDES, Michelle. **Dinâmica Espacial da Vila C de Itaipu: 1970-2008.** 2008. Monografia de Conclusão de Curso. Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir – história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1997.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970).** Cascavel: Edunioeste, 2002.

HAHN, Clarí Terezinha. **Produção e consumo do espaço urbano em Foz do Iguaçu-PR.** 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções – 1789-1848.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: TLC, 1986. 21 ed.

JESUS, Rodrigo Paulo de. **De “Vila Operária” a bairro dos trabalhadores: processo de constituição do bairro Vila “C” – 1977 a 2008**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2009.

KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história**. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

KLAUCK, Samuel. **Imigração e (re)construção da identidade libanesa em Foz do Iguaçu**. In: SCHALLENBERGER, Erneldo (Org). **Fronteiras Culturais e Desenvolvimento Regional: novas visibilidades**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua História**. Foz do Iguaçu: [Serzegráf], 2001.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu: no contexto da história**. Foz do Iguaçu: Ed. do Autor, 2010.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MANARIN, Odirlei. **Peões da barragem. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2008.

MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POMBO, Olga. **Epistemologia da interdisciplinaridade**. In: **Revista Ideação**. Vol. 10, n. 1, Foz do Iguaçu, 2008. p. 9-40

REVEL, Jacques. **Microanálise e construção social**. In: **Jogos de Escalas – experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 16-38

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel, Edunioeste: 2002.

RISTOW, Márcia Regina. **Artes de prevenir: Educação e saúde pelas visitadoras sanitárias no Paraná (1920-1940)**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia: caso de Florianópolis, 1950 a 1990**. 1993. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

SANTOS, Boaventura S. **Um discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1995, 7 ed.

SANTOS, José Carlos dos. **Praticantes da escrita e construtores do espaço: narrativas sobre o homem e o território paranaense, nas décadas de 1930 e 1940**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História das paisagens**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 19ª reimpressão

SOTUYO, Patrícia Claudia Godoy. **Segregação Urbana: estudo de caso das Vilas de Itaipu**. 1998. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces – introdução a uma análise sócio-histórica da memória**. Passo Fundo: Ed. UPF; Xanxerê: Ed. Unoesc; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum – Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: a história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FONTES

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 1992, 3 volumes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, s/d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, Secretaria de Governo – Departamento de Informações Institucionais, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, Secretaria de Governo – Departamento de Informações Institucionais. Dados socioeconômicos, 2011.

ENTREVISTAS

Andrés Cândia, realizada em dezembro de 2013.

Antônio Neves da Costa, realizada em setembro de 2013.

José Maria González Ferreras, realizada em dezembro de 2013.

Líbia Maria Flaviano Garcia, realizada em dezembro de 2013.

Maria Ângela Pagan Cândia, realizada em dezembro de 2013.

Vanderlei Mantovi, realizada em janeiro de 2014.